

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – PORTARIA**
- 2 – ATAS**
  - 2.1 – 22ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
  - 2.2 – Comissões
- 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 4 – MANIFESTAÇÕES**
- 5 – REQUERIMENTOS APROVADOS**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 – ERRATAS**



## PORTARIA

### PORTARIA PRES/PSEC Nº 10/2022

Outorga poderes a servidores para solicitar a emissão de certificados digitais e para utilizá-los em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

O presidente e o 1º-secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade da adoção de certificados digitais pelos órgãos e pelas entidades da administração pública para o acesso ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial;

considerando, também, o grande número de documentos que precisam ser gerados e assinados no exercício das atividades administrativas, exigindo que os ordenadores de despesa outorguem poderes a determinados servidores da Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade – GFC –, da Gerência-Geral de Administração de Pessoal – GPE – e da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação – GTI – para solicitar a emissão de certificados digitais e utilizá-los em nome da Assembleia Legislativa,

RESOLVEM:

Art. 1º – Ficam outorgados aos seguintes servidores poderes para solicitar, perante a autoridade certificadora e a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil –, a emissão de certificados digitais padrão ICP-Brasil pessoa jurídica e para utilizá-los como representantes da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o nº 17.516.113/0001-47:

- I – Cledson Versiani de Moraes, matrícula nº 18.207-9;
- II – Gustavo Bruno dos Santos, matrícula nº 20.066-2;
- III – Edson da Silva Gomes, matrícula nº 6.763-6;
- IV – Marilandi Macêdo Bhering, matrícula nº 23.522-9;
- V – Henrique Favarini Alves da Cruz, matrícula nº 23.414-1;

VI – João Paulo Ferreira Araújo, matrícula nº 5.336-8;

VII – Joelma Teixeira de Assis, matrícula nº 5.587-5.

Parágrafo único – A outorga de que trata esta portaria inclui poderes para requerer, alegar e assinar, junto à autoridade certificadora e à ICP-Brasil, os documentos necessários para fins do disposto no *caput*.

Art. 2º – Fica revogada, sem prejuízo dos efeitos por ela produzidos, a Portaria da Presidência e da 1ª-Secretaria de 12 de maio de 2021 que outorga poderes a servidores para solicitar a emissão de certificados digitais e para utilizá-los em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Art. 3º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, 31 de março de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário.



ATAS

## ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/3/2022

### Presidência dos Deputados Agostinho Patrus e Sargento Rodrigues

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofício nº 896/2022; ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.600, 3.602 e 3.605 a 3.607/2022; Requerimentos nºs 10.805 a 10.815/2022 – Comunicações: Comunicação da Comissão de Segurança Pública – Suspensão e Reabertura da Reunião – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – 2ª Fase: Suspensão e Reabertura da Reunião – Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.568/2022; discursos dos deputados Coronel Sandro, Guilherme da Cunha, André Quintão, Sargento Rodrigues, Professor Cleiton, Delegado Heli Grilo e Betão, das deputadas Ana Paula Siqueira, Leninha e Beatriz Cerqueira, dos deputados Bartô, Ulysses Gomes, Elismar Prado e da deputada Andréia de Jesus; apresentação das Emendas nºs 1 e 2; Acordo de Líderes; Decisão da Presidência; recebimento da Emenda nº 2; não recebimento da Emenda nº 1; encerramento da discussão; Questão de Ordem; Homenagem Póstuma; discursos dos deputados Cristiano Silveira, Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues e Cássio Soares; votação nominal do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, salvo emenda; aprovação; votação nominal da Emenda nº 2; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.382/2021; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.391/2021; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; discursos dos deputados Guilherme da Cunha, Ulysses Gomes e Cássio Soares; votação nominal do projeto, salvo emenda; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação nominal da Emenda nº 1; rejeição – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.392/2021; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.417/2021; encerramento da discussão; discursos dos deputados Guilherme da Cunha e Sargento Rodrigues; requerimento do deputado Guilherme da Cunha; votação nominal do requerimento; rejeição; votação nominal do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.420/2021; aprovação na forma do vencido em 1º turno – 3ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.568/2022 e 3.382, 3.391, 3.392, 3.417, 3.420/2021; aprovação – Declarações de Voto – Encerramento – Ordem do Dia.

### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Doutor Jean Freire – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arnaldo Silva – Bartô – Beatriz Cerqueira –

Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães.

### Abertura

O presidente (deputado Sargento Rodrigues) – Às 14h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

#### Ata

– A deputada Rosângela Reis, 2ª secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### Correspondência

– O deputado Betão, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

#### OFÍCIO Nº 896/2022

#### (Correspondente ao Ofício nº 009/2022)

Vespasiano, 11 de janeiro de 2022.

Assunto: Solicita Prorrogação da Ratificação do Decreto Municipal de Estado de Calamidade Pública

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais:

Cumprimentando-o cordialmente, vimos diante do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), informar que infelizmente continuam presentes as situações que levaram o Município de Vespasiano-MG a decretar Estado de Calamidade Pública em Saúde, através do Decreto Municipal nº 8.520 de 4 de maio de 2020, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Covid-19, que foi reconhecida pela Resolução nº 5.548, de 21/5/2020, dessa Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e prorrogada até 30/6/2021 pela Resolução nº 5.562, de 4/3/2021.

Assim, nos termos previstos no parágrafo único do art. 1º da citada Resolução, requer o Município de Vespasiano a prorrogação de seus efeitos pela Assembleia Legislativa por mais 90 dias ou enquanto durarem os efeitos da pandemia de Covid-19, ratificando-se o Decreto nº 9.409/2021, que segue em anexo.

Ficamos à disposição para mais informações ou esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Ilce Alves Rocha Perdigão, prefeita municipal.

**DECRETO MUNICIPAL Nº 9.409/2021**

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/635/794/1635794.pdf>

**DECRETO MUNICIPAL Nº 9.238/2021**

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/635/795/1635795.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

**OFÍCIOS**

Dos Srs. Alexandre Paulo Pires da Silva, Rui Viana da Silva e Eduardo Rocha Mendonça de Freitas, respectivamente coordenador-geral do Sinjus-MG, presidente do Serjsumig e diretor-geral do Sindojus, solicitando a apreciação do Projeto de Lei nº 3.382/2021, que fixa o percentual de revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado, relativa aos anos de 2020 e 2021. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Antônio Ananias de Sousa, presidente da Câmara Municipal de Oliveira, encaminhando cópia de moção de apoio, aprovada por essa casa em 28/3/2022, aos profissionais da educação da rede estadual lotados nesse município, que solicitam o apoio desta Casa às emendas apresentadas pela deputada Beatriz Cerqueira ao Projeto de Lei nº 3.568/2022. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Gervino Claudio Gonçalves, presidente da Câmara Municipal de Sorocaba, encaminhando cópia de moção de aplauso ao serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal – *PRF* – e da Polícia Militar de Minas Gerais – *PMMG* – e a seu Batalhão de Operações Especiais – *Bope* –, pela bem-sucedida operação realizada em 31/10/2021, no Município de Varginha. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Do Sr. Jairo Nogueira Filho, presidente da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais – *CUT-MG* –, encaminhando manifesto de apoio à greve de trabalhadores em educação. (– À Comissão de Educação.)

Do Sr. João Batista de Lima, presidente da Câmara Municipal de Barão de Cocais, encaminhando moção de repúdio ao Projeto de Lei nº 3.209/2021, que visa alterar a Lei nº 23.291, de 25/2/2019. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Marcelo Junio Avelino Moreira, investigador de polícia, solicitando que esta Casa interceda perante o governo do Estado com vistas a que sejam concedidos auxílio-alimentação e auxílio-transporte aos policiais civis, devendo tais benefícios serem estendidos aos policiais e bombeiros militares, aos policiais penais e aos agentes socioeducativos. (– Às Comissões de Administração Pública e de Segurança Pública.)

Da Sra. Maria Aparecida Palucci, presidente da Fundação Casa da Cultura de Patrocínio, comunicando que essa fundação, a Prefeitura Municipal de Patrocínio e a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo colocam-se à disposição desta Casa para prestar as informações necessárias à conclusão do processo de doação, objeto do Projeto de Lei nº 2.694/2121, do deputado João Leite, do prédio da antiga cadeia pública a esse município. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador da Câmara Municipal de Ouro Fino, solicitando que esta Casa interceda perante a Secretaria de Estado de Saúde com vistas à reestruturação, através da Fundação Hemominas, do Hemocentro de Pouso Alegre. (– À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador da Câmara Municipal de Ouro Fino, solicitando que a Comissão de Saúde realize estudos sobre a viabilidade de outros municípios receberem pacientes de Ouro Fino para atendimentos de alta complexidade. (– À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador da Câmara Municipal de Ouro Fino, solicitando a esta Casa que interceda perante o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – com vistas a que a reparação dos danos decorrentes de um desmoronamento ocorrido na MG-290, entre Jacutinga e Ouro Fino, não seja apenas uma medida paliativa e apresente resultados duradouros. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador da Câmara Municipal de Ouro Fino, solicitando a esta Casa providências para que Ouro Fino receba um câmpus avançado da Universidade Federal de Alfenas, em farmácia e odontologia. (– À Comissão de Educação.)

Do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador da Câmara Municipal de Ouro Fino, solicitando a esta Casa que seja enviado requerimento ao prefeito de Ouro Fino com vistas ao pagamento do piso salarial do magistério aos servidores públicos da educação desse município. (– À Comissão de Educação.)

Do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador da Câmara Municipal de Ouro Fino, solicitando que esta Casa interceda perante o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – com vistas a que sejam realizadas operação tapa-buracos e recomposição asfáltica na MG-290, que liga Jacutinga a Pouso Alegre, até a divisa com o Estado de São Paulo. (– À Comissão de Transporte.)

Da Sra. Patrícia Passarela, da Comissão dos Atingidos Taquaras, encaminhando pedido de socorro urgente para sanar os danos provocados por nova enchente na comunidade, ocorrida em janeiro de 2022, a qual agravou os danos ocasionados pela enchente de 2020, com retorno das instituições envolvidas no processo de reparação. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Robson Sávio Reis de Souza, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, encaminhando manifesto de apoio à implantação do Memorial de Direitos Humanos, na Avenida Afonso Pena, em Belo Horizonte (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Da Sra. Sara Costa Felix Teixeira, da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais – Affemg –, encaminhando o texto Carta Aberta aos Mineiros, que apresenta razões da oposição das entidades signatárias à adesão de Minas Gerais ao Regime de Recuperação Fiscal, de que trata o Projeto de Lei nº 1.202/2019. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.018/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.060/2021, da deputada Ana Paula Siqueira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.435/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.436/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.443/2022, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Controladoria-Geral do Estado, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.804/2021, do deputado Elismar Prado. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.539/2021, da deputada Ana Paula Siqueira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.803/2021, do deputado Elismar Prado. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Universidade Estadual de Montes Claros, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.669/2022, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.681/2022, da Comissão de Agropecuária. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

### PROJETO DE LEI Nº 3.600/2022

Institui a Gratificação por Atividade de Fiscalização de transporte e trânsito dos servidores do DER-MG.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a Gratificação por Atividade de Fiscalização de Transporte e Trânsito – GAFTT –, devida, nas condições estabelecidas neste artigo e na forma do regulamento, aos ocupantes de cargo de provimento efetivo das carreiras do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pertencentes ao de Grupo de Atividades de Transportes e Obras Públicas do Poder Executivo, a que se refere a Lei nº 15.469, de 13 de janeiro de 2005, designados para o exercício de atividades de Fiscal de Transporte e Agente da Autoridade de Trânsito pelo Diretor-Geral do DER-MG.

§ 1º – A GAFTT terá valor fixo mensal de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) e será atribuída a no máximo 160 servidores das carreiras de que trata o *caput*.

§ 2º – A concessão da GAFTT é condicionada ao cumprimento do plano de trabalho a ser estabelecido, nos termos de regulamento, para os servidores designados para o exercício de atividades de fiscalização no âmbito das competências do DER-MG, compreendendo:

I – fiscalização e preservação dos transportes públicos e da malha rodoviária estadual;

II – fiscalização, estudos, pesquisas e monitoramento do transporte coletivo rodoviário intermunicipal e metropolitano de passageiros, permitido, autorizado ou concedido pelo DER-MG;

III – fiscalização, estudos, pesquisas e monitoramento do transporte, do trânsito de veículos e pedestres, da ocupação e uso da faixa de domínio e áreas adjacentes e das condições técnicas, operacionais e de conservação das vias sob responsabilidade do DER-MG;

IV – fiscalização do cumprimento da legislação de trânsito.

§ 3º – A GAFTT será concedida por ato do Diretor-Geral do DER-MG e terá sua identificação e codificação fixadas em decreto.

§ 4º – A GAFTT poderá ser percebida cumulativamente com função gratificada ou com a remuneração de cargo de provimento em comissão, independentemente da opção remuneratória do servidor.



§ 5º – A GAFTT não se incorpora à remuneração nem aos proventos de aposentadoria ou à pensão do servidor e não constituirá base de cálculo para contribuição previdenciária, nem para qualquer benefício ou vantagem, salvo a decorrente de adicional por tempo de serviço adquirido até a data da promulgação da Emenda à Constituição da República nº19, de 1998, de gratificação natalina e de adicional de férias.

§ 6º – Não receberá a GAFTT o servidor que recebe a Gratificação de Incentivo à Produtividade dos Profissionais de Engenharia e Arquitetura – GIPPEA prevista na Lei nº 20.748 de 25 de junho de 2013.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de março de 2022.

Professor Cleiton, vice-líder do Bloco Democracia e Luta e vice-presidente da Comissão de Participação Popular (PSB).

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 3.602/2022

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Alto São Francisco, com sede no Município de Buritizeiro.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Alto São Francisco, com sede no Município de Buritizeiro.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de março de 2022.

Arlen Santiago (PTB)

**Justificação:** A Associação de Moradores do Bairro Alto São Francisco tem por finalidades: promover o desenvolvimento comunitário por meio da realização de obras e melhoramentos com recursos próprios ou obtidos por doações ou empréstimos; proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes do lugar por meio da integração de seus moradores com atividades que permitam essa prática; proporcionar aos associados e dependentes atividades econômicas, culturais e desportivas; promover atividades assistenciais, diretamente ou por meio de instituições filantrópicas; proteger a saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice, por meio de incentivo ao aleitamento materno, do cumprimento ao estatuto da criança e do adolescente, de campanhas de doenças transmissíveis ou infectocontagiosas, bem como atuar em consonância com as leis que protegem o idoso, encaminhando e cuidando desse público de forma que suas necessidades sejam sempre atendidas e priorizadas; combater a fome e a pobreza, buscando identificar as famílias que se encontram em risco de vulnerabilidade socioeconômica, alertando aos órgãos competentes sobre os casos, bem como promover campanhas de arrecadação de alimentos, agasalhos para suprir as necessidades emergenciais enquanto se busca alternativa para solução definitiva do problema; e proporcionar aos associados, cursos de capacitação, de acordo com demandas predefinidas, tais como, técnicas em alimentação e nutrição alternativas, saúde, liderança e artesanato.

No campo de pessoas com necessidades especiais, a associação tem como finalidade utilizar-se dos meios legais para inserção desses cidadãos e cidadãs ao convívio pleno na sociedade, bem como zelar pelo cumprimento da acessibilidade desses aos bens e serviços. Além disso, promover a proteção ao meio ambiente por meio da conscientização coletiva quanto ao armazenamento do lixo doméstico, a construção de fossas sépticas, a utilização responsável do recurso hídricos, a valorização do Rio São Francisco, dos córregos, veredas e nascentes, procurando sempre engajar-se em atividades que promovam a consciência da preservação ambiental.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 3.605/2022

Reconhece como de relevante interesse cultural e como patrimônio imaterial do Estado de Minas Gerais o Bairro Borboleta, no Município de Juiz de Fora.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecido como de relevante interesse cultural e como patrimônio imaterial do Estado de Minas Gerais o Bairro Borboleta, no Município de Juiz de Fora.

Parágrafo único – O referido bairro é parte da ex-Colônia Alemã Dom Pedro II, estabelecida em 1858, no Município de Juiz de Fora.

Art. 2º – Cabe ao Poder Executivo a adoção das medidas cabíveis para registro do bem cultural de que trata esta lei, nos termos do Decreto nº 42.505, de 15 de abril de 2002.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de março de 2022.

Celinho Sintrocel (PCdoB)

**Justificação:** O Bairro Borboleta, além de ser parte da ex-Colônia Alemã Dom Pedro II, em Juiz de Fora, estabelecida em 1858, se tornou o principal reduto dessa presença étnica no município e em Minas Gerais. São vários os traços dessa identidade cultural presentes no dia a dia das famílias de descendentes de imigrantes na comunidade.

Além disso, a Comunidade do Borboleta realiza, desde 1969, a tradicional Deutsches Fest – Festa Alemã –, bem imaterial de Juiz de Fora, mantendo ainda o Grupo Folclórico Alemão Schmetterling desde 1990, com aproximadamente 140 integrantes divididos em 8 categorias de 3 a 70 anos, banda típica, centro de memória, gastronomia, entre outras atividades. Em 2019, por exemplo, passaram pela comunidade durante o evento 80 mil pessoas de 67 municípios e 6 estados brasileiros.

Por isso, é imprescindível que reconheçamos como de relevante interesse cultural e como patrimônio imaterial do Estado de Minas Gerais o Bairro Borboleta.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 3.606/2022

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Deutsches Fest – Festa Alemã –, no Município de Juiz de Fora.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecida como de relevante interesse cultural do Estado a Deutsches Fest – Festa Alemã –, no município de Juiz de Fora.

Parágrafo único – A festa de que trata o *caput* é realizada no mês de setembro, no Bairro Borboleta, no Município de Juiz de Fora.



Art. 2º – Compete ao Poder Executivo a adoção das medidas cabíveis para o registro do bem cultural de que trata esta lei, nos termos da legislação em vigor.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de março de 2022.

Celinho Sintrocel (PCdoB)

**Justificação:** Em 1969 foi organizada a primeira festa alemã no Município de Juiz de Fora, uma das precursoras das tradicionais festas alemãs no Brasil, conhecidas como Oktoberfest. E, 50 anos depois, em 2019, o evento reunia 80 mil pessoas de 67 municípios e 6 estados brasileiros, mostrando a força e a tradição da festa e da cultura que representa.

A Deutsches Fest tem seu valor reconhecido pela sociedade. Passou a ser considerada patrimônio cultural de Juiz de Fora através da Lei nº 12.621, de 9 de Julho de 2012, que declara de utilidade pública a festa de tradições alemãs, para fins de registro e efeito de proteção e preservação, como bem constitutivo da cultura colonizadora na memória urbana da cidade. Outrossim, o Decreto nº 13.730, de 13 de setembro de 2019, registrou como “Bem Cultural de Natureza Imaterial, nos termos da Lei Municipal nº 10.777, de 15 de julho de 2004, a Deutsches Fest – Festa Alemã – que ocorre no Bairro Borboleta, no mês de setembro, suas danças, músicas típicas e hábitos alimentares”.

Sendo assim, é imprescindível que esta Casa Legislativa reconheça a referida festa como de relevante interesse cultural do Estado.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 3.607/2022

Confere ao Município de Juiz de Fora o título de Capital Mineira da Cerveja Artesanal.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica conferido ao Município de Juiz de Fora o título de Capital Mineira da Cerveja Artesanal.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de março de 2022.

Celinho Sintrocel (PCdoB)

**Justificação:** Em 1861, apenas três anos após a chegada dos alemães a Juiz de Fora, os imigrantes Heinrich Peters e Sebastian Kunz abriam a primeira cervejaria de Minas Gerais no Município.

Consequentemente, a paixão por cervejas e pela sua fabricação artesanal foi passada de geração em geração no Município de Juiz de Fora, que ainda na atualidade conta com várias cervejarias artesanais, que resgatam essa tradição histórica da cidade e são reconhecidas e premiadas nos principais festivais de cerveja do Brasil.

Por isso, é imprescindível que confirmamos ao Município de Juiz de Fora o título de Capital Mineira da Cerveja Artesanal.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

**REQUERIMENTOS**

Nº 10.805/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Exmo. Dr. André Schmidt de Brito pela posse no cargo de desembargador do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Nº 10.806/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e ao governador do Estado pedido de providências para que inclua a manutenção dos Centros de Referência de Direitos Humanos na dotação orçamentária dessa secretaria, devido à sua relevância no Estado, sendo esta a única política dessa natureza desenvolvida pelo poder público, mas que tem hoje sua continuidade unicamente à mercê de iniciativa popular no Plano Plurianual de Ação Governamental. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 10.807/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – pedido de providências para atender os prazos dispostos na Lei Federal nº 9.784, de 1999, e na Instrução Normativa nº 77, de 2015, no que concerne à prática dos atos processuais de análise e conclusão dos pedidos de benefícios previdenciários, uma vez que a demora desproporcional aflige os segurados que aguardam solução para seus pedidos.

Nº 10.808/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG – pedido de informações consubstanciadas em cópia integral do contrato firmado entre o BDMG e o Município de Divinolândia de Minas, referente à linha de financiamento BDMG Urbaniza 2017, através do Contrato de Financiamento nº 240.968/18, com informação sobre os valores liberados em favor da municipalidade, posição consolidada do empréstimo e possíveis alterações realizadas no projeto/contrato inicial firmado, devendo a cópia ser enviada em arquivo digital, formato pdf. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.809/2022, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a previsão de oferta, em 2022, de cursos de capacitação voltados à inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, bem como sobre o atendimento das pessoas com deficiência por essas ações nos últimos 3 anos, especificamente quanto aos seguintes pontos: número de pessoas com deficiência atendidas; cursos ofertados e modalidade de realização (presencial ou à distância); regiões de oferta dos cursos, no caso de cursos presenciais; disponibilização de recursos de acessibilidade nos cursos de capacitação profissional; instituições ofertantes dos cursos de capacitação profissional; parcerias celebradas para a realização dos cursos; existência, ou não, de mapeamento específico da demanda de pessoas com deficiência por capacitação profissional; outras ações de formação e assessoramento, previstas e executadas, para a inclusão produtiva das pessoas com deficiência; percentual de pessoas com deficiência que concluíram os cursos de capacitação profissional e foram colocadas no mercado de trabalho; ações previstas no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, exercício 2022, e na Lei Orçamentária Anual – LOA – 2022 em que há destinação de recursos para a execução de ações que visem a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho; sobre as ações de apoio, capacitação e intermediação profissional para trabalhadores com deficiência promovidas por essa secretaria nos últimos três anos e os seus resultados, em especial quanto a: quantitativo de vagas captadas, trabalhadores inscritos, candidatos encaminhados para processos seletivos e candidatos colocados ou recolocados no mercado de trabalho, por região do Estado e ano; e sobre a existência de ações de orientação dos empregadores em relação ao cumprimento da Lei de Cotas e à adoção de práticas de acessibilidade e condutas inclusivas no ambiente de trabalho, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 21/3/2022. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.810/2022, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais pedido de informações sobre o cumprimento da Lei de Cotas pelas empresas localizadas em Minas Gerais, bem como sobre dados relativos à inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho no Estado nos últimos

três anos, em especial sobre: quantitativo e percentual de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, por tipo de deficiência e categoria de empregador; saldo histórico de pessoas com deficiência no mercado de trabalho; número de trabalhadores inscritos, encaminhados e colocados no mercado de trabalho por indicador de deficiência, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 21/3/2022.

Nº 10.811/2022, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a previsão de oferta, em 2022, de cursos de formação e capacitação profissional de pessoas com deficiência, bem como sobre o atendimento desse público por ações de educação profissional desenvolvidas diretamente pela secretaria ou em parceria com outras instituições nos últimos três anos, especificamente quanto aos seguintes pontos: número de pessoas com deficiência atendidas; cursos ofertados e modalidade de realização dos cursos (presenciais ou à distância); regiões de oferta dos cursos, no caso de cursos presenciais; disponibilização de recursos de acessibilidade nos cursos de formação e capacitação profissional ofertados, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 21/3/2022. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.812/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Gleidenaldo Cordeiro de Lima por combater a criminalidade, ao impedir a consumação do crime de roubo que seria praticado por dois bandidos armados, montados em uma motocicleta, no Município de Santa Luzia.

Nº 10.813/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os beneficiários dos programas emergenciais de transferência de renda executados pelo Estado entre os anos 2020 e 2022, indicando número de beneficiários por programa, valores dos benefícios e beneficiários por região, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Dinâmica do mercado de trabalho, combate ao desemprego, superação da pobreza e garantia de renda” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 28/3/2022. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.814/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as entidades da Rede Cuidar beneficiárias dos recursos provenientes do Acordo da Vale, indicando os critérios adotados para a distribuição dos recursos, o número de entidades atendidas por tipo de atendimento realizado, valores repassados e municípios abrangidos, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Dinâmica do mercado de trabalho, combate ao desemprego, superação da pobreza e garantia de renda” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 28/3/2022. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.815/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as áreas identificadas no Mapa de Demandas que orientaram o planejamento e a execução das ações de qualificação e educação profissional no Estado, especificando o número de vagas oferecidas em 2022 por área de formação e por regional, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Dinâmica do mercado de trabalho, combate ao desemprego, superação da pobreza e garantia de renda” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 28/3/2022. (– À Mesa da Assembleia.)

### Comunicações

– É também encaminhada à presidência comunicação da Comissão de Segurança Pública.

**Suspensão da Reunião**

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 5 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

**Reabertura da Reunião**

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase****Abertura de Inscrições**

O presidente – Não havendo oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

**Comunicação da Presidência**

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos 10.805 e 10.807/2022, da Comissão do Trabalho, 10.810/2022, da Comissão da Pessoa com Deficiência, e 10.812/2022, da Comissão de Segurança Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

**Leitura de Comunicações**

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pela Comissão de Segurança Pública – aprovação, na 10ª Reunião Extraordinária, em 29/3/2022, dos Requerimentos nºs 10.700, 10.707 e 10.709/2022, da Comissão de Administração Pública (Ciente. Publique-se.).

**2ª Fase**

O presidente – Esgotada a matéria destinada a esta fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

**Suspensão da Reunião**

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 10 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

**Reabertura da Reunião**

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Estão reabertos os nossos trabalhos.

**Discussão e Votação de Proposições**

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.568/2022, do governador do Estado, que dispõe sobre a revisão geral do subsídio e do vencimento básico dos servidores públicos civis e militares da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e altera a Lei Delegada nº 37, de 13/1/1989. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o deputado Coronel Sandro.

O deputado Coronel Sandro – Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma boa tarde. Também uma boa tarde e um abraço fraterno aos representantes das entidades de classe e dos sindicatos das forças de segurança aqui presentes. Um abraço mais apertado ainda ao pessoal que veio de Montes Claros. Silvana, obrigado por ter vindo de tão longe. Também um abraço aos representantes sindicais das

categorias que aqui se fazem presentes hoje, representando diversos segmentos do funcionalismo público. Vejo aqui, em especial, os trabalhadores da educação, da saúde, do Sejusp. Um abraço para todos vocês também. Vejo aqui, em especial, os trabalhadores da educação, da saúde, da Sejus – um abraço para todos vocês também.

Acredito que, nesta Assembleia, a partir desta reunião, quando votaremos o projeto que trata da recomposição salarial dos militares e dos servidores civis do Executivo, será a penúltima batalha de uma guerra. E eu devo lembrar que essa nossa guerra começou, para a segurança pública, nesta legislatura, em 2019. Foram 10 meses de negociações exaustivas, que envolveram toda a segurança pública, através de seus representantes, e diversos deputados, não só aqueles que compõem as forças de segurança pública – faço questão de citar aqui o deputado Coronel Sandro, o deputado Sargento Rodrigues, o deputado Delegado Heli Grilo, a deputada Delegada Sheila, o deputado federal Junio Amaral e deputado federal Subtenente Gonzaga.

O que buscávamos e ainda estamos buscando, desde aquele fevereiro de 2019, era a recomposição salarial das categorias da segurança pública, que, no governo anterior – e faço questão de citá-lo, porque foi um governo muito ruim –, o governo do Fernando Pimentel, não deu sequer 1% de recomposição para a segurança pública. O que deu foi o que foi concedido no governo anterior, então, não é mérito dele. Deixou-nos na penúria e fez recomposição de outras categorias, o que foi muito bem feito. Eu não sou contra que se recomponha salário de qualquer servidor público; muito pelo contrário, apoio isso.

Pois bem, acordado com o governo, em fevereiro de 2020 foi encaminhado a esta Casa o projeto de lei com a proposta exclusiva de recomposição salarial das forças de segurança pública do Estado de Minas Gerais. No período que antecedeu – já citei e repito – 10 meses, quem buscou essa recomposição foram os militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, os policiais civis da Polícia Civil, os policiais penais da Polícia Penal, os agentes socioeducativos, os pensionistas, os veteranos e os servidores administrativos de todas as forças.

Os nossos problemas começaram a partir de então. Uma série de intervenções indevidas, uma série de emendas que não deveriam estar ali, por se tratar de matéria estranha àquele projeto, que tinha um fim bem específico, resultaram ao final, sem muita delonga, que o governo recuasse naquilo que havia proposto. E o que havia proposto era conceder uma recomposição salarial em três parcelas: uma de 13%, que foi honrada em agosto de 2020; outra de 12%, que deveria acontecer em setembro de 2021 e deveria acontecer também agora em setembro de 2022. Pois bem, não aconteceram.

Desde então, nós voltamos com toda a força às reivindicações, porque um acordo foi estabelecido. Houve ali uma relação de confiança entre as partes que negociaram, cada uma cedendo o que poderia ceder para se chegar a um consenso. O consenso foi alcançado, e o governo do Estado concordou. Pois bem, desde então não mudamos aquilo que reivindicávamos. Continua a mesma coisa: o cumprimento do acordo. Era isso o que queríamos, as duas parcelas de 12% que foram vetadas pelo governo naquele projeto. Quando o governo enviou a esta Casa o projeto que hoje está em discussão, o Projeto de Lei nº 3.568/2022, ele apresentou uma novidade fora daquilo que havíamos negociado em 2019. Inicialmente ele acrescentou duas parcelas de abono-fardamento e abono-uniforme para as forças de segurança pública e depois acrescentou mais uma parcela, totalizando três parcelas, o que quebra a paridade tão duramente conquistada ao longo dos tempos e também celebrada por todos os tempos. E os deputados mais antigos desta Casa são testemunhas disso.

Pois bem, e havia também a proposta do governo, não escrita, mas manifestada pelo pedido de urgência do projeto de lei que institui o Regime de Recuperação Fiscal, e, com esse pedido de urgência, ele começou a travar a pauta. Então, implicitamente, o governo dizia que concordaria em votar a recomposição se aprovássemos o Regime de Recuperação Fiscal. E não houve acordo porque sabemos que o Regime de Recuperação Fiscal não é lá muito vantajoso nem para o Estado, nem para os servidores públicos. O fato de o governo ter retirado essa exigência já é uma outra questão.

Então incorporamos às nossas reivindicações uma outra proposta que não estava inicialmente em 2019, mas que aconteceu em decorrência do envio a esta Casa de uma proposta de concessão de mais três abonos-fardamentos. Então pedimos ao governo que

acrescentasse uma proposta que pudesse atender também aos veteranos e aposentados, uma proposta que tivesse a paridade de todas as forças. A paridade é muito importante para todos nós. Hoje estamos na ativa, mas, daqui a 30, 35 anos, seremos veteranos, como é o meu caso, o caso do Sargento Rodrigues, e o caso de outros militares e policiais civis e policiais penais que estão hoje nos acompanhando aqui e também nos acompanhando pela TV Assembleia.

Como não houve essa atenção do governo, nós, da segurança pública, combinamos, em acordo com todas as entidades de classe e sindicatos, apresentar emendas que resgatassem a parte do acordo não cumprido e que incluísse aquela nova remuneração que o governo colocou no projeto, e assim foi feito. O que buscamos com isso, e não colocamos nada a mais do que negociamos, foi garantir a legitimidade do nosso pleito, a coerência do nosso pleito. Podem falar qualquer coisa dos nossos movimentos, das nossas propostas de emenda, mas não podem dizer que não somos coerentes, que não temos legitimidade e que não respeitamos o acordo. Então é isso.

E, hoje, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, tivemos a satisfação, através do relator deputado Hely Tarquínio, que aqui se faz presente, de vê-lo acatar essas emendas e outras também, porém inserindo essa proposta que resgata a essência do acordo de 2019, o acordo não honrado pelo governo. Foi aprovada lá na comissão e agora está em discussão aqui nesta Casa. Outras propostas apresentadas por outros deputados, muitas delas redundantes, foram recusadas, e muitas outras também foram acolhidas em relação aos demais segmentos do funcionalismo público.

E aqui resgato uma manifestação minha desde a primeira vez que falei aqui sobre recomposição salarial, não é aumento salarial, só recomposição de perdas.

Quando tramitava o projeto exclusivo da segurança pública, eu dizia que naquele projeto não era o lugar de inserir emendas que contemplassem outros segmentos do funcionalismo por não ser justo, porque o que foi acordado e o que foi trabalhado foi com a segurança pública. Em decorrência disso, eu dizia que, quando o governo Romeu Zema enviasse a esta Casa um projeto de lei propondo a recomposição de salário da educação, da saúde, do DER, de outros segmentos, quaisquer que sejam eles, teriam o meu voto favorável, porque é justo, é legítimo. Hoje aqui reafirmo, todos os deputados votaram a favor do substitutivo apresentado pelo deputado Hely Tarquínio lá, na reunião da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, exceto os dois representantes da base do governo que estavam lá.

E aqui em Plenário o nosso pedido é para que aprovem o substitutivo. Vamos encerrar essa novela que já está esticando demais e lembrando a todos os servidores militares, civis da ativa, que ainda estão aí no campo da batalha, trabalhando, tudo que o governo propôs está mantido e garantido. Isso já é contabilizado. As emendas que foram acolhidas pelo relator buscam melhorar o que o governo já propôs, propondo outras parcelas, com índices variados para cada categoria, e propondo, o que já disse, o abono auxílio social, para atender o veterano militar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, para os policiais civis que não estão mais trabalhando na ativa, já aposentados, e as pensionistas, exatamente para restabelecer a paridade que nos custou muito aqui, durante várias legislaturas, mantê-la no pé em que estava. Era só para restabelecer.

Então, dito isso, Sr. Presidente, vou encerrar aqui a minha fala, agradecendo a todos os deputados das comissões pelas quais passaram os projetos até hoje e que votaram a favor e pedindo aos deputados que estão hoje presentes, num total de 50 aqui no Plenário, e também os de forma remota, que votem a favor do substitutivo que veio da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Coronel Sandro. Com a palavra, para discutir, o deputado Guilherme da Cunha.

O deputado Guilherme da Cunha – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, colegas.

Pela tramitação que vi, Sr. Presidente, desse projeto nas comissões desta Casa, especialmente na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária no dia de hoje, e pelas emendas apresentadas, fico com a convicção, triste convicção, de que muitos dos colegas e vários dos setores do funcionalismo que acreditam nas palavras deles, acreditam nisso, nisso: que dinheiro nasce em árvore.



Sr. Presidente, o governador do Estado assumiu Minas Gerais com um déficit gigantesco, assumiu Minas Gerais com um caminhão de dívidas já vencidas, deixadas pela gestão anterior, assumiu este Estado com dívidas bilionárias com a União, ainda bem, suspensas por força de decisão do Supremo Tribunal Federal. E foram necessários três anos, presidente. Foram necessários três anos, colegas; três anos, Cleitinho; três anos, servidores, para que os salários finalmente fossem colocados em dia, acabando com um problema que não tinha só três anos, acabando com um problema que já vinha há seis anos. Isso tudo feito com uma gestão que enxugou pela metade o número de secretarias, que revisou contratos, que fez economia em tudo quanto era possível, até chegar, no final do ano passado, com uma mixaria de sobra de caixa. O governador, ciente da importância do servidor, ciente da necessidade de fazer a recomposição inflacionária dos salários, assim que teve a possibilidade, apresentou a esta Assembleia projeto de recomposição salarial, de correção da inflação dos últimos 12 meses. E apresentou, Sr. Presidente, deixando claro, deixando muito claro que aquilo ali era o máximo que era possível fazer. Ainda tivemos, Sr. Presidente, uma boa evolução com a retroação do reajuste para todos os servidores, e não para algumas categorias específicas; um ajuste, por sinal, necessário para tratar todos com isonomia, com o mesmo respeito.

Mas, ainda assim, esta Assembleia houve por bem apresentar uma série de emendas – 51 emendas –, emendas das mais diversas, mas com um ponto em comum: explodir a despesa do projeto. Parece bom; parece bom ter mais dinheiro. Eu sei que vocês querem mais dinheiro. Todo mundo quer mais dinheiro, mas há de se diferenciar, Sr. Presidente, sabendo que dinheiro não nasce em árvore, o que é a promessa, o que é o desejo e o que é o possível.

Sr. Presidente, na reunião da Comissão de Fiscalização Financeira, no parecer apresentado pela Comissão de Fiscalização Financeira, ficou evidente que sequer um cálculo, sequer um cálculo do impacto que as emendas acatadas estariam gerando foi feito. E isso é dever básico da comissão. Sequer foi analisado se o Estado teria, de fato, cofre para pagar todas as promessas e todas as palavras doces que foram ditas. E, ainda assim, a gente tinha uma votação de cinco votos a dois. O trabalho feito na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária foi tudo menos um trabalho técnico, próprio da comissão. Foi muito mais parecido, inclusive, com o velho programa do Sílvio Santos, saudoso, bacana, memória boa da minha infância: o programa Topa Tudo por Dinheiro. Na verdade, aqui na Assembleia, a moeda seja talvez outra: “Topa tudo por um votinho”. Pois toparam, Sr. Presidente, por alguns votos, por algumas promessas, por algumas palavras vazias que encherão de ilusão o servidor de que receberá mais, de que terá segurança. Em troca disso, desse sonho eleitoral, estão empenhando o futuro de Minas. Não são um parecer e um substitutivo que possam ser aprovados por esta Assembleia, não são um parecer e um substitutivo que possam ser sancionados pelo governador, que já avisou que não sancionará. E não sancionará porque o governador tem a certeza, o conhecimento de que, na vida, não se topa tudo por voto, não, e de que, na vida, o aviãozinho de dinheiro que o Sílvio Santos mandava, para a alegria da plateia, a palavra vazia que o deputado lhe manda na comissão e no Plenário, tudo isso é pago pelo bolso do povo.

E agora, sim, vamos falar do povo mineiro. É necessário falar do povo mineiro porque, na comissão, durante a discussão, o relator falou que era necessário dar, além dos 10% da inflação, mais 14% para a saúde, 14% para a segurança, mais 33% para a educação; que era necessário fazer isso porque o servidor estava em estado de necessidade, estava com fome. E quem está em necessidade, Sr. Presidente, quem está em necessidade, colegas, quem está em necessidade, Cleitinho – eu o vejo sempre antenado com essas coisas –, quem está em necessidade é o cidadão mineiro, que não tem concurso, que não tem cargo. É o cidadão mineiro que tem que cortar um dobrado para pagar o imposto, porque dinheiro não nasce em árvore. É o cidadão mineiro que precisa. Com muito sacrifício, sacrifício que ele próprio já está vivendo em casa por conta da inflação, por conta do desemprego, agora vai ter uma conta ainda mais amarga para pagar. Eles estão em necessidade. O governador conhece essa realidade. O governador já avisou que não tem condições de pagar, e aqui estão mandando aviãozinho.

Então, Sr. Presidente, então, colegas, então, servidores, serve o encaminhamento, na verdade a discussão aqui, para que a gente lembre da realidade mais inexorável de todas: depois que acaba a grana, não adianta o que está escrito no papel, porque vira



promessa vazia; depois que acaba a grana, o que acontece é caos. É caos porque volta a atrasar salário; é caos porque volta a deixar de pagar o 13º salário; é caos porque faltará custeio para o serviço público, para a gasolina da viatura, para a merenda da escola, para o medicamento do hospital. O cidadão mineiro não pode voltar a viver nesse estado. O cidadão mineiro não pode voltar a viver nessa penúria, e a gente não pode viver aqui de vender ilusão para a população, especialmente para o servidor, dizendo que dinheiro nasce em árvore e que vai dar para fazer tudo que quiser, ainda que o impacto seja superior a R\$10.000.000,00.

Sr. Presidente, tenho as minhas dúvidas se ao fim e ao cabo consegui me fazer ouvir porque as galerias estão deveras agitadas, e infelizmente V. Exa. não toma nenhuma providência a respeito. Eu entendo. O que eu tenho a dizer talvez não lhe agrade, mas eu tenho certeza, Sr. Presidente, de que uma imagem vale mais que mil palavras e eu tenho certeza de que a imagem fica dessa árvore que representa todas as promessas vazias feitas pelos deputados que estão prometendo mundos e fundos com o dinheiro que não existe, que não vai se ter condições de pagar. Em respeito ao povo mineiro, em respeito ao pagador de impostos e em respeito aos usuários dos serviços públicos, mas também em respeito ao servidor que não merece viver de ilusão, eu peço, Sr. Presidente, o “não” para esse substitutivo apresentado ou, no mínimo, que a gente deixe de votá-lo agora, que não haja quórum e que a gente ainda possa mexer nesse horroroso projeto que restou. E tenham certeza de uma coisa: o próprio governador deixou muito explícito que ele, o governador do Estado, prefere deixar de ser reeleito, não ser reeleito, a quebrar o Estado da maneira que recebeu o Estado quebrado. Então, para os deputados e para as deputadas que têm visto o trabalho do governador e desejado andar ao lado dele, entendam que é hora de andar ao lado dele também no compromisso de não quebrar o Estado, e isso será para sempre observado e lembrado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado aos colegas, obrigado especialmente aos servidores e àqueles que nos acompanham pela televisão, que não estão aqui no horário de trabalho fazendo seu lobby sindical, àqueles que vão trabalhar e vão no fim das contas ajudar a pagar a conta. Não se deixem iludir por quem está cheio de promessa vazia, por algo que não terá condições de ser pago. Isso não pode, não deve e jamais deveria ser cogitado de ser feito com povo mineiro, seja pela fatura a ser paga, seja pela ilusão que está sendo vendida. Muito obrigado. Conto com o “não” ou pelo menos com a abstenção nesse caso.

O presidente – Com a palavra, para discutir, o deputado André Quintão.

O deputado André Quintão – Boa tarde. Boa tarde, presidente; boa tarde... Boa tarde, presidente; boa tarde, deputadas; boa tarde, deputados; boa tarde, trabalhadores e trabalhadoras da educação. Parabéns pela luta, pela mobilização por direitos, e não por privilégios, como dizem alguns. Quero cumprimentar os trabalhadores e as trabalhadoras da área de segurança pública, da mesma forma aqui mobilizados; dos demais Poderes aqui presentes, que também têm projetos relevantes.

Eu, de maneira muito serena, presidente, queria, nesta discussão, até porque deve ser a única que farei nesta tarde, primeiro, enquanto líder da bancada do PT, do Bloco Democracia e Luta, fazer aqui algumas reflexões sobre esse processo que está culminando na votação de hoje. Em primeiro lugar, há de se reconhecer uma grave omissão do governo e do governador do Estado ao não abrirem nenhum tipo de negociação séria com os servidores e servidoras estaduais. A Assembleia reflete um processo negocial de mobilização das categorias que encontra aqui, no Legislativo, o seu ponto de votação. Isso não ocorreu. Esse é um ponto que a gente tem que registrar.

Segundo ponto: hoje eu acompanhava a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, aliás tão bem presidida pelo deputado Hely Tarquínio, quando o deputado da base do governo questionou o impacto do substitutivo – o impacto financeiro. A primeira questão que eu queria levantar aqui é: como a base do governo quer discutir aqui, na Assembleia, impacto financeiro se o secretário de Estado de Fazenda vem à Assembleia e se nega a mostrar o saldo que está nas contas do governo? É uma extrema contradição! Não abrem os dados, não abrem os números, não são transparentes. Entraram na Justiça para não... Nós tivemos que entrar na Justiça para ter acesso aos dados. Em qualquer negociação – e aqui nós temos sindicalistas, hoje parlamentares, que têm essa prática –, o primeiro requisito é abrir as contas, porque, se as contas são claras, transparentes, há um entendimento e a busca de um caminho, de uma convergência. Isso não acontece com o atual governo.

A outra questão é: aqui se fala no impacto da revisão, do reajuste, e por que não se fala de quanto o governo está arrecadando a mais com a alta do preço dos combustíveis, da energia e com o aumento do ICMS? Por que aqui não se fala, deputada Beatriz, deputado Betão, do saldo do Fundeb no final do ano passado? Aí, sim, a gente faria com a base do governo um debate mais aprofundado. Agora o que eles querem trabalhar é a ideia de que a Assembleia está votando e aprovando um conjunto de propostas e medidas que não há como serem absorvidas pelo Tesouro Estadual. Inclusive a terminologia usada hoje, lá na comissão – aqui presto a minha solidariedade aos membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária –, chegaram a acusá-los de estarem fazendo serviço de porco com o substitutivo. Lá estava se fazendo justiça com os servidores e as servidoras de Minas Gerais.

Vejo aqui o discurso de que o Estado não tem recurso. Não tem recurso porque abre mão de renúncia fiscal ano a ano, são R\$6.000.000.000,00, são R\$8.000.000.000,00, são R\$10.000.000.000,00. Esse assunto é proibido! Esse assunto não se pode discutir, porque entre os beneficiados estão os aliados do governador que chamam os servidores de privilegiados. Privilegiado é quem lucra demais e tem benefício de recurso que deveria estar sendo aplicado em políticas públicas. Então nós temos que repor esse debate na Assembleia Legislativa. Os números com certeza serão apresentados aqui.

Tenho certeza de que a deputada Beatriz, como tanto discutimos nesses dias, vai mostrar que o impacto do que está sendo aqui aprovado, por exemplo, os 33,24% que atualiza o piso nacional dos profissionais da educação básica de 2022 comporta, sim, o recurso que o Estado tem a obrigação de gastar do Fundeb com o pagamento dos trabalhadores da educação. Então esse debate tem que ser feito, senão joga nas costas da Assembleia, primeiro, uma decisão unilateral. Unilateral, mas o governo, em nenhum momento, se dispôs a negociar seriamente. No caso da segurança, é um governo que faz um acordo e, no dia seguinte, rasga o acordo.

Então a Assembleia está fazendo a sua parte, de maneira coletiva. Nós nunca tivemos tanta unidade aqui para fazer justiça com os trabalhadores e as trabalhadoras. Trabalho sério de deputados e deputadas; emendas coletivas; trabalhe das comissões; o relatório do deputado Hely Tarquínio; a mediação responsável do presidente Agostinho Patrus; os líderes de blocos, blocos independente, bloco de oposição; deputados egressos e deputadas dessa luta; emendas que foram aperfeiçoadas. E vou dizer, vou dizer: se o governo tivesse mais boa vontade, mas empenho, a gente poderia quem sabe até avançar um pouquinho mais, porque a luta continua, visto que essa visão mais os 33,24% ainda não abarca tudo, mas é uma vitória. Vitória da mobilização dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação, que estão em greve, que estão organizados, que procuram o diálogo com os seus representantes e as suas representantes, em cada região e em cada município do nosso Estado. Por isso nós chegamos aqui, hoje, com essas conquistas, resgatando o acordo com a área da segurança, atualizando o valor de reajuste dos 33,24% do piso da educação e estendendo também para a saúde os 14%, porque os trabalhadores e as trabalhadoras da saúde cumpriram um importante papel, durante a pandemia, e fortalece, no seu cotidiano, o Sistema Único de Saúde. O maior patrimônio que o SUS tem, em nosso estado e no Brasil, são os dedicados e valorosos trabalhadores e trabalhadoras que colocam, inclusive, as suas vidas em risco e com baixos salários.

Também, deputada Leninha, a extensão desses 33,24% para os professores e as professoras da educação superior, que estão sofrendo também, há anos, e inclusive precisam dessa necessária valorização.

Eu não vou nem utilizar o tempo todo aqui, porque nós queremos ouvir os demais deputados e deputadas e, sobretudo, votar a revisão do Executivo e dos demais poderes.

Mas aqui eu queria, com veemência, apresentar esses pontos de discordância: é um governo que não apresenta os dados, não é transparente, não negocia com os trabalhadores e trabalhadoras, rompe acordos realizados e é submisso, submisso ao debate da renúncia fiscal, que leva recurso que poderia estar sendo aplicado em política pública.

Por isso, aqui, já na discussão, mas abreviando o encaminhamento, eu solicito aos deputados e às deputadas do Bloco Democracia e Luta, da bancada do Partido dos Trabalhadores, que votem “sim” ao substitutivo apresentado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Hoje é: “Aprove já!”; amanhã é: “Sancione, Zema!”. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para discutir, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu queria cumprimentar aqui todos os nossos integrantes das forças de segurança pública, que aqui nos acompanham; o sindicato das associações; os trabalhadores em educação, que aqui também acompanham a votação em Plenário; e também os nossos profissionais da saúde.

Presidente, eu serei breve hoje. Mas a gente ouve aqui, assenta naquela cadeira e fica ouvindo alguns parlamentares trazerem aqui discursos inflamados, como o deputado Guilherme da Cunha, que trouxe aqui até um vaso, botou aqui: “Dinheiro não nasce em árvore”. Não, não nasce, não, mas também não nasce na Localiza, não. Na Localiza também não nasce, não. Mas, infelizmente, para os grandes empresários – e aí eu volto a citar o dono da Localiza, o Sr. Salim Mattar, a esse R\$1.000.000.000,00 de renúncia fiscal por ano, apenas um único empresário do Estado. Trata-se de R\$1.000.000.000,00. Então não nasce dinheiro na Localiza, mas o Zema concede uma isenção fiscal ao amigo, ao amigo empresário, o mesmo que doou R\$1.000.000,00 para a campanha do governador e que agora virou conselheiro do governo lá no BDMG.

Olhem que coisa bacana! Olhe a triangulação: eu dou o dinheiro para a campanha do Zema, que faz a isenção fiscal, depois ele me nomeia consultor econômico do governo. Olhem que boa consultoria! Esse moço é muito bem remunerado com a isenção fiscal de suas empresas. Por outro lado, o próprio secretário de Fazenda... Eu disse lá, na Comissão de Fiscalização, hoje mais cedo, disse na Comissão de Segurança Pública: o valor da isenção, gente, é R\$10.000.000.000,00 por ano. E quando a gente pega aqui o projeto de lei, quando a gente pega o processo e olha a mensagem do governador, ele diz que teria um impacto de R\$4.500.000.000,00, R\$4.500.000.000,00 com a revisão de 10,06% apenas do ano de 2021.

É bom que os senhores e as senhoras que estão aqui hoje acompanhando, que estão assistindo à TV Assembleia, saibam: não existe nenhuma vedação, nenhuma proibição de fazer a revisão geral dos anos anteriores. Mas, neste governo, não há, não há. E eu quero aqui referendar as palavras do líder André Quintão, dizendo o seguinte: o grande problema é que este governador, este governo não dialoga com ninguém, não conversa com ninguém. Eu nunca vi um governador que toma decisão apenas pelo Twitter e pelo Instagram. Ora, o cara quer exercer o mandato de governador, mas não se reúne com os líderes da Assembleia, não se reúne com o presidente da Assembleia, acha que governar o Estado é tocar o seu ramo de atividade privada? Sr. Governador, é muito diferente. É muito diferente lidar com trabalhador na iniciativa privada e lidar com pessoas que fizeram concurso público. Os trabalhadores da educação, da saúde, da segurança não são empregados da Loja Zema. São servidores públicos que trabalham para o povo de Minas Gerais. Zema não é patrão daqueles que foram lá e fizeram concurso público.

Agora, é mais vergonhoso quando você vê deputados, que compõem a base de governo, dizerem que é um governo sério, que tem responsabilidade. Eu nunca vi uma pessoa pública, um homem sério, uma mulher séria que assina um documento público e depois dá o calote. Se dá o calote, não é sério. Se alega que não tem dinheiro, por que esconde as contas do Estado? Porque não abriu, quando este deputado e o deputado Ulysses Gomes aprovamos requerimento para que o secretário de Fazenda trouxesse os números de caixa do governo. Não, não pode, não. Porque senão eles vão ver que a gente tem dinheiro. E se virem que a gente tem dinheiro, o servidor vai reivindicar o direito. Revisão geral anual é a inflação. E a gente vê alguns jornalistas, algumas pessoas, deputados da base de governo falarem em reajuste. Que reajuste? Nós estamos tratando aqui é de recomposição da perda inflacionária que, com muito custo, muito custo, muita luta, nós estamos arrancando do governo uma pequena parcela.

Então quero encerrar – já que eu estou com a voz combalida das quatro manifestações em que eu participei diretamente – dizendo o seguinte: o governo conseguiu com a sua intransigência, com a sua falta de diálogo, com a sua absoluta negação à política, fazer com que os servidores viessem pedir o acolhimento da Assembleia Legislativa. E a Assembleia Legislativa, através dos seus deputados e deputadas, através das comissões, está fazendo aquilo que é possível, aquilo que está ao nosso alcance. Agora, se o deputado Guilherme da Cunha acha que não se deve votar o artigo A, o artigo B ou C, peça ao seu líder para destacar as matérias. Destaque e venha aqui votar, venha cá enfrentar a gente no voto, porque é isso. E fale assim: “Olha, eu não concordo com a parcela de 14% para a segurança pública e nem com o piso salarial da educação”. Destaque aí e venha votar, deputado Guilherme da Cunha.

Venha aqui dizer “não”, venha dizer que você não concorda. Venha aqui e peça ao seu líder para destacar. E não venha querer tapar o sol com a peneira. Tapar o sol com a peneira não adianta, porque o Zema se escondeu o mandato inteiro e, aonde ele for neste estado, durante a sua campanha eleitoral, vai encontrar um policial, vai encontrar um trabalhador da educação e da saúde para lembrá-lo de que ele deu o calote nos servidores, que ele mentiu para a imprensa, que ele simplesmente não quis dialogar com a Assembleia. Não dialogou com o sindicato, não dialogou com a associação, não dialogou com deputado e com deputada, não dialogou com ninguém. É tudo feito goela abaixo, do jeito novo de se fazer a péssima política.

Então, presidente, eu encerro dizendo o seguinte: Se nós não soubéssemos que, em 31/12/2021, existiam, Dr. Hely Tarquínio, R\$18.000.000.000,00 em caixa, V. Exa. não teria proferido o seu parecer; se nós não soubéssemos que a isenção anual para os grandes e amigos empresários do Zema é de R\$10.000.000.000,00 em renúncia fiscal, V. Exa. não teria proferido seu parecer daquela forma. O dinheiro existe, o que não existe neste governo é seriedade, transparência, diálogo e caráter – muito bem lembrado. Ele não tem caráter, porque um homem de palavra, de caráter não precisa nem assinar documento, a sua palavra tem que valer; até o fim da vida dele, a palavra dele tem que valer. Mas, como dizia aqui o nosso colega de Assembleia, o assessor da Beatriz Cerqueira, o Sandro: a assinatura dele é igual a um risco em água; ele assina, e, daqui a pouco, não vale mais nada porque a água já diluiu. Já falei, Cel. Zeder, foi uma das primeiras coisas que eu disse aqui: a isenção de R\$1.000.000.000,00.

Então, presidente, mais uma vez, queria parabenizar V. Exa., deputado Agostinho Patrus, que tem conduzido esta Casa de forma brilhante e que, acima de tudo, tem feito do Poder Legislativo o Poder e a voz daqueles que não a têm. Isso é que é importante. Se nós tivéssemos aí um outro deputado alinhado com o governo, nós não estaríamos aqui, hoje, discutindo essa matéria com esse avanço do parecer que nós tivemos. Mas está assentado aí na cadeira de presidente alguém que honra a tradição desta Casa e que a colocou no lugar certo. Então aqui, presidente, não canso de dizer a V. Exa.: V. Exa. tem feito esta Casa agir como realmente aquele Poder que tem dado voz a quem não tem voz.

Por fim, eu parabenizo, mais uma vez, o deputado Hely Tarquínio pela paciência, pela maturidade, pela flexibilidade, pela inteligência, pela sensatez até, deputado Hely Tarquínio, para tolerar os ataques daqueles que aqui chegam e tentam negar a política; daqueles que aqui chegam e acham que têm auréola na cabeça. Não têm, não. A promiscuidade que a gente encontra nos amigos não é tão bem assim, não; a promiscuidade que se mostra a todos nós... Não são pessoas com auréolas na cabeça, não. Parabéns a V. Exa., Dr. Hely Tarquínio.

E eu espero que o deputado Guilherme da Cunha venha, no momento da votação, pedir destaque para que ele seja derrotado aqui pela maioria absoluta deste Plenário, para demonstrar que o Plenário vai acompanhar a vontade soberana daqueles que não tiveram voz, que são os servidores públicos civis e militares de Minas Gerais. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Com a palavra, para discutir, o deputado Professor Cleiton.

O deputado Professor Cleiton – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas; boa tarde, todos os servidores públicos do Estado de Minas Gerais que neste momento, tenho certeza, nos acompanham pelos canais de comunicação desta importante Casa, a Casa do povo.

Eu queria, antes de começar a minha fala, fazer aqui também, deputado Sargento Rodrigues, um ato de desagravo ao nosso querido deputado Hely Tarquínio. Eu queria, neste momento, dizer da minha tristeza, mas, ao mesmo tempo, da minha indignação pelo tratamento que o senhor recebeu nesta manhã na comissão que o senhor preside com maestria. E faço esse ato de desagravo, servidores, porque o Dr. Hely Tarquínio é para nós um exemplo de parlamentar, é para nós um mestre, um professor, é para nós um homem público a ser seguido. Tenho o Dr. Hely Tarquínio como um dos homens que sigo como exemplo na vida pública. E quero, Dr. Hely, quando chegar em certa altura na minha vida, poder olhar para trás, como o senhor pode, e dizer o quanto o senhor contribuiu, enquanto parlamentar, para o engrandecimento do Legislativo mineiro. Ao senhor, todo o nosso respeito, admiração. Acima de tudo, o

nosso muito obrigado pelo parecer histórico que favorece os servidores públicos de Minas Gerais, feito nessa manhã na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Quero dizer também, deputado Sargento Rodrigues, deputada Leninha e presidente, que hoje é um dia histórico, porque hoje nós estamos olhando aqui para essa galeria e não estamos vendo nenhuma divisão entre os servidores, sejam da Polícia Civil, da Polícia Penal, da Polícia Militar, da educação, da saúde. Nós estamos olhando aqui para o servidor público. Todos são servidores públicos. E a todos os servidores públicos eu quero deixar aqui um sentimento de gratidão, um sentimento de muito obrigado e um sentimento de um deputado que entrou nesta Casa para lutar pelo serviço público e pela manutenção do Estado, ao contrário desses que vieram para destruir o Estado e destruir o serviço público. Esses já sofreram uma grande derrota nessa manhã e sofrerão uma derrota histórica no Plenário desta Assembleia, porque nós vamos aprovar, sim, as emendas que foram feitas exatamente para colocar ordem em um governo que é voltado exclusivamente para os amigos do rei, um governo que mostrou à CPI da Cemig que tem utilizado as nossas estatais para um aparelhamento empresarial nunca visto antes nesse estado, um governo que se diz novo, inovador, mas um governo do maior toma lá dá cá da política mineira em toda a sua história.

E aí eu quero dizer para vocês que nós, deputados, temos uma imensa responsabilidade para com o Estado e para com as contas públicas. Não fosse pelas contas que nós fizemos, servidores da segurança pública, da educação, da saúde e todos os servidores, talvez, no conjunto dos deputados, nós não estaríamos discutindo essa matéria nesse momento aqui nesta Casa. Mas nós conseguimos provar, e eles não. Nós conseguimos provar com números, com dados, apesar de tentarem esconder isso de nós, que é possível, é plausível, é viável, é aplicável instituir, estabelecer emendas para reparar o erro histórico com a segurança pública, o erro com a educação, o erro com a saúde e com as demais categorias. É muito mais que R\$18.000.000.000,00, Sargento Rodrigues! Sabe por que, deputado Sargento Rodrigues? Sabem por que, servidores? E aí eu quero só fazer uma correção à fala do Sargento Rodrigues. Eu fui o primeiro deputado desta Casa a pedir a abertura das contas do Estado. A pergunta que eu fiz no requerimento apresentado em fevereiro deste ano foi: qual valor o Estado tem na conta da Caixa, qual valor o Estado tem na conta do Banco do Brasil e qual valor o Estado tem na conta do Itaú? Essa informação nos foi negada. Numa manobra contábil, numa manobra tributária, no final do ano passado o governo do Estado começou a aplicar recursos em fundos financeiros. Então, deputado Sargento Rodrigues, é muito mais que R\$18.000.000.000,00, porque boa parte do que foi arrecadado nos últimos anos foi escondido por esse governo, que é o menos transparente da história do nosso estado. Eu digo isso porque, além dos recursos que estão sendo escondidos, fruto do aumento da arrecadação que ocorreu por conta do minério de ferro que ganhou um vultoso aumento no mercado internacional, nós também tivemos um recorde de arrecadação através do ICMS sobre os combustíveis. Nós provamos aqui também, numa audiência pública convocada pela Comissão de Educação sob a liderança da nossa presidenta deputada Beatriz Cerqueira, que o rateio do Fundeb que deveria ser pago no ano passado.... E são dados apresentados pelas associações, são dados apresentados pelos sindicatos ligados ao fisco, de que o rateio para cada professor deveria ser na casa de R\$16.000,00. Seriam R\$16.000,00 por professor no Estado de Minas! Ou seja, apenas, apenas o recurso do Fundeb seria muito mais do que suficiente para que o governo cumprisse algo que é constitucional. Mas não! A opção que se fez foi comprar van, foi comprar ônibus, foi reformar quadra. Mobiliário escolar... Obrigado, professora. Nós não negamos a importância disso, mas não vai se fazer isso tirando o salário dos professores e das professoras e de todos os profissionais da educação. Isso não passará impune. A história pune aqueles que são inimigos da educação, a história pune aqueles que são inimigos dos servidores. A história precisa ser reparada e a justiça social precisa ser feita. Nós a faremos neste Plenário aprovando as emendas que recompõem as perdas salariais dos profissionais da segurança pública, que trabalham no seu limite.

Na semana passada, Dr. Heli Grilo, eu estive numa delegacia da Polícia Civil, e o sentimento foi o seguinte: como é que pode um ser humano trabalhar num lugar como esse? Como é que pode um profissional dedicar-se ao seu serviço num ambiente inóspito, hostil como aquele com o qual me deparei – e não é apenas uma delegacia; são várias. Por isso vocês, da Polícia Civil; da Polícia Penal, que também trabalham ali sob uma grande pressão; da Polícia Militar, que não preciso falar – quantas vezes eu já disse;



isso é fato –, que é a melhor Polícia Militar do Brasil, terão a reparação merecida e necessária aqui. E não serão aqueles que rezam na cartilha do Estado mínimo, que querem a privatização de setores e serviços básicos, que irão nos impedir.

A vocês, educadores, educadoras e profissionais da segurança pública; a vocês, da saúde; a vocês, servidores, eu tenho que fazer aqui um ato de agradecimento. Vocês enterraram o pior projeto enviado a esta Casa em toda a história de Minas Gerais: o fatídico, a tragédia chamada Regime de Recuperação Fiscal. Foram vocês! Porque já estavam certos de que essa proposta destruidora do Estado passaria aqui. O recado que fica, ao encerrar a minha fala, é: assim como o Regime de Recuperação Fiscal não passou, vocês, destruidores do Estado, inimigos do serviço público, inimigos daqueles que prestam serviços para os mais pobres e menos favorecidos, porque é para eles que nós existimos enquanto Estado, vocês passarão. E passarão através da principal arma que está nas mãos de uma população que está aprendendo a ver com um olhar crítico que este se trata apenas de um governo marqueteiro, enganoso, mentiroso, sem palavra, a quem a resposta será dada em outubro deste ano.

E hoje é o dia em que esta Assembleia traz para si algo que nós esperávamos daquele que tem a caneta na mão. Mas infelizmente, sentado na cadeira de JK, na cadeira de Israel Pinheiro, na cadeira de Itamar Franco, nós temos alguém que governa exclusivamente para um pequeno grupo e para os seus amigos.

Mas existe aqui uma Assembleia Legislativa, que entendeu que ela é sobremaneira a Casa do povo. A Casa do povo se transforma na Casa do servidor, porque aquele que defende o servidor defende também o povo de Minas Gerais. Deus abençoe a todos. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Professor Cleiton. Com a palavra, para discutir, o deputado Delegado Heli Grilo.

O deputado Delegado Heli Grilo – Sr. Presidente, caros colegas deputados, professores, educadores deste país, que demonstraram uma força descomunal quando tiveram que sair da sala de aula à noite e voltar, no outro dia, totalmente diferente. Saíram do ensino presencial e analógico, e tiveram que se reinventar para fazer os ensinamentos através da tecnologia e a distância. Vocês merecem o nosso respeito e a nossa consideração, e merecem o piso salarial.

Presidente, falar depois de um Professor Cleiton não é fácil, mas eu gostaria de dizer que o governo só não foi mais longe porque encontrou nesta Casa um jequitibá de resistência, que se chama Agostinho Patrus, na presidência, que não deixou que o governo dominasse os senhores deputados. De uma forma tranquila, serena, mas reconhecendo, Sr. Presidente, que o servidor público tem a maior importância deste estado. Tive a oportunidade, nesta Casa, de conhecer amigos policiais; servidores da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Penal; socioeducativos e administrativos dessas instituições; que demonstraram uma garra tremenda. Eu tive a oportunidade de conhecer e de conversar com alguns que eu nem conhecia, mas que andaram, peregrinaram, demonstraram uma força enorme em busca da recomposição salarial. Por isso também acho que dinheiro não dá em árvore. Mas, com toda certeza, se os deputados que acham que dinheiro não dá em árvore, como eu, tivessem ido para a roça, trabalhado como eu trabalhei, na enxada, com oito anos, pensariam diferente hoje, nesta Casa. Saberiam que o trabalho enobrece desde criança, que se aprende a ter responsabilidade e a respeitar principalmente o educador, porque, se não fossem eles, talvez ninguém estaria aqui.

Hoje nós tivemos dificuldades, porque eu queria que todos os administrativos tivessem o abono salarial, mas não entraram todos, entraram apenas os administrativos da Polícia Penal, que merecem. Eu estive, esta semana, presidente, em duas, três penitenciárias, e vi trabalhadores da segurança pública que ficam ali trabalhando, no dia a dia, alimentando-se da mesma comida que é servida aos presos que estão cumprindo pena. Nós não podemos admitir dessa forma, o trabalhador merece um tratamento diferenciado.

Então eu gostaria neste momento de aproveitar para agradecer a participação das nossas entidades de classe, aquelas que foram chamadas a participar e aceitaram a participação, aceitaram o desafio de buscar a recomposição salarial tão importante, que o

governo reconheceu. O governo disse que era a única que não tinha recebido nenhuma recomposição salarial. Mas falam sempre em reajuste. Ninguém está buscando reajuste. O piso salarial veio definido pelo governo federal de 33%.

Eu acho que o momento é de reconhecer que o Estado precisa olhar por três coisas principalmente: educação, saúde, que foi fenomenal, que foi espetacular nessa pandemia. Médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, assistentes, fisioterapeutas não se intimidaram. Foram para frente dos problemas. Enfrentaram a Covid, mesmo sabendo que poderiam levá-la para casa e contaminar toda a sua família. Os policiais penais nos corredores dos presídios sem se preocupar se havia ali um contaminado ou não. Foram para o trabalho sabendo que poderiam voltar e destruir parte da sua família, porque muitas famílias se perderam todas diante dessa pandemia.

Então, gente, eu gostaria de dizer que eu fiquei muito feliz com a batalha que nós travamos. O jogo não terminou. Nós terminamos o primeiro tempo hoje, apreciando, votando e dando um chavão no governo, mostrando a ele que aqui as pessoas querem o melhor para Minas Gerais. Mas sabe quem pode fazer o melhor para Minas Gerais? São os professores, os membros da saúde e os membros da segurança pública. Sem esses, nada nós iremos conseguir.

Então, senhores, terão sempre o meu respeito, professores e profissionais da segurança pública e da saúde deste país, que neste momento são os nossos heróis, são as pessoas que desafiaram a doença, que trouxeram a ciência para nos ajudar. Eu irei sempre respeitar e admirar essas pessoas.

Eu gostaria de passar essa fala e dizer que a segurança pública me deu o maior orgulho. Dra. Camilli, Edson, Cirilo, Alexandre, Bahia, Hélder, Éder, todos esses homens nos orgulharam. Zé Maria Cachimbino, meu companheiro, meu ídolo, que terá sempre o meu respeito, Bruno Viegas, presidente, Aline Risi e tantos outros nos orgulharam. Tenham os defensores da educação nesta Casa: Betão, Professor Cleiton, Beatriz Cerqueira, o meu respeito. Estarei juntos com vocês na votação para ajudar os professores.

Meus companheiros da segurança pública de todas as instituições, bombeiros, militares, civis, penais, socioeducativos e administrativos. Vou lembrar aqui o que o meu pai dizia quando era novo, vou dizer aqui o que o meu pai me ensinou quando era novo: onde o sangue de vocês correrem, o meu virará chouriço. Um abraço a todos.

O presidente – Muito obrigado, deputado Delegado Heli Grilo. Com a palavra, para discutir, o deputado Betão.

O deputado Betão – Boa tarde, Sr Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, trabalhadores da educação, trabalhadores da segurança, trabalhadores oficiais de justiça. São vários, não vou nominar todas as categorias aqui porque fica impossível, não é? Também cumprimento os telespectadores que estão assistindo à TV Assembleia.

Sr. Presidente, eu vou procurar ser rápido também, apesar de ainda haver poucos inscritos, mas acho que o mais importante aqui agora são as votações. Eu estou numa satisfação aqui muito grande, porque escutei aqui de um coronel, de um sargento, de um delegado palavras dirigidas aos trabalhadores da educação, com muito bom senso, e também palavras de professores que aqui estiveram em relação aos trabalhadores da segurança.

Eu estou dizendo isso porque, em 2019, antes da pandemia, estávamos vivendo aqui dentro uma verdadeira guerra em que o governo Zema jogava trabalhadores e trabalhadoras contra trabalhadores e trabalhadoras das diversas categorias. Para se garantir o ajuste das forças de segurança, criou-se um problema para os demais servidores. Eu não acredito, coronel, que foi em função das emendas apresentadas que o Zema retirou a proposta. Não, ele deu foi um calote mesmo. Ele deu um calote nas forças de segurança. É a primeira vez, em 32 anos de sindicalismo, que eu vejo, sargento, o Executivo vetar a própria lei que ele enviou para cá. É a primeira vez que eu vejo isso. Então, eu dizia, naquele momento em 2019, que nós não podíamos nos dividir, porque logo depois ele viria com um tacão na nossa cabeça, que era a reforma da Previdência. E ele conseguiu aprovar a reforma da Previdência aqui nesta Casa Legislativa, que prejudicou a todos os trabalhadores e a todas as trabalhadoras, principalmente estas. Aumentaram em muito o tempo de contribuição para poder se aposentar. E agora, hoje, nós estamos assistindo aqui, nesta sessão, pelo menos percebo isso, a uma unidade dos servidores. Por isso que eu acho que o governador está meio que lascado dessa vez, deputado Ulysses Gomes.



O deputado Ulysses Gomes (em aparte) – Eu não quero atrapalhar o discurso de V. Exa., mas na mesma linha dessa unidade que V. Exa. está falando, nós temos que denunciar aqui a estratégia que o governo está adotando, deputado. É perceptível que o governo está tentando esvaziar o Plenário não só fisicamente, mas, como nós estamos num sistema híbrido, também nós estamos vendo a ausência de muitos deputados do governo.

A posição política é legítima. A democracia dá a oportunidade de você divergir, mas o governo que se negou a dialogar e a construir uma alternativa esse tempo todo está esvaziando o processo de votação hoje. Então, eu ainda quero falar – V. Exa. tem muito tempo –, mas, neste importante posicionamento de V. Exa. na defesa desta aprovação, nós não podemos deixar de registrar aqui, deputado Betão, que o esvaziamento do governo aqui registra não só o absurdo que ele cometeu ao longo desse tempo, de negar o diálogo, mas de rejeitar um processo que a Assembleia construiu com todas as categorias aqui presentes, não só no projeto de reajuste dos servidores do Executivo como dos demais Poderes, que estão na pauta de hoje, como TJMG, como o Ministério Público, como o Tribunal de Contas e a Defensoria Pública.

Então, eu queria registrar aqui que é importante a mobilização física, a presença de todos aqui, mas que a gente denuncie e mobilize, chame os deputados para que a gente possa votar essa grande conquista aqui hoje derrotando este governo. Com a palavra, o deputado.

O deputado Betão – Obrigado, deputado Ulysses Gomes. É por isso que eu vou procurar ser breve mesmo, mas eu não poderia deixar de lembrar e de registrar, porque não adianta trazer aqui uma árvore com notinha de brinquedo para tentar ilustrar uma questão, quando o governo, por diversas vezes, não fala a verdade.

Vou me reportar a quem estava nos assistindo. Eu estava presente naquele plenário grande, lá fora, quando a secretária Estadual de Educação esteve aqui. Nós a abordávamos e perguntávamos quando e quanto seria o pagamento do rateio do Fundeb. A representante do governo dizia que não iria pagar rateio nenhum, porque o dinheiro seria usado para pagar o 13º salário dos trabalhadores. A mentira durou pouco, porque, pressionado, o governo teve que pagar o rateio, não nos valores que queríamos, mas não havia essa história de que iria ser usado para pagar o 13º salário, porque o 13º salário já estava provisionado. Então, um governo que mente, que não abre as suas contas nem mesmo no Assembleia Fiscaliza, em que ele é obrigado a abri-las, não pode ter crédito nosso.

Nós estamos insistindo com as emendas que estão sendo apresentadas; o pagamento do piso salarial, os 33,24% dos professores; o pagamento do acordo da polícia. Nós estamos com problema ainda com os trabalhadores da Uemg e da Unimontes, que têm salários ridículos para quem trabalha com curso superior e deveriam estar recebendo também o mesmo reajuste do piso dos profissionais da educação, do ensino básico, fundamental e médio. E o governo não negocia, ele não se assenta nem para falar assim: “Dá para pagar os 33,24% dessa, dessa e dessa maneira”. Ele não tem feito isso. Ele jogou aqui para dentro, e a gente que resolva e os trabalhadores que se mobilizem. Então, tem que negociar, governador Zema!

Por fim, gente, eu queria aqui fazer um repúdio – um repúdio – ao ex-secretário de Saúde de Minas Gerais, o Sr. Carlos Eduardo Amaral, que é meu conterrâneo inclusive, é lá de Juiz de Fora, e publicou hoje de manhã cedo ou ontem à noite um card sobre Dilma Rousseff espancada, machucada, tentando ironizar aquilo que aconteceu no Oscar. Depois de receber tantas críticas, ele acabou retirando. Mas é um ato machista, misógino, violento, que tem que ser amplamente repudiado. E faz isso inclusive porque pretende ser candidato a deputado federal pelo partido do governador.

Um abraço, então, pessoal. Vamos à luta. Obrigado.

O presidente – Com a palavra, para discutir, a deputada Ana Paula Siqueira.

A deputada Ana Paula Siqueira – Boa tarde, presidente; boa tarde, Sras. Deputadas e Srs. Deputados; boa tarde a todos os servidores e a todas as servidoras que nos acompanham presencialmente aqui no Plenário e também através dos canais da TV Assembleia.

Hoje, gente, neste momento, eu estou aqui para reafirmar o compromisso que eu tenho com Minas Gerais. E o meu compromisso com Minas Gerais passa pela valorização dos profissionais que fazem o nosso estado acontecer. Foi assim quando fui a única parlamentar a votar contra aquela reforma da Previdência, que prejudicava os servidores públicos de Minas Gerais, especialmente as mulheres. E não foi diferente neste momento da discussão do reajuste dos salários, quando apresento e assino como signatária várias emendas que vão trazer e promover a dignidade e a garantia do salário corrigido para as diversas categorias, como a categoria da educação, que tanto respeito e em que tanto acredito. Será garantido, através das emendas, o pagamento do piso salarial e dos demais benefícios, que são obrigatórios para os educadores, para os profissionais da educação, os quais o Estado de Minas Gerais deve há muito tempo.

Não foi diferente também do compromisso da votação que faço na defesa dos servidores da segurança pública. E quero destacar que foi através de uma apresentação... Professora, nós que agradecemos, e, de forma informal aqui, estou garantindo-lhe esse aparte para garantir a força dos nossos profissionais da educação, que ensinam muito mais que conteúdo, ensinam cidadania, coisa que faltou muito na discussão desse projeto, mas que pudemos ver na FFO e também aqui dentro deste Plenário.

Então, professora, em respeito à senhora e a todos os profissionais da educação, estamos aqui pedindo a aprovação do projeto, pedindo a aprovação do texto oriundo da FFO, contando com todas as emendas. Aliás, quero destacar aqui também as emendas favoráveis, e a emenda que apresentei, com destaque para os profissionais da saúde, e que são tão importantes também na nossa sociedade. Falei mais cedo e repito aqui: toda a nossa sociedade bateu palmas para os profissionais da saúde pela atuação na pandemia. E agora eles nos pediram mais, eles nos pediram reconhecimento, e foi isso que fiz quando apresentei essa emenda que foi acatada nesse relatório.

Então vamos seguir para a aprovação, vamos seguir para a votação. O deputado Ulysses Gomes falou aqui da tentativa de esvaziamento deste Plenário para a aprovação, e nós vamos votar favoráveis ao reajuste e à recomposição salarial dos profissionais do Estado de Minas Gerais.

O presidente – Muito obrigado, deputada Ana Paula Siqueira. Com a palavra, para discutir, a deputada Leninha.

A deputada Leninha – Boa tarde, presidente; boa tarde, caros colegas; boa tarde aos que nos acompanham pelas redes sociais da Assembleia e aos que estão presentes nas galerias.

O meu pronunciamento será breve, e ele traduz um sentimento e uma alegria de uma vitória conquistada pelas duras lutas travadas pelos trabalhadores do Estado de Minas Gerais. Não houve, na nossa história, nenhuma conquista que não tivesse sido feita pela greve, pela mobilização e pelo trabalho árduo de algumas pessoas. As categorias que estão aqui lutaram nesses dias bravamente para que pudéssemos chegar hoje a esta Casa, mas não com o que a gente gostaria de estar trazendo, e sim com o que foi possível negociar e construir pelas mãos de vários deputados e deputadas desta Casa.

Estamos aqui dizendo para os servidores do Estado que esta Casa, sob a condução do nosso presidente... Ou melhor, estamos dizendo que temos cumprido um papel fundamental para a história dos servidores e das servidoras, bem como do serviço público de Minas Gerais. É lógico que gostaríamos de ter apreciado, acatado todas as emendas e as incorporações, porém foi possível trazer para a segurança aquilo que foi possível fazer. Da mesma forma, trazemos o que foi possível fazer pelo pessoal da saúde e da educação. Aliás, eu queria dar destaque para o ensino superior, porque, de fato, a gente vem com essa demanda há muito tempo: acordo de judicialidade de greve que não foi cumprido nem pelo governo anterior nem por este governo.

Estamos falando de categorias que lutaram e que construíram para que pudessem ter condições de trabalho. Estamos falando de professores doutores que têm vencimento básico de salário mínimo; professores doutores que têm trabalhado doentes, sem licença de saúde. Isso porque, quando eles saem por licença de saúde, as gratificações são retiradas e o salário é reduzido. Estamos falando de duas instituições de pesquisa e ensino do Estado de Minas Gerais que são a Unimontes e a Uemg. Estamos falando de duas instituições que deveriam estar estrategicamente em um governo para discutir as economias, o desenvolvimento regional e o

desenvolvimento do Estado. Estamos aqui para dizer que foi uma conquista conseguirmos acrescer no texto da educação básica pelo piso nacional, que é legítimo, o ensino superior de Minas Gerais.

Então, espero que esta Casa faça justiça, que esta Casa vote e que continuemos na luta, porque não se encerra hoje, nesta reunião de Plenário, essa luta pelo pagamento do piso nacional, pelo reconhecimento das outras categorias do Estado de Minas Gerais. E seguimos mobilizados na certeza de que o serviço público que tanto defendemos é prioritariamente feito por todos vocês, pelas suas mãos, pelos seus pés, pelos seus corpos. É por isso que defendemos o Estado máximo possível para que a nossa população mais pobre tenha um melhor serviço, com os melhores salários para os seus servidores e servidoras.

Muito obrigada, presidente. E seguimos na luta. Vamos juntos.

O presidente – Com a palavra, para discutir, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Boa tarde. Boa tarde aos colegas de profissão. Boa tarde aos trabalhadores da segurança pública, aos trabalhadores da saúde, aos trabalhadores do Judiciário aqui representados pelo Serjusmig, Sindojus e Sinjus. Boa tarde, presidente. Boa tarde a todos os colegas parlamentares. Boa tarde à imprensa e à população que nos acompanha, como sei que hoje muitos servidores e servidoras acompanham este debate pelas redes sociais da Assembleia Legislativa.

Presidente, quero trazer algumas contribuições ao debate, reposicionando a realidade dos fatos em relação ao projeto e ao parecer que será votado daqui a pouco. Estamos já na reta final das inscrições para a discussão e, na sequência, será a votação.

Parabenizo e agradeço ao deputado Hely Tarquínio o parecer, mas também o trabalho dos líderes André Quintão, Ulysses Gomes e Cássio Soares nesse processo. O parecer é resultado de uma mediação que nós, na Assembleia Legislativa, assumimos o compromisso de fazer. O correto seria que o governador, o governo do Estado tivesse estabelecido um processo sério de negociação, apresentado então e finalizado as negociações e encaminhado o resultado dessa negociação aqui, para a votação na Assembleia Legislativa. Nós estamos atuando em função da omissão, da inércia, da intransigência do governo Romeu Zema; da inércia de não ter entendido a realidade da população e dos serviços e dos seus servidores públicos. Então, o recado aqui, hoje, neste Plenário, com esse parecer que vem para a votação de todos nós, deputados e deputadas, é muito claro: significa que a Assembleia não se omitiu, significa que a Assembleia não ignorou as categorias em luta, as categorias em greve, como os trabalhadores e trabalhadoras em educação em greve desde o dia 9 de março, mas que, desde o primeiro dia do governo Romeu Zema, tentam arrancar propostas do cumprimento do piso e da Constituição do Estado. Então, é nesse contexto que nós nos encontramos ao votar esse parecer aqui, neste momento. É o ideal de cada uma das categorias? Não. Há reajustes do Zema, do piso salarial ainda pendentes. Nós ainda precisaremos arrancar do governo Zema os reajustes pendentes dos anos anteriores, mas é um recado importantíssimo, dizendo que a Assembleia não se omitiu, não se acovardou e está fazendo essa mediação. E grande parte das demandas dos servidores está aqui alcançada por essa proposição através do parecer aprovado na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Algumas questões são trazidas numa disputa de narrativa. Eu quero compartilhar com os colegas parlamentares, com a imprensa que acompanha e com toda a categoria e as categorias que nós temos acompanhado, de forma sistemática, o orçamento da educação. Ninguém pode subir aqui e dizer que não há dinheiro para pagar a educação, pessoal, porque a nossa tarefa fiscalizatória é acompanhar a execução de orçamento. Então, quem, de fato, acompanha o orçamento da educação do Estado de Minas Gerais sabe que existe dinheiro, sabe que o governo não está investindo o mínimo constitucional dos 25%, sabe que o governo guardou dinheiro do Fundeb, do salário-educação, e sabe que o que o governo já tem em caixa é suficiente para pagar o reajuste de 33,24%. Ainda sobra um troco para ele cumprir os demais reajustes, que é a nossa expectativa: que ele acorde e cumpra a Constituição do Estado. Então, a minha tarefa aqui será compartilhar algumas informações, porque quem continuar reproduzindo o discurso de que não tem dinheiro vai ter a consciência de que está mentindo. Na educação, há recursos vinculados para cumprir os reajustes do Piso Salarial Profissional Nacional.

Eu compartilhei com a imprensa mais cedo e quero compartilhar com todo mundo aqui o real impacto do que significará o reajuste do Piso Salarial Profissional Nacional neste ano de 2022, que é o de 33%. O impacto anual, considerando toda a despesa de pessoal da Secretaria de Educação – então, quer dizer, não é só o salário, mas são também os encargos, todos os direitos –, ficará em R\$2.900.000.000,00. Se nós pegarmos o orçamento do Estado, a sua execução e o que o Estado juntou de dinheiro em 2021... O governo de Minas terminou 2021 com mais de R\$3.000.000.000,00 em caixa do Fundeb. Juntando o salário-educação mais o Fundeb, são mais de R\$7.000.000.000,00. Então, neste momento em que nós faremos as votações e a votação desse parecer, o governo já tem dinheiro para cumprir, durante todo o ano, o reajuste de 33,24%. E, se nós continuarmos a analisar todas as questões de orçamento, que foi sobre o que nós nos detivemos no debate da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, nós vamos identificar que nos últimos anos o governo teve um aporte de recursos significativo. Então a gente tem que superar esse discurso raso, superficial de que falta dinheiro na educação. Não está faltando dinheiro na educação, está faltando política pública, está faltando compromisso, está faltando ler a Constituição. Não está faltando arvorezinha de dinheiro. Eu fiquei até confusa, eu achei que aquela árvore de dinheiro era da Localiza, porque aquela árvore de dinheiro significa tudo que a Localiza lucra nas nossas costas. Então não é aquela arvorezinha. Significa que o governo de Minas melhorou a sua condição financeira e tem dinheiro para custear. Está faltando opção política, está faltando vontade política, e, como eu disse no debate na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, o governo quer pegar dinheiro do Fundeb para passar para empresa, quer pegar dinheiro da saúde para passar para empresa. Então de fato a gente entende quando o governo não faz políticas de valorização porque ele não quer valorizar o profissional, ele quer valorizar os amigos que fecham com ele, que têm isenções fiscais, como a arvorezinha da Localiza que a gente viu mais cedo aqui.

Eu quero fazer um debate de conteúdo para desmistificar esse discurso de que não há dinheiro. Receita para financiamento da remuneração dos profissionais da educação. Eu peguei como ela era em 2015 e depois eu peguei em 2021 porque a gente também escuta aqui – eu já escutei isso muito – que não adianta a gente fazer um compromisso que a gente não consegue cumprir, dando a ideia de que o governo passado fez um compromisso que não era possível de ser cumprido e que, portanto, estaria errado o governo anterior ao propor, em negociação com o Sind-UTE e com a Adeong, a Lei nº 21.710. Então o erro estaria lá em quem começou um processo sério e efetivo de negociação com os profissionais da educação. Sendo assim eu peguei um corte um pouco maior para demonstrar que as questões financeiras relacionadas à educação sempre foram evoluindo positivamente.

Em 2015, nós tínhamos R\$9.000.000.000,00 de receita para financiamento da remuneração dos profissionais em educação; em 2021, R\$14.000.000.000,00. As receitas adicionais para financiamento do ensino, que são aquelas relacionadas a programas nacionais: em 2015, eram R\$206.000.000,00; em 2021, R\$279.000.000,00. O saldo bancário em 31/12/2021, isso está no anexo 8 do relatório do próprio governo do Estado do 6º bimestre de 2021. Percebam que é um documento do governo que nos mostra qual é o saldo bancário em 31/12/2021. Recursos do Fundeb, no saldo bancário: R\$3.456.000.000,00; recursos do salário-educação que podem ser utilizados para o pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional da Educação: R\$3.575.000.000,00. Somando tudo, nós temos mais de R\$7.000.000.000,00. Lembrem o que eu disse? Que o impacto dos 33% é de R\$2.900.000.000,00? Então há dinheiro. O que nós aprovamos aqui, haverá dinheiro para pagar. O governo não pagará se não quiser, se for uma opção política do governo Zema e do Partido Novo. Para a gente ter uma ideia, esse saldo de R\$7.000.000.000,00 significa 78% de toda a despesa de pessoal da educação para 2022. Então percebam que a dimensão do que o governo juntou de dinheiro é para quê? É para passar para OS, é para passar para empresa da educação, porque, se não é para valorizar os profissionais da educação pelo piso salarial, qual será a destinação desse saldo que o governo acumulou até dezembro de 2021?

Se nós pegarmos o saldo, o salário-educação, a evolução... Eu peguei lá de 2017 até 2021, e o aumento do salário-educação que o Estado recebe foi 42%. Se nós pegarmos a receita do Estado, comparando de 2018 a 2021, ela aumentou 48%. Na receita do Estado, comparando-se 2020 com 2021, o aumento foi de 22%. Em compensação, a arvorezinha de dinheiro da Localiza que estava aqui vai significar o seguinte: as renúncias fiscais.

Eu acho, quando alguém sobe aqui e fala que a população vai pagar a conta, que a gente poderia perguntar à população: população, o que você quer? Que a professora do seu filho seja valorizada, que a enfermeira que a atendeu seja valorizada, que o policial que presta serviço a você seja valorizado, que o professor universitário que está lá construindo a Uemg, a Unimontes... Você quer que a professora do seu filho seja valorizada com seu imposto ou você quer que o dono da Localiza deixe de pagar imposto? Vamos fazer essa pergunta para a população, porque é disso que se trata. Então vamos passar a deixar a população decidir qual é a conta que ela quer pagar, porque o imposto é dela. O imposto não é do empresário. O imposto do empresário está aqui na renúncia. O governo está abrindo mão do imposto. O imposto real é o da população. Vamos perguntar onde ela quer que seja feito, qual é a conta que ela quer pagar, já que o Estado é feito, é oriundo do recurso dos impostos que a população paga.

Vejam: de 2021 para 2022, as renúncias fiscais no Estado cresceram 42%. Como é que um Estado que diz que não tem dinheiro abre mão de receita, aumentando a receita que ele não quer receber em 42%? Se nós pegarmos lá o último ano do governo anterior, o governo Fernando Pimentel, e compararmos com 2022 – então todo o histórico do governo Zema –, veremos que o aumento de renúncias fiscais foi de 191%. Então a lógica está errada, porque só querem discutir questões financeiras quando estamos discutindo direitos dos servidores públicos. Não é? Então a arvorezinha da Localiza, de fato, precisa nos incomodar, e nós precisamos lutar para que a arvorezinha, cheia de notinhas de R\$100,00...

Quantas notas de R\$100,00 vocês acham que ficam na carteira de uma auxiliar de serviços da educação básica? Eu prestei atenção na árvore, e ela era de notas de R\$100,00. Juliana, quantas notas de R\$100,00 ficam na sua carteira, você, que é professora e tem 15 turmas? Ana Lúcia, você, que é aposentada da educação, dedicou 30, 40 anos à educação, quantas notas de R\$100,00 ficam na sua carteira? Cil, você é professora e está atuando agora na rede estadual também, quantas notas de R\$100,00 ficam na sua carteira? Celi, você, que é aposentada da educação, que dedicou sua vida à rede estadual, quantas notas de R\$100,00?

Percebem que essa arvorezinha é ilusória? Ela foi trazida a um debate que não tem a ver conosco? Na hora em que nós pautamos aqui as questões que mostram que você paga o IPVA de 4%, enquanto o dono da Localiza paga de 1%, aí nós vamos trazer a arvorezinha, porque quem vê nota de R\$100,00 não é a categoria, não. Ela está até lutando pelo direito de ter mais notas de R\$100,00 na sua carteira. Essa não é hoje a realidade da nossa categoria. Eu acho que quem faz arvorezinha de notas de R\$100,00 nem sabe qual é o salário de uma professora, portanto, nem sabe da sua realidade, da sua vida concreta, para achar que trazer árvore com notas de R\$100,00 é dizer que a professora acha que dinheiro dá em árvore e, portanto, ela estaria sendo iludida. Então eu queria trazer essa questão.

Para finalizar, não há lobby sindical aqui, não! Essa categoria aqui está em greve – essa, que está aqui, e as centenas que estão na parte externa. Até porque o lobby sindical é legítimo, e o lobby empresarial é feito aqui todo dia. Nós, que somos classe trabalhadora, Max, não temos o direito de fazer o nosso lobby enquanto classe trabalhadora que quer ver seus direitos reconhecidos aqui?

Eu quero também refutar a discussão de que o voto neste Plenário... Foi insinuado aqui que a moeda é outra. As pessoas também não estão entendendo a luta. É como se o deputado que votasse a favor das emendas tivesse uma lógica simplesmente eleitoral. Isso não verdade. É verdade que a categoria está cobrando posicionamento, e é claro que, nas eleições, todos nós responderemos pelos nossos atos, e tem que ser assim. É por representatividade. Eu responderei por tudo o que fiz aqui, nos quatro anos; o Betão vai responder pelo trabalho gigantesco que ele fez aqui; a Leninha e toda a sua liderança na bancada feminina vão fazer um balanço dos quatro anos; André Quintão, nosso gigante como líder do bloco, vai fazer o balanço. A população tem o direito de nos cobrar posicionamentos, e é o que está acontecendo.

Então quero deixar aqui essas discussões, de modo que possamos votar favorável ao projeto.

Para finalizar, quero explicar as emendas agora, de forma que as pessoas que estão nos acompanhando possam compreender o que está no parecer, porque acho que isso também é importante na hora da votação.



O art. X, que está no parecer que votaremos daqui a pouco, está dizendo o seguinte: “Sem prejuízo do disposto no art. 1º”, ou seja, além do reajuste de 10,6%, que é da revisão geral de remuneração. “O subsídio vencimento básico” – aí começa pela segurança – “dos servidores públicos civis e militares ficam revistos em 14%. Ficam reajustados em 33,24%, em decorrência da atualização do valor do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica, do ano de 2022, de que trata a Constituição do Estado, com efeitos financeiros a partir de 1º/1/2022; os valores das tabelas de vencimentos das carreiras do Grupo de Atividades da Educação Básica de que trata a Lei nº 15.293 e dos cargos de provimento de diretor de escola e de secretário de escola; e os valores das gratificações de função de coordenador de escola e coordenador de posto de educação continuada”. O que quer dizer... Vou continuar: “Ainda os valores dos vencimentos básicos dos ocupantes dos cargos efetivos detentores de função pública” – aqui já é a outra área. Então, 33,24%, é para professora da educação básica, especialista da educação básica, analista de educação básica, assistente técnico de educação básica, técnico de educação básica, analista educacional, que tem a função de inspeção escolar, auxiliar de serviços, assistente da educação, além da diretora e da secretária escolar. Aqui nós não deixamos ninguém para trás. A gente traz toda a valorização de todos os profissionais da educação.

Ainda de acordo com o que vamos votar, o índice de 14% para as carreiras do grupo de atividades da saúde, de que trata a Lei nº 15.462/2005: “§ 1º – O reajuste de 33,24%, referente ao reajuste do valor do piso salarial profissional nacional do ano de 2022, aplica-se aos pensionistas e aos servidores inativos que fazem jus”, os aposentados. Nós também não deixamos para trás as nossas aposentadas, que construíram a educação neste estado. Igualmente os contratados da rede estadual e os convocados, contratados da área, administrativos e convocados para a função de magistério. “§ 2º – O reajuste de 33,24% a que se refere o *caput* aplica-se às carreiras do grupo de atividades de educação superior de que trata a Lei nº 15.463”. São os 10% mais os 33%, como forma de valorização das carreiras de nível superior de escolaridade. É isso que votaremos. Nessa discussão, peço aos colegas parlamentares o voto favorável, para que possamos avançar e reconhecer o piso salarial dos trabalhos da saúde, o acordo da segurança pública, a valorização dos servidores de nível superior de escolaridade. Então, que a gente faça esse reconhecimento. E a gente o fará, fazendo a votação através do parecer.

Para finalizar, os grandes responsáveis por termos chegado até aqui são vocês. A pressão é de fora para dentro. Acho que a Assembleia entendeu e fez corretamente. Sob a liderança dos nossos líderes de bloco, a Assembleia compreendeu que não pode fingir que não está nada acontecendo. Então vamos à votação! Vamos fazer a votação que favoreça e que valorize os profissionais da educação, da saúde, da segurança e o conjunto do funcionalismo. E já começar o pedido: “Governador, sancione!”. Ainda está em tempo de o senhor entender a importância dos servidores. Nós esperamos nada menos que, depois da votação, o governador faça a sanção de tudo que for aprovado aqui, na Assembleia Legislativa.

São essas as considerações, presidente. Muito obrigada e um forte abraço a todos que acompanham aqui esse processo.

O presidente – Obrigado, deputada Beatriz Cerqueira. Com a palavra, para discutir, o deputado Bartô.

O deputado Bartô – Obrigado, Bia. Boa tarde gente, boa tarde para todo mundo, boa tarde aos professores, boa tarde a todo mundo do sistema prisional, da segurança. É muito bom ter vocês aqui. Com isso até enalteço, aqui, o presidente, que abriu espaço novamente para vocês poderem falar, para vocês poderem demonstrar toda a sua questão ligada às nossas falas, porque, aí, sim, vocês participam desta discussão, que é tão importante.

Aqui quero deixar bem claro que eu valorizo muito o servidor público. Para mim, a valorização do servidor público vai além do que só fazer falas para a polícia, de que é preciso aumentar o salário a todo custo. Então, para a gente, é muito importante vocês estarem prestando um serviço a toda população, e eu agradeço. Não, a gente é bem claro, é bem sincero, é bem... A gente não tem disso, não, podem ficar tranquilos.

Mas, enfim, aqui eu venho só para trazer algumas questões. Eu quero ouvir, eu quero ouvir, sim. Pode falar, mas seja mais clara. Aqui eu só vim trazer questões de reflexões. Vamos refletir, porque eu sei que as classes que são mais mobilizadas, como a

segurança e a educação, têm um forte peso aqui, na Casa, têm forte peso aqui, na Casa. A gente vê isso claramente, a gente vê isso. Em todos os governos são discutidos se vai ser concedido o reajuste para a segurança ou o reajuste do piso. Inclusive até já há lei falando do piso, já há a lei do piso, que fala que até 40 horas tem que seguir o piso nacional.

O presidente – Solicito às galerias que nós possamos permitir a palavra do deputado Bartô, para, em seguida, iniciarmos as votações. Solicito silêncio para que o deputado possa fazer o seu discurso.

O deputado Bartô – Vou até trazer aqui o que as pessoas, nas galerias, estão falando, que é justamente a lei do piso do funcionário, do servidor da educação. Na lei nacional, fala-se que é até 40 horas, e a lei estadual... Na verdade, a Constituição Estadual... Poxa, gente, espere aí. Espere eu poder falar também. Vocês não deixam eu acabar de falar. Nós estamos falando do piso, não estamos falando do piso? É preciso falar da lei nacional e da lei estadual, não é isso? Vamos lá, então. Então há o piso nacional, que fala que é até 40 horas, ou seja, de 40 horas para baixo. De 40 horas para baixo, tem que ser respeitado o piso. E, em relação à questão da Constituição do Estado, está lá falando que, no caso de Minas Gerais, é de 24 horas, não é isso? Pois, é, então calma. Vamos ouvir, vamos ouvir, vamos ouvir, vamos lá.

Então a gente sabe que já existe essa lei, inclusive nem precisava ser votado aqui, porque, se já há lei, não precisa ser votado aqui, não é? Então já fica claro que a gente sabe disso, sim, mas o que acontece é aquilo que eu estou falando: a gente vê que, governo sim, governo não, a gente tem as classes mais mobilizadas, como educação e segurança...

Espere aí, isso que é a professora demonstrando respeito? Eu não estou falando nada demais. Estou trazendo a discussão. Aí vira as costas e depois fala que é respeito? A gente está aqui para discutir. Aqui a gente está vindo para trazer realmente o nosso ponto de vista, que não precisa ser necessariamente igual ao de vocês. Mas, desde que eu tenha fundamentação...

Pois é, mas eu não tenho nada a ver com o Zema, mas eu não tenho nada a ver com o Zema. Eu nem sou do partido do Zema mais, como alguns estão falando aí. A questão é a seguinte: eu não tenho nada a ver com o Zema, não tenho nada a ver com o Zema.

Enfim, gente, eu vou falar para o público, então. Já que vocês querem virar as costas, eu vou falar para o público. Aqui, pessoal, nós vemos servidores, que têm estabilidade, que têm, sim, movimento político e conseguem trazer pressão à Casa e melhorar a sua remuneração, mas temos também várias outras pessoas que estão aí, do outro lado da televisão, pessoas que pagam por esse aumento, porque esse dinheiro não é do governo, esse dinheiro não é do Fundeb, não existe dinheiro público, existe dinheiro do pagador de impostos. E aí o que acontece é que a gente vê 2 anos de pandemia em que o pagador de impostos sofre. O pagador de impostos perde seu emprego porque ele não tem estabilidade, o pagador de impostos entra em dívida, o pagador de impostos sofre inflação, o pagador de impostos que vai pagar o aumento de servidores que ainda têm o seu salário, que ainda têm o seu emprego. Antes, devido à grande irresponsabilidade fiscal, ele tinha o seu salário pactuado em várias formas, atrasado.

Porque falar em aumento, falar em trazer mais pessoas é muito fácil. É fácil eu vir aqui e falar para todo mundo o que eles querem ouvir. É fácil eu colocar no papel uma lei que fala em salário. É fácil. O problema é lidar com a realidade, o problema é lidar com o Estado altamente com uma carga tributária onde todos estão sentindo. É lidar com a irresponsabilidade fiscal e o que acontece com essa inflação que chega até nós. Essa é a realidade. Papel? Papel aceita tudo. Aqui classes mobilizadas ligadas a movimentos sindicais fazem mais pressão. Mas eu pergunto para você também, servidor público, para você que não tem uma classe tão mobilizada, uma classe com tantos funcionários que não consegue fazer pressão aqui: há quanto tempo o seu salário não é reajustado, não é verdade? Porque aqui, nesta Casa “governo sim, governo não” a gente vê ora educação, ora segurança.

E aí uma proposta que veio aqui de aumentar 10% para todo mundo, uma proposta que veio aqui para tratar todo mundo com isonomia. Aí sim é uma proposta digna, aí sim teria o meu voto favorável, aí sim porque quando gente pega e vê que o Estado não deve dar preferência àqueles que são mais mobilizados e sim para todos... O Estado tem que olhar com responsabilidade suas contas porque a lógica é essa: o Estado vai subir na arrecadação, o pessoal sobe salário; cai a arrecadação do Estado, o Estado entra no



vermelho. E aí custa conseguir fazer com que o Estado suba novamente e, quando sobe, aumenta mais uma vez o salário de funcionários que têm poder para mobilizar e fazer pressão na Casa.

Então o que eu defendo aqui é tratar todos os funcionários de forma isonômica, é dar aumento de salário para todos de uma vez só e principalmente com respeito ao dinheiro público. Por causa que hoje, o Estado, e a gente falando de condições nas escolas... Eu já estive em muitas escolas, já estive em muitos hospitais. Eu dirijo o meu carro viajando Minas Gerais inteira e vejo o buraco das estradas. Eu vejo a falta de infraestrutura para o nosso Estado, eu vejo servidores numa situação vexatória porque não tem condições de exercerem o seu trabalho, eu vejo professores fazendo vaquinha para conseguirem comprar um papel A4. Enfim, eu vejo uma situação muito complicada de infraestrutura do Estado.

O que eu clamo para que o povo entenda ... Porque seria muito simples eu vir aqui, diante das classes mobilizadas e defender o aumento da remuneração deles. Eu sou o mais econômico da Assembleia, economizei mais de R\$8.500.000,00, viu? Estão falando de privilégios e a gente tem que mostrar que cortamos na própria carne. A gente tem coerência, a gente tem postura. Enfim, eu gostaria muito aqui de fazer com que as pessoas entendessem que, com saúde fiscal, com responsabilidade fiscal, nós conseguimos trazer uma vida mais digna para todos. A gente consegue diminuir o imposto que tanto sobrecarrega a você, que está me ouvindo aí na sua casa. A gente consegue colocar condições mais dignas para os funcionários públicos: uma escola de qualidade, um hospital de qualidade, uma delegacia de qualidade. Enfim, com responsabilidade fiscal, a gente consegue tudo isso, mas depois de vários anos no vermelho aqui neste Estado, o primeiro respiro que ele dá, o que acontece? O populismo toma conta.

Falar em aumento de salário é fácil. Pedir perante os professores, perante a segurança um aumento de salário para eles é fácil. Mas depois, quando os salários ficam em dívida... Porque estavam sendo parcelados. Vocês não estavam recebendo em dia. Não adianta a gente vir aqui e pregar o populismo, não adianta. Você pode até ignorar a lógica das coisas, mas você não pode ignorar o resultado delas. Então, eu clamo sempre por responsabilidade fiscal. Eu fui o único deputado aqui que votei contra todos os aumentos de salário, todos, de todos os Poderes; eu fui o único que votei contra o aumento do crédito suplementar que paga o penduricalho; eu fui o único que fez tudo isso. O único voto favorável ao aumento de salário que eu dei nesta Casa foi o do 1º turno deste projeto, porque era um aumento justo: 10% para todos. Aí, sim, cabia eu dar uma sinalização de que isso valia.

Mas enfim, a minha fala aqui foi para você que não está aqui, porque infelizmente a população só se mobiliza quando mexem no interesse direto dela. Hoje, quem está aqui são os professores, a educação, o pessoal da segurança, que estão clamando, sim, pelo aumento, que é legítimo; a gente sabe que é legítimo, a gente sabe que o salário de vocês não é sempre aquele que a gente gostaria de dar, mas infelizmente, quando a gente tem uma situação fiscal calamitosa, quando a gente tem a situação de um Estado todo com problemas, como é que a gente vai fazer? A gente vai agir de forma populista? A gente vai vir aqui falar de forma assim bem generosa que a gente quer aumentar o salário de todos, que a gente é bonzinho? Ou a gente vai ter que sentar, conversar e explicar que a situação não é fácil assim.

Infelizmente o Estado funciona como a casa de qualquer pessoa: com a saúde fiscal, consegue-se aumentar a renda; com a saúde fiscal, consegue-se ter a paz e a tranquilidade de investir onde é correto investir e gerar até mais capacidade de gerar renda. Só que, sem saúde fiscal, a gente não vai ter paz nem para poder dormir à noite; sem saúde fiscal, a gente volta à época do Pimentel, de quem os sindicatos tanto gostam, quando o salário era parcelado. Sem saúde fiscal, a gente fica só no populismo de alguns parlamentares que gostam muito de falar que vão dar aquilo tudo que podem dar.

Vir aqui falar que é a favor de aumentar o salário de todo mundo, vir aqui falar que, ao mesmo tempo, têm que dar uma infraestrutura melhor... Esquecem-se talvez de onde se retira esse dinheiro, porque não existe um fundo sem fundo, não. As pessoas têm um ponto, têm um limite de até onde elas podem pagar, e o nosso Imposto de Renda, os impostos sobre os cidadãos estão altos demais, inclusive fazendo com que haja desincentivo à produção. E, sem produtividade, não há imposto; sem imposto, não há salário. Então, eu entendo, sim, o tanto que o professor é importante, o tanto que o policial é importante, mas, antes de tudo, tem que haver

alguém produzindo para poder pagar o imposto para poder pagar os seus salários porque, sem alguém produzir, não há dinheiro; sem alguém produzir, não há dinheiro para pagar imposto; e, se não há imposto, que é dinheiro do contribuinte, como vamos pagar salário?

Enfim, entendo que é legítima a luta da classe de querer aumentar o salário, mas aqui faço apenas uma reflexão porque esse projeto vai passar sim. Estamos em época de eleição, são poucos os parlamentares que têm a coragem de vir aqui e falar o que é certo porque o mais fácil é falar para todo mundo que a gente quer algo imaginário. Quando o povo quer aquilo que não é possível, só mentirosos são capazes de favorecê-lo. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Com a palavra, para discutir, o deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes – Sr. Presidente, uma boa-tarde a todas e a todos. Mais uma vez, boa tarde a todos os servidores e servidoras que nos acompanham e a todos que nos acompanham pela TV Assembleia. Cumprimento as senhoras deputadas, os senhores deputados, o nobre presidente Agostinho Patrus. A gente teve a oportunidade de ouvir aqui várias opiniões. Quero registrar que compartilho com os nossos colegas de bloco que aqui se manifestaram, mas também quero compartilhar algumas reflexões. Eu não tenho dúvida de que o momento político tem oferecido, infelizmente, através de grandes contradições, e a duras penas, pela realidade do nosso povo, haja vista o resultado da pandemia e da economia, mas muito também pelos resultados ou não resultados dos governos atuais, uma realidade muito dura de vida para as pessoas. Agora, se a gente não parar para refletir sobre o porquê dessas coisas e tentar minimamente aprender com isso, nós não vamos ajudar a corrigir o momento e sobretudo o futuro. E não é isso que a gente quer. Nós queremos corrigir, e um dos caminhos está no resultado de reavaliar a política e sem dúvida nenhuma de reconhecer e valorizar o serviço público.

O que nós estamos fazendo aqui talvez ainda esteja muito aquém daquilo que o serviço público requer de uma administração, de um governo, mas é algo feito com muita responsabilidade, com a capacidade de diálogo que esta Casa promoveu. Aqui eu ressalto o papel do nobre presidente Agostinho Patrus. O governo se negou a dialogar com as categorias e com o Poder Legislativo, para onde ele encaminhou um projeto de lei e se afastou. Aqui ele colocou uma proposta e não conversou, ignorou as categorias nas ruas, em cada canto do Estado, ignorou aquelas e aqueles eleitos pelo povo para fazer essa intermediação. Agora, quando eu digo que o momento nos traz essa reflexão de valorizar ainda mais o serviço público e os governos, porque a forma como eles agem demonstra claramente as suas prioridades, é porque a pandemia – diferente do que aconteceu nas eleições passadas, quando venderam uma tese do Estado mínimo, do Estado distante, do Estado que não investe, do Estado que não valoriza – mostrou como é importante quando a gente tem governos comprometidos. O povo precisou ser liderado, direcionado, conduzido. E nessa hora faltou muito. Faltou um governo federal, que se mostrou claramente contra as necessidades do povo, seja na lógica da saúde, da orientação de uma política nacional de enfrentamento à pandemia, seja na economia. Se não fosse o Parlamento federal naquele momento e a oposição, não teríamos nem auxílio emergencial, muito menos o valor pelo qual a oposição lutou.

Então, eu quero trazer essa reflexão para a gente chegar... Não vou ficar discutindo na esfera federal, mas trazer para cá porque foi a mesma lógica: um governo do Estado que não coordenou, que não liderou nada. O pouco que teve que organizar... Por exemplo, quando ele se negou a participar do consórcio das vacinas e era contra a vacina – o governador é que falou que o vírus tinha que viajar; foi isso que ele falou –, quando houve vacina por pressão da população, o que aconteceu aqui foi todo um processo descoordenado de fura-fila, que gerou uma CPI e um processo de um ex-secretário que está sendo denunciado. Foi denunciado pela CPI e agora pelo Ministério Público por peculato, pois privilegiou, privilegiou a si e a sua equipe. Aliás, ontem foi matéria nacional, e está sendo matéria aí, por publicar ataques à ex-presidenta Dilma numa simulação clara, vexatória.

Então, esse é o Estado que vem conduzindo a realidade da nossa conjuntura política, que se nega a dialogar, que tem uma tendência ao Estado mínimo, que atacou servidores. E aí nós vamos chegar a este momento com esta votação tão importante na Assembleia! O governador, ao longo desses três anos e três meses, se limitou, a todo momento em que teve oportunidade, a criticar o governo passado. Aliás, ouvi hoje a entrevista do ex-governador Pimentel, que foi muito enfático nisso quando falou que o

governador Zema se limita, pura e simplesmente, quando tem a oportunidade, a atacá-lo, mas em nenhum momento ele consegue entregar resultados no Estado. É essa a realidade, numa conjuntura totalmente adversa, porque em nenhum momento a gente vê, por exemplo, o governador Zema reconhecer a liminar conquistada pelo governo passado, que deu a ele o direito de não pagar a dívida com a União. Isso gerou, nesses três anos, quase R\$30.000.000.000,00 no caixa do Estado.

Então, vamos lá! Agora é o raciocínio. Só de não pagar a dívida com a União – por isso eu quis voltar um pouquinho –, fruto de uma conquista do governo passado – e aí ele nega –, governo que implementou o piso para a educação, governo que tinha investimento e contrato de manutenção das estradas... E nós estamos vendo aqui o caos das estradas, a diminuição do investimento da saúde, a diminuição do investimento na educação. É tudo o que não tinha no governo passado. Mas ele se limita a criticar o governo passado e não reconhece esse avanço de não pagamento da dívida, que lhe deu o potencial de caixa de quase R\$30.000.000.000,00, deputada Leninha. Isso o governador Romeu Zema não fala! Fora o impacto no aumento de arrecadação que superou a casa dos R\$24.000.000.000,00. Nós estamos falando que o governo Zema, em três anos, teve um orçamento sem fazer nada de uma ação própria daquilo que ele fala de gestão de governo diferente, Estado eficiente. Ele é diferente, porque guarda dinheiro; e é ineficiente, porque não consegue aplicar esse dinheiro. Ele não consegue aplicar nem as emendas dos deputados! Haja vista aqui políticas públicas. Quais? De educação, que ele quer privatizar e não consegue pagar? De saúde, que ele quer privatizar e não consegue nem transferir recurso?

Então, nós estamos tendo um Estado muito diferente, com uma ineficiência enorme e uma política que vem aqui com uma mentira. Eu não tenho dúvida em dizer – nós já ouvimos outros deputados aqui dizerem; e eu quero lembrar – do “Zenóquio”, porque não há outra imagem, se não olhar, com todo o respeito que o cargo impõe ao nobre o governador Zema... A imagem de mentiroso, de caloteiro, porque ele fala, promete, assume compromisso e não o cumpre. É difícil não registrar isso aqui, mas não tenho outra palavra. E aí eu quero aqui ilustrar: “Pela ordem. O deputado está ali fazendo discurso atacando o governador Zema”. Não é de ataque. É para a gente aqui tentar lembrar e ilustrar o porquê de as categorias estarem em greve, falando para todo lado que ele é caloteiro. Porque um governador que faz um compromisso com toda a segurança pública, assina o compromisso, manda a lei de reajuste da segurança pública para a Assembleia, a lei é aprovada por todos aqui, inclusive pela oposição, que apoiou, volta para ele, e ele veta aquilo que ele propôs e assinou de acordo? Não há outra palavra, se ele não for mentiroso ou caloteiro. E agora ele tem novamente a oportunidade de cumprir esse acordo, e ele se nega a dialogar.

Então é um governador que a todo momento prometeu, e conseqüentemente mentiu. Então vamos lembrar aqui: ele foi ao cartório, na campanha eleitoral, e prometeu não receber salário. O que aconteceu depois? Ele, assinado em cartório, e os seus secretários. Ele não só recebe, como os secretários dele recebem. O salário de secretário é em torno de R\$10.000,00, mas há secretário recebendo mais de R\$55.000,00, porque recebem jetons mais jetons, a que ele também era contra. Ele vetou isso aqui, os deputados da base dele votaram a favor. Então, com muita promessa e com muita mentira, ele continua governando. Então é o governador das promessas e das mentiras. É o Zema, que foi lá na campanha, repito, prometeu em cartório, foi registrado em cartório, não receber, junto com seus secretários, os salários, que até hoje não só recebem, como recebem cinco, seis vezes mais. Prometeu e mentiu, o governador das promessas e das mentiras.

É o mesmo governador que prometeu não usar avião. A cara de pau é tão grande, que, as poucas vezes em que ele viaja, na linha – como se diz? – normal, no aeroporto – como chama, Bartô? –, convencional, ele filma. De cada 10 viagens, uma ele vai de linha convencional, e ele filma; as 9 em que ele vai de jatinho, ele não filma, não. Essas ele não filma. Ele promete e mente. É o governador das promessas e das mentiras. A mentira é tão grande, que às vezes em que ele vai de jatinho, ele não filma. Aí ele desce no aeroporto, entra no carro, e grava uma *selfie*, deputado. Aí ele mostra para a sociedade que ele está de carro, chegando até... Ele foi de carro, mas lá na cidade, pois de Belo Horizonte até a cidade, ele foi de avião.

O que está de errado nisso? Na lógica do uso da estrutura, zero de problema, zero. Que use mais vezes, governador; que viaje o Estado mais vezes, governador. Não há problema, não. A estrutura é para isso. Ninguém dá conta. Minas Gerais, com 853 municípios, deputada Beatriz, tem que viajar, tem que rodar o Estado. O governador tem que usar o avião. Agora, o que não dá é mentir, é fazer demagogia... (– Intervenção fora do microfone.) Como é? Aí é outra denúncia que V. Exa. pode fazer. Mas a mentira e a demagogia são tão grandes. Aí ele vende alguns aviões, mas há outros que ele está usando. Volto a dizer, não é problema usar, o problema está na demagogia. Prometer que não vai usar, usar, e ainda divulgar diferente. Porque, no carro dele, ele divulga, mas os deputados aos quais ele dá carona divulgam na rede social, na mesma hora, que viajaram com o governador.

Então eu estou querendo comparar aqui a demagogia, porque eu defendo que o governador tem que viajar. Vá de avião, vá lá, porque é legítimo. Agora, mentira e demagogia, não dá. E o que eu quero registrar aqui é exatamente um governador que promete e mente, até eu chegar ao que nós estamos vivendo aqui, na votação. Então estou querendo lembrar, para não ficar um discurso só de quem fala: “É mentiroso; é de oposição, está provocando”. Não é isso. É porque os fatos comprovam claramente a promessa com a mentira, e obviamente, quem está falando a verdade.

Então eu falei do salário, que ele registrou e assinou; eu lembrei aqui do avião, que ele fala que não voa, e voa; dos jetons, o que é gravíssimo, porque aí, meus queridos servidores e servidoras, toda a população que nos assiste, dinheiro para dar reajuste, ele disse que não tem; mas para dar jeton para os secretários dele, tem – mais de R\$50.000,00, de R\$60.000,00. Aí tem. E ainda prometeu que não receberia.

E o aparelhamento das empresas públicas? Ele criticava que não pode haver indicação política. Mas é só a gente ver na Cemig e na Codemig, que ele não aparelhou, não; ele tomou conta, ele entregou para o Partido Novo tudo. Cemig e Copasa, os empresários que vieram de fora, de outros estados, e os daqui, estão todos lá. Aparelhou, tomou conta da Cemig e da Codemig. É o governador da promessa e da mentira, com promessa e com mentira. Nós vamos dizer isso em todos os cantos do Estado, porque ele governou esse tempo todo com promessa e com mentira.

As contradições não terminam aí. O Partido Novo dele não aceitava reeleição, e ele propagava isso para todo lado, mas já autorizou a reeleição. Ele vai ser candidato à reeleição. É claro que eu posso cair do cavalo aqui. Vai que até agosto ele não se torna candidato. Mas, até onde a gente sabe, ele vai ser candidato. O mesmo partido falava que não aceitava coligação. Já estão com um monte de partidos coligados. É a promessa com a mentira, é a demagogia nua e crua. O mesmo partido que bate, a todo momento, no financiamento público de campanha já está aceitando coligação, vai ter vice de outro partido, que vai ter dinheiro público na campanha. E a contradição? E a promessa? É mentira. É o que o companheiro exatamente disse: é o velho novo modelo de fazer política. Agora, fazer com transparência, fazer o debate, aceitar o processo, fazer a disputa, isso é legítimo. O que nós não podemos aceitar é essa demagogia.

Então eu não queria deixar de registrar aqui essas mentiras, essas demagogias deste governo, que é o governo da promessa e da mentira. É o governo que promete a todo momento valorizar, reconhecer, dialogar, ser transparente, e não é nada disso. Que transparência é essa de um governo que passou o ano inteiro negando uma informação básica à Assembleia Legislativa? O saldo da conta do Estado, quanto o governo do Estado tem, quanto o governo do Estado tem no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal e no Banco Itaú, nessas três contas. O ano inteiro, senhoras e senhores, a gente cobrando. Foi preciso entrar na Justiça para pedir essa informação. Nós ganhamos a liminar. Eu entrei com esse processo, com esse mandado de segurança. Então não há mentira aqui, não. O governo negou essa informação. Um secretário da Fazenda que saiu correndo do Rio de Janeiro, que saiu fugido, que está condenado no Rio de Janeiro porque quebrou o Rio de Janeiro quer implementar a mesma política de Regime de Recuperação Fiscal que deu errado lá. Ele roubou lá e quer implementar aqui. É isso que ele quer fazer.

Por isso nós não aceitamos a tramitação e o Regime de Recuperação Fiscal, porque deu errado lá. Ele foi condenado lá no Rio de Janeiro. Aí me disseram lá na Fazenda que eu tenho sido odiado lá pelo secretário. Que “meda”. Não estou preocupado com

essa opinião, estou preocupado com a cara de pau de um secretário que se senta na audiência aqui e vem dizer em transparência, mas, quando eu pergunto o saldo, ele diz que não sabe. Quando a gente dá um tempo, ele diz que não sabe. Quando a gente estende o tempo, ele diz que não vai dar a informação. Quando eu entro na Justiça e ganho a liminar, o cara de pau, mentiroso, senta-se na mesma cadeira e diz que decisão judicial é para ser cumprida. No mesmo dia, na parte da tarde, ele entra contra e derruba liminar, e não dá a informação.

É um governo mentiroso, que esconde os mais de R\$20.000.000.000,00 que estão em saldo de conta em detrimento de um povo que não tem insumos de saúde nos hospitais, com escolas sucateadas, com servidores não valorizados. É esse governo que promete e mente que nós vamos derrubar. Não é na votação aqui, hoje, não, porque aqui nós vamos conquistar uma grande vitória com os nossos servidores. Mas nós vamos ter de mostrar para todo o Estado, pulando montanhas e montanhas para levar essa notícia, que é sem promessa e sem mentira que o povo de Minas quer viver, que há mordada desse regime autoritário, sim, que não dialoga, que num processo tão importante como este da recomposição dos servidores não procurou em nenhum momento nenhum espaço de conversa.

Então eu não poderia encerrar, presidente, sem manifestar minha indignação nesse sentido com o governo. Fiz isso na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. É inaceitável um desgoverno desse tamanho, que tem as contas numa situação melhor hoje, mas não tem resultado nenhum, não tem eficiência de gestão nenhuma, senão a capacidade de guardar dinheiro e esconder informações. Nós não podemos aceitar isso.

E aqui eu queria, mais uma vez, cumprimentar os servidores de todas as categorias. Nós vamos votar primeiro o projeto de lei de reajuste dos servidores do Executivo, de todos eles. Destaco em especial a grande articulação que houve para o avanço para os profissionais da educação, do ensino básico ao ensino superior, que na emenda foram contemplados. Os servidores da área da segurança pública estão lutando para conquistar um acordo já assumido há dois anos. E destaco o importante avanço para os servidores da saúde vinculado a essa emenda. Eles terão direito a mais 14%, o que é mais que merecido. Como eu disse, nenhuma das categorias sairá daqui – não conquistarão tudo aquilo que merecem, que desejam ou a que, de forma legítima, têm direito – sem um importante avanço, que não se encerra aqui. Estão presentes aqui alguns que nos acompanharam durante todo esse processo.

Nós vamos votar também, em seguida, um reajuste para os servidores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – os quais cumprimento –, do Tribunal de Contas, do Ministério Público. Faço um registro especial em relação aos defensores públicos, que foram muito criticados aqui. Registro, mais uma vez, a minha solidariedade a eles, mas sobretudo meu apoio e reconhecimento.

Então este é um momento em que a Assembleia Legislativa, representada pelos mais diversos deputados e deputadas, dá sentido ao seu papel legítimo e constitucional de ouvir e representar os servidores públicos, que, ao longo desses últimos anos sobretudo, vêm sendo castigados pela realidade econômica, conjuntural, política, mas principalmente por este desgoverno. Que a gente possa aprender com isso, seja pela oportunidade que teremos, ainda este ano, de debater, de discutir, de repensar, mas também de mudar. Que seja um bom momento para isso. Que essa conquista, baseada numa enorme mobilização, seja mais um exemplo de Minas Gerais para o País, para a gente ecoar esse desejo e esse sonho de mudança.

Em Minas Gerais, o governador Zema, ao longo desses três anos e três meses, negou-se a fazer esse diálogo, mas que ele tenha, quem sabe, no suspiro destes últimos momentos, a capacidade e a humildade, direta ou indiretamente, ele próprio ou seus secretários e liderados, seus líderes aqui na Casa, enfim, que ele tenha a capacidade de dialogar. Se isso não for possível, que possa pelo menos respeitar essa decisão, porque, assim que ela for votada e aprovada nesta Casa, nós vamos trabalhar para que ela seja sancionada. Esse é um trabalho que vamos fazer logo depois da votação, na esperança de que não precisemos nos mobilizar para derrubar qualquer veto. Seria o mínimo que o governador, depois de tudo isso, depois de tanta promessa e tanta mentira, poderia fazer: ouvir o clamor dos servidores e servidoras, dos deputados e deputadas e sancionar esse projeto de lei que tão logo será votado.

Encaminho, mais uma vez, presidente, meu voto favorável, parabenizando a liderança de V. Exa., que coloca esta Casa para exercer o papel que tem que exercer, com força, com autonomia, com responsabilidade. Foram mais de 50 emendas. Cerca de quatro ou cinco emendas foram aglutinadas em dois artigos. Ou seja, mais de 40 emendas foram rejeitadas. Poderia, talvez, alguém falar aqui em trem da alegria. A Assembleia, por mais que entenda a necessidade e o direito, sabe da responsabilidade e que não tem capacidade para avançar em tudo, mas deu um passo, um salto fundamental, com a liderança de V. Exa., com a capacidade que o presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, deputado Hely Tarquínio, teve de aglutinar, nesse parecer, direitos e avanços fundamentais para todas as categorias.

Que esse seja um bom exemplo – quem sabe? – para que o governador Zema deixe de lado as promessas e as mentiras e aceite o clamor desses servidores e servidoras, que muito fazem pelo Estado e que merecem o nosso apoio.

Contem com a gente. Parabéns por toda a mobilização e por essa conquista maravilhosa. Contem com o nosso apoio.

O presidente – Muito obrigado, deputado Ulysses Gomes. Com a palavra, para discutir, o deputado Elismar Prado.

O deputado Elismar Prado – Boa tarde a todos e a todas. Faremos economia processual, 3 minutos para acelerar o processo.

Primeiramente, quero parabenizar todos os trabalhadores da educação que estão aqui lutando legitimamente pelos seus direitos. Da mesma forma, os servidores da segurança. Quero dizer simplesmente a todos que, além de todas as questões colocadas aqui do ponto de vista do processo legislativo, temos uma coisa que é muito cara para todos nós, principalmente para todos nós que estamos na investidura do mandato eletivo, para todos que são políticos neste país, que é simplesmente a nossa dignidade e a nossa honra. Num país em que há, de um lado, um direito formal, que está no papel, que está na Constituição, que está na lei que a gente vota aqui, na lei que se vota lá no Congresso Nacional; e o direito real, para tirar do papel a luta de vocês, que estão aqui lutando por um direito que já deveria ter sido respeitado há muito tempo, há muito tempo... Então, quero deixar aqui o meu posicionamento, como sempre, favorável a todas as pautas dos trabalhadores da educação, de todos os servidores do Estado, porque simplesmente, no caso do piso, é uma lei federal. Inclusive, quando fui deputado federal e membro titular da Comissão de Educação na Câmara dos Deputados, ajudei a criar a lei do piso, que tramitou na nossa comissão. Acompanhamos todas as mobilizações, o enfrentamento no Supremo Tribunal Federal, porque os governadores entraram com uma ação de inconstitucionalidade para não implementar o piso profissional da educação nos estados. Uma vergonha. O mínimo de dignidade que a gente espera é que os governadores, todos eles, cumpram a lei do piso salarial nacional. Da mesma forma, a segurança pública, os profissionais da segurança. O governador simplesmente empenhou a palavra, fez uma promessa.

O que há? A lei que a gente vota aqui não vale nada, então? A lei que se vota no Senado, no Congresso? Quando se vota uma lei, ela é promulgada e sancionada. Não é para ser cumprida? Tem que acabar, no País, com essa coisa de lei que vale e lei que não vale. A lei existe é para ser cumprida; a promessa do político também. Como a gente vai andar de cabeça erguida nas ruas, nas praças? A população está revoltada com o processo político no Brasil há anos por quê? Porque se reproduz essa falácia, essa coisa toda de que o político é mentiroso, não é? Como e quando a gente vai resgatar a confiança da população? A política e os políticos andam em baixa na bolsa de valores popular, deputado Cleitinho, por causa de coisas como essas. A palavra que a gente empenha para o eleitor lá na rua, na feira, quando a gente está fazendo campanha tem que valer alguma coisa, tem que ser levada a sério. Foi feita uma promessa. Então não vale nada? Isso tem um nome: é estelionato eleitoral, isso é estelionato eleitoral. Vale para a palavra que a gente empenha ao eleitor. Devemos ter coerência no que a gente diz, no que a gente faz e no que a gente fala. Da mesma forma, as legislações, o que a gente vota aqui, na Assembleia, e o que todos acompanham, com expectativa, e que tem que ser cumprido. A lei do piso salarial foi promulgada, sancionada em 2008. É uma lei federal e simplesmente tem que ser cumprida. Ela trata da carreira dos professores, daqueles que formaram todos nós, deputados, deputadas, engenheiros, médicos, todos. Todos nós passamos pelas mãos dos nossos professores e professoras. Então isso tem que ser respeitado.



Então, presidente, quero simplesmente deixar registrado o meu posicionamento, como faço em todos os meus mandatos, já que temos o compromisso público, tanto eu como o deputado Weliton Prado, que foi deputado por dois mandatos consecutivos nesta Casa, de sempre votar favoravelmente a todas as pautas e reivindicações dos trabalhadores em educação, dos aposentados, dos servidores, e, da mesma forma, dos profissionais das forças de segurança pública, porque foi feita uma promessa, e a palavra tem que ser simplesmente cumprida e honrada. Está em jogo aqui a nossa dignidade. Simplesmente peço o apoio de todos os pares, deputados e deputadas, para que possam aprovar o que colocamos, que inclusive retornou às comissões, e o que consta nas emendas que também aprovamos e assinamos, para que a gente possa fazer valer a lei do piso salarial da educação em Minas Gerais e também fazer valer a promessa feita a todos os trabalhadores das forças de segurança pública em Minas Gerais.

É isso aí. Parabéns à luta de vocês. Contem sempre com o meu apoio nas mobilizações e em todas as votações nesta Casa também. Parabéns a todos e obrigado.

O presidente – Muito obrigado. Com a palavra, para discutir, a deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus – Primeiro, quero cumprimentar todos os guerreiros e guerreiras que estão lutando pelo óbvio e pelo fundamental de se ter dignidade humana no serviço público, vocês que estão nesta Casa ocupando o Plenário. E dizer que são bem-vindos todos e todas e “todes” que estão aqui, hoje, reforçando a importância de se discutir direito com a participação daqueles destinatários do direito. Então é muito importante a participação de todos e todas aqui.

Cumprimento minhas colegas parlamentares e os parlamentares presentes. Primeiramente ainda gostaria de registrar um desagravo. Hoje circula, nas redes sociais, a imagem da ex-presidenta Dilma num meme que é uma violência não só à ex-presidenta, porque é a primeira mulher a ocupar o cargo mais alto neste país, mas também uma violência a todas nós, mulheres. A violência política não pode ser naturalizada, e é por isso que quero registrar aqui o meu desagravo e exigir que o responsável por essa imagem seja responsabilizado.

É muito bom ver a Casa cheia de povo, porque ocupar é direito. Hoje esta votação na Assembleia marca, presidente, algo muito importante, ou seja, reafirma a soberania dos poderes frente a um governador que tenta, a todo tempo, intimidar, impedir a democracia e impedir o avanço da política pública, porque sem servidor não há política pública. O que era para ser votação de uma simples recomposição inflacionária, que ignorava acordos levados a cabo de categorias que o governo e que a própria lei garantem, hoje ganha a dimensão de uma vitória. Vitória para cada um que esteve nas ruas. Vitória porque esta Casa se abre para ouvir os servidores, porque isso é um dever. Vitória porque o governo precisa entender que valorizar servidor é investir na qualidade de serviço público que atende inclusive cada um que está aqui presente nesta Casa.

Falo aqui como educadora infantil em Ribeirão das Neves. Sou servidora pública há quase 20 anos. Cansei de ser empregada doméstica, porque fiz concurso pagando a taxa de concurso com dinheiro de diarista. E, como servidora pública em Ribeirão das Neves, muitas vezes tive de carregar água no balde para dar banho em criança. A realidade dos servidores públicos não é a realidade de quem nunca lavou um copo. Sabemos que o nosso papel no Estado é garantir que ele funcione e que inclusive garanta espaço para as próximas eleições deste lugar que o governador quer disputar. Não há lugar para o próximo governador se ele não quiser valorizar os servidores públicos, porque é ali que o Estado funciona, é ali que o Estado existe.

Então, estou feliz não só porque a Casa volta a abrir e dialogamos com quem caminha conosco na terra, com quem levou vacina. Mas também porque estamos dialogando com quem garantiu que o meu filho não ficasse um dia sem aula na pandemia. Estou dialogando com os servidores da segurança pública aqui, hoje, que até o momento têm garantido a minha vida como presidenta da Comissão de Direitos Humanos. Defendo o Estado, um estado que reconhece o papel do servidor público de todas as categorias. Mais do que isso, precisamos avançar. Então, a recomposição salarial é pouco. Há acordos que precisam avançar, por isso nós também garantimos emendas, que depois foram incorporadas, que reconhecem o papel da saúde, dos servidores da saúde, que doaram a vida durante a pandemia. Não há salário que pague isso. Mas, se está escrito na lei que é direito, estamos aqui para lutar e garantir isso.



Então hoje, presidente, fechando aqui a minha fala, vim falar para mostrar o nosso compromisso, o compromisso com todas as categorias, porque por trás delas há pessoas. O Estado é feito de pessoas. Então, respeitar as pessoas passa por não usar de demagogia quando se faz a valorização do trabalho do outro. (– Intervenção fora do microfone.)

Ele é minoria. Ele é minoria. Esta Casa tem demonstrado isso. Obrigada, presidente. Concluí.

### Questão de Ordem

O deputado Hely Tarquínio – Gostaria de dar a notícia triste da morte do Prof. Alcino Lázaro da Silva. Foi catedrático da cadeira de cirurgia-geral da UFMG durante muitos anos. Formou a maioria dos cirurgiões de Minas Gerais, eméritos. Era muito conhecido no Brasil inteiro. Promoveu, vamos dizer assim, muitos alunos na seara da cirurgia de forma extremamente científica, honesta, ética. Na verdade, foi o paradigma da cirurgia bem-feita, com ética, com arte, com consciência. Portanto, queríamos pedir, neste momento, 1 minuto de silêncio em respeito a tudo que ele construiu neste mundo para o bem das pessoas e para a saúde das pessoas.

### Homenagem Póstuma

O presidente – É regimental. Concedo 1 minuto de silêncio em homenagem ao emérito Prof. Alcino Lázaro.

– Procede-se à homenagem póstuma.

O presidente – Não há outros oradores inscritos.

– Vêm à Mesa:

### EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 3.568/2022

Acrescente-se onde convier:

“Art. ... – Os proventos da aposentadoria de Auditores Fiscais da Receita Estadual e de Gestores Fazendários submetidos à incidência do art. 12 da Lei nº 16.190, de 22 de junho de 2006, se inferiores a 100% (cem por cento) do limite total previstos na legislação, serão ajustados considerando a correlação percentual entre a média de percepção da Gratificação de Estímulo à Produção Individual – GEPI –, em 31 de dezembro de 2005, e o limite mensal regulamentar de ponto-GEPI e de cota-GEPI vigente naquela data.

§ 1º – O disposto neste artigo aplica-se também aos pensionistas e às pensões.

§ 2º – É vedado o pagamento retroativo de quaisquer valores decorrentes da adequação de que trata esta Lei.””.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2022.

Professor Wendel Mesquita (Solidariedade)

**Justificação:** O dispositivo visa promover a adequação dos proventos da aposentadoria de Auditores Fiscais da Receita Estadual e de Gestores Fazendários submetidos à incidência do art. 12 da Lei nº 16.190/2006, considerando interpretação deste dispositivo legal, assentada na manutenção da correlação percentual entre a média de percepção da Gratificação de Estímulo à Produção Individual – GEPI –, em 31 de dezembro de 2005, e o limite mensal regulamentar de ponto-GEPI e cota-GEPI vigente naquela data.

Tal adequação atende a um pequeno número de Auditores Fiscais da Receita Estadual – AFRE – com direito à percepção de número de pontos-GEPI superior a 6.000 (seis mil) e inferior a 10.000 (dez mil), e Gestores Fazendários – GEFAZ – com direito à percepção de número de cotas-GEPI superior a 720 (setecentas e vinte) e inferior a 1.300 (um mil e trezentas), todos aposentados, cujos proventos foram extremamente prejudicados face à metodologia de cálculo adotada após a incorporação de parte da Gratificação que decorreu da Lei nº 16.190/2006, implicando no abandono da correlação percentual entre a média de percepção da GEPI e cota-

GEPI em 31 de dezembro de 2005, determinada pela Lei nº 8.178 de 28 de abril de 1982, conforme Certidão Individual emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda, quando do ato de aposentadoria do servidor.

#### ACORDO DE LÍDERES

A maioria dos líderes com assento nesta Casa acordam seja recebida, em 2º turno, emenda do deputado Sargento Rodrigues ao Projeto de Lei nº 3.568/2022, contendo matéria nova.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2022.

Cássio Soares, líder do BMSM – Roberto Andrade, líder do BDLHC – André Quintão, líder do BDL – Inácio Franco, líder da Maioria – Ulysses Gomes, líder da Minoria.

#### DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência acolhe o acordo e determina seu cumprimento.

Mesa da Assembleia, 30 de março de 2022.

Agostinho Patrus, presidente.

#### EMENDA Nº 2 AO PROJETO DE LEI Nº 3.568/2022

Dê-se ao *caput* e ao § 1º do art. 10 do Substitutivo nº 1 de 2º turno a seguinte redação:

Art. 10 – Sem prejuízo do disposto no art. 1º, o subsídio e o vencimento básico dos servidores públicos civis e militares a que se referem os incisos XIII a XVII do art. 3º ficam revistos em 14% (quatorze por cento), nos termos do inciso X do *caput* do art. 37 da Constituição da República e do art. 24 da Constituição do Estado, a partir de 1º de janeiro de 2022, e ficam reajustados em 33,24% (trinta e três vírgula vinte e quatro por cento), em decorrência da atualização do valor do Piso Salarial Profissional Nacional dos Profissionais do Magistério Público da Educação Básica – PSPN – do ano de 2022, de que trata a Constituição do Estado, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2022, os valores das tabelas de vencimentos dos cargos das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica, de que trata a Lei nº 15.293, de 2004, e dos cargos de que tratam os incisos X e XI do art. 1º da Lei nº 15.301, de 2004, e dos cargos de provimento em comissão de Diretor de Escola e de Secretário de Escola, de que trata o art. 26 da Lei nº 15.293, de 2004, e de Diretor de Escola de que trata o art. 8º-D a Lei nº 15.301, de 2004, e os valores das gratificações de função de Coordenador de Escola e de Coordenador de Posto de Educação Continuada – Pecon –, previstas nos incisos II e III do art. 29 da Lei nº 15.293, de 2004, aplicando-se, ainda, aos valores dos vencimentos básicos dos ocupantes de cargos efetivos e detentores de função pública das carreiras do Grupo de Atividades de Saúde, de que trata a Lei nº 15.462, de 2005, o índice de 14% (quatorze por cento), referente a recomposição salarial, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2022.

§ 1º – O reajuste de 33,24% (trinta e três vírgula vinte e quatro por cento) de que trata o *caput*, referente ao reajuste do valor do PSPN do ano de 2022, aplica-se aos pensionistas e servidores inativos que fizerem jus à paridade nos termos da legislação vigente, aos detentores de cargos convocados para funções de magistério nos termos do art. 122 da Lei nº 7.109, de 13 de outubro de 1977, e aos detentores de cargos contratados nos termos da Lei nº 23.750, de 23 de dezembro de 2020, cujos proventos ou cuja remuneração tiverem como referência os valores aplicáveis às carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica, de que trata a Lei nº 15.293, de 2004, e de que tratam os incisos X e XI do *caput* do art. 1º da Lei nº 15.301, de 2004.

**Justificação:** A presente emenda tem por objetivo corrigir erro material, de forma conceder o reajuste de 33,24% (trinta e três vírgula vinte e quatro por cento) aos Professores de Educação Básica, aos Especialistas em Educação Básica e aos Diretores que trabalham na rede de ensino Colégio Tiradentes da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, conforme disposto no art. 1º, incisos X e XI c/c art. 8º – D da Lei nº 15.301, de 2004.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2022.

Sargento Rodrigues

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto uma emenda do deputado Professor Wendel Mesquita, que recebeu o nº 1, e uma do deputado Sargento Rodrigues, que recebeu o nº 2, a qual, por conter matéria nova, vem acompanhada de Acordo de Líderes, que foi acolhido pela presidência, a qual determinou o seu cumprimento. A presidência, nos termos do inciso I do art. 228 do Regimento Interno, deixa de receber a Emenda nº 1, por tratar de assunto não versado na proposição principal. A presidência informa ainda que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, a Emenda nº 2 será submetida a votação independentemente de parecer. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Caro presidente, deputado Agostinho; colegas deputadas e deputados; público presente – galerias lotadas pela presença de nossos servidores, do Judiciário, da educação, da segurança; servidores de todos os setores do nosso estado, quero aqui, presidente, encaminhar favoravelmente à votação do projeto, pelo seguinte aspecto: diante de tudo que foi dito durante o debate pelos nossos colegas parlamentares, ficou claro para todos nós que o maior patrimônio que temos no Estado de Minas Gerais, no serviço público de Minas Gerais são os nossos servidores. Temos repetido e dito ao governador desde o primeiro dia do seu mandato que o Estado de Minas Gerais, o governo de Minas Gerais não é uma loja de eletrodoméstico. O nosso produto não é a venda de liquidificador; o nosso produto não é a venda de geladeira; o nosso produto não é a venda de fogões; o nosso produto é o serviço público de qualidade para o cidadão mineiro, que paga seus impostos e está lá na ponta. E não há como prestar serviço público de qualidade à população se não houver o servidor. E o servidor precisa estar valorizado, o servidor precisa estar estimulado, o servidor precisa estar capacitado, o servidor precisa estar pronto para prestar o serviço de que a população tanto precisa. Não é isso que tem acontecido. O orçamento do governo serve para tudo, como aqui foi dito. O orçamento do governo serve para incentivo fiscal – e bem lembradas as lojas locadoras; o orçamento do governo serve para pagar salários milionários para os amigos, seu jetons, aos cargos comissionados do governo; o orçamento do Estado e das suas estatais serve para contratos que são suspeitos, mas o orçamento do Estado não está disponível para aqueles que lutam para que os nossos filhos recebam educação de qualidade, para que a gente ande pelas ruas com segurança, para que, quando estivermos em momentos de pandemia e crise, como ocorreu nesta pandemia, tenhamos servidores que colocam a vida em risco para enfrentar esse momento. O governo não tem essa sensibilidade. O que o governo fez e disse para o servidor, o máximo de que ele se aproximou, na cabeça dele, do que seria bom para o servidor foi uma reforma administrativa e depois, em seguida, uma reforma da Previdência, de que vocês se lembram muito bem, no meio de uma pandemia.

Mas vejam vocês, vejam vocês: a Assembleia Legislativa é a Casa do povo, a Assembleia Legislativa sempre foi o espaço de luta dos servidores, e aqui nós combinamos duas situações fundamentais para que possamos obter essa vitória, que é importante, legítima e justa. A primeira é que há nesta Casa, neste Parlamento parlamentares que têm visão e têm compreensão da importância de cada um e de cada uma dos senhores e senhoras que estão aqui e dos que não estão, que estão nos seus postos de trabalho. Aqui eu tenho certeza de que a grande maioria dos deputados, na escolha que terá de fazer na agenda do governo, que é contra o servidor, e na escolha em prol de servidor, tenho certeza de que a maioria caminhará juntamente com os senhores e com as senhoras, aprovando essa matéria; não tenho dúvida.

Quero dizer mais: em resumo, presidente, o que nós teremos aqui será o seguinte rito: aprovaremos o projeto. Aprovaremos o projeto. Tenho muita convicção de que aprovaremos o projeto. Espero que o governo sancione, mas, caso o governo não sancione e vete o projeto, ele voltará para esta Casa, e o nosso movimento será apenas um: a derrubada do veto em prol dos servidores e das servidoras. Votamos “sim” pelo projeto.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares – Está aqui: “Uso obrigatório de máscara”. Eu vi os oradores tirando, mas vou manter a minha.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esperei acabar a discussão para entrar no encaminhamento, exatamente para ser bastante breve. Sras. Professoras e Srs. Professores, servidores da área da segurança e demais áreas afins do Estado, dia... Que dia é hoje? Dia 30/3/2022, um dia em que a gente fica dividido entre o desejo e a realidade, entre o possível e o impossível.

O governo do Estado encaminhou a esta Casa, há algumas semanas, um projeto de lei trazendo uma recomposição salarial de 10,06% a todos os servidores. Eu tenho dito reiteradas vezes nas entrevistas que dou, nas conversas que tenho com parlamentares, com servidores, com amigos que o que o governo encaminhou foi o limite daquilo que é possível de se fazer. Este... Este governo...

O presidente – Solicito às galerias... Vamos ouvir a palavra do líder Gustavo Valadares para que, em seguida, possamos votar a proposição.

O deputado Gustavo Valadares – Este governo assumiu a gerência, a gestão do Estado com dívidas dos mais diversos cantos, dívida com os municípios, dívida com os servidores, falta de medicamentos, falta de atendimento no Ipsemg aos servidores estaduais, falta de empregos, falta de estradas. De lá para cá, o Estado mudou ou vem mudando. Ainda há muito por fazer, mas muito por fazer. Há muito que se melhorar, inclusive na valorização dos servidores. Isso é um fato, e este governo não se esconde e não se furtará a defender isso, mas o primeiro ponto de valorização do servidor que este governo defende é a responsabilidade, é o trato com vocês com respeito. Este governo jamais assumirá um compromisso que não terá condições de cumprir. Por essa razão...

O presidente – Solicito às galerias silêncio para que nós possamos ouvir o deputado Gustavo Valadares. Com a palavra, o deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares – Este é um governo que trouxe uma nova realidade ao Estado, uma melhor realidade, mas que vi...

O deputado Gustavo Valadares – Presidente, eu peço para que recomponha o meu tempo.

O presidente – É regimental. V. Exa. terá o tempo recomposto.

Solicito às galerias que façam silêncio para que nós possamos ouvir o parlamentar. Em seguida, vamos fazer a votação. O tempo do deputado será garantido. Portanto, para que nós possamos rapidamente votar essa matéria, é importante ouvirmos as palavras do parlamentar líder do governo nesta Casa.

O deputado Gustavo Valadares – Este é um governo que tem R\$140.000.000.000,00 como uma pressão grande nas suas costas que é a dívida que o Estado tem para com a União. Não vem sendo paga por conta de liminares que estão sob risco de cair a qualquer minuto no Supremo Tribunal Federal. Este é um governo que, mesmo com todas essas dificuldades, colocou salários em dia, colocou o 13º salário sendo pago no ano.

O presidente – Solicito às galerias a gentileza para que nós possamos ouvir o parlamentar e reafirmo que o tempo do parlamentar será garantido. Portanto, só atrasaremos a votação do projeto se o interrompermos a cada momento. V. Exa. tem garantia do seu tempo e da sua palavra, deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares – Muito obrigado, presidente. De ontem para hoje, foram apresentadas ao projeto mais de 50 emendas, sendo que as que foram contempladas no relatório trazem um impacto à folha do Estado de mais de R\$9.000.000.000,00, de R\$9.000.000.000,00.

A reflexão que trago às deputadas e aos deputados, em especial no dia de hoje, é que o Estado não tem como única obrigação sua ou como sua única obrigação, melhor dizendo, o pagamento de salário dos servidores. Nós precisamos manter o Estado funcionando, investimentos na saúde, investimentos na educação, investimentos em segurança e em infraestrutura. Tudo isso é fundamental para que todos os mineiros, servidores incluídos, tenham um estado melhor a cada dia. Cinco emendas, seis emendas foram contempladas no parecer; R\$9.000.000.000,00 a mais de reais impactando um projeto que já trazia R\$5.000.000.000,00 de impacto; R\$14.000.000.000,00 de impacto total é o que está em jogo aqui, agora, R\$14.000.000.000,00.

O que eu peço às senhoras e aos senhores deputados, neste momento, é que pensem, reflitam.

O presidente – Solicito às galerias a gentileza... O deputado Gustavo Valadares terá o tempo dele garantido para que possa trazer a sua mensagem, aqui representando o governo do Estado. Com a palavra, o deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares – Presidente, o que trago às deputadas e aos deputados, no dia de hoje, de forma muito franca e aberta, é que, além de o impacto ser impossível de ser absorvido pelo Estado, os R\$9.000.000.000,00 apresentados da noite de ontem para o dia de hoje, nós ainda estamos tratando de algo que é, infelizmente, ilegal. O Estado de Minas, apesar de vir se recuperando de quatro anos passados desastrosos, é um estado que ainda está no limite de pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal. É um estado que não pode descumprir esse limite sob pena inclusive de ter os seus R\$140.000.000.000,00, que estão pendurados lá no Supremo Tribunal Federal, obrigados a voltar a ser pagos às suas parcelas mensais.

Para terminar, presidente, o meu apelo às deputadas e aos deputados é o seguinte: não votemos de afogadilho esse projeto, R\$9.000.000.000,00 apresentados da noite para o dia. Com relação...

O presidente – A palavra está com o deputado Gustavo Valadares, e ele irá finalizar o seu raciocínio para que em seguida possamos realizar as votações.

O deputado Gustavo Valadares – Muito obrigado, presidente. Com relação aos benefícios e incentivos fiscais, este é um governo que manteve esse incentivo citado por alguns aqui, que é um incentivo que existe desde 2004. O governo passado manteve o mesmo incentivo durante os seus quatro anos. Eu faço aqui, inclusive...

Presidente, para eu encerrar o meu pronunciamento...

O presidente – O deputado Gustavo Valadares tem a palavra. Solicito a gentileza das galerias. Nós já estamos no avançado da hora para que o deputado possa concluir o seu raciocínio, a sua fala, e em seguida já começarmos a votação.

O deputado Gustavo Valadares – É uma pena que a gente não tenha aqui a oportunidade de debater de forma muito franca e aberta aquilo que precisa ser dito. Então, aqui vai o meu recado às deputadas e aos deputados: R\$9.000.000.000,00 da noite de ontem para o dia de hoje. O Estado, com o projeto que já havia apresentado, traz um impacto de R\$5.000.000.000,00, no limite da sua responsabilidade fiscal, para que possa continuar mantendo em dia salário, 13º salário e investimento nas demais áreas, para continue cumprindo aquilo que o governo passado não cumpriu. Por essa razão, peço às deputadas e aos deputados: “Não votemos o projeto ora apresentado”. Presidente, muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, pedi a palavra pela ordem para aproveitar o deputado que me antecedeu aqui, na tribuna, o deputado Gustavo Valadares, e solicitar aos deputados da base do governo, que a gente está vendo aqui no painel, para vir para o Plenário votar. Esse projeto é muito importante, muito importante para Minas Gerais. São aqueles que fazem o serviço público, a política pública acontecer na ponta da linha, que são os servidores, que são valiosíssimos. Quero pedir aos deputados que compõem a base de governo para vir para o Plenário votar uma matéria tão importante. Presidente, é um apelo que faço ao líder de governo, deputado Gustavo Valadares.

O presidente – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cássio Soares.

O deputado Cássio Soares – Sr. Presidente, de forma muito breve, orientando o Bloco Minas são Muitas, a votação é “sim”, favorável ao projeto.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)  
Ana Paula Siqueira (REDE)  
André Quintão (PT)  
Andréia de Jesus (PSOL)  
Beatriz Cerqueira (PT)  
Betinho Pinto Coelho (SOLIDARIEDADE)  
Betão (PT)  
Bruno Engler (PRTB)  
Carlos Pimenta (PDT)  
Celinho Sintrocel (PCdoB)  
Charles Santos (REPUBLICANOS)  
Cleitinho Azevedo (CIDADANIA)  
Coronel Sandro (PSL)  
Cristiano Silveira (PT)  
Cássio Soares (PSD)  
Dalmo Ribeiro Silva (PSDB)  
Delegada Sheila (PSL)  
Delegado Heli Grilo (PSL)  
Doorgal Andrada (PATRI)  
Douglas Melo (MDB)  
Doutor Jean Freire (PT)  
Doutor Paulo (PATRI)  
Doutor Wilson Batista (PSD)  
Duarte Bechir (PSD)  
Elismar Prado (PROS)  
Fernando Pacheco (PV)  
Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)  
Gil Pereira (PSD)  
Glaycon Franco (PV)  
Hely Tarquínio (PV)  
Inácio Franco (PV)  
Ione Pinheiro (DEM)  
João Leite (PSDB)  
João Vítor Xavier (CIDADANIA)  
Leandro Genaro (PSD)



Leninha (PT)  
Marquinho Lemos (PT)  
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)  
Mário Henrique Caixa (PV)  
Neilando Pimenta (PODE)  
Osvaldo Lopes (PSD)  
Professor Cleiton (PSB)  
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)  
Rosângela Reis (PODE)  
Sargento Rodrigues (PTB)  
Sávio Souza Cruz (MDB)  
Tadeu Martins Leite (MDB)  
Thiago Cota (MDB)  
Ulysses Gomes (PT)  
Virgílio Guimarães (PT)

O presidente – Votaram “sim” 50 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 2.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)  
Ana Paula Siqueira (REDE)  
André Quintão (PT)  
Andréia de Jesus (PSOL)  
Beatriz Cerqueira (PT)  
Betinho Pinto Coelho (SOLIDARIEDADE)  
Betão (PT)  
Bruno Engler (PRTB)  
Celinho Sintrocel (PCdoB)  
Charles Santos (REPUBLICANOS)  
Cleitinho Azevedo (CIDADANIA)  
Coronel Sandro (PSL)  
Cristiano Silveira (PT)  
Cássio Soares (PSD)  
Dalmo Ribeiro Silva (PSDB)  
Delegada Sheila (PSL)  
Delegado Heli Grilo (PSL)  
Doorgal Andrada (PATRI)

Douglas Melo (MDB)  
Doutor Jean Freire (PT)  
Doutor Paulo (PATRI)  
Doutor Wilson Batista (PSD)  
Duarte Bechir (PSD)  
Elismar Prado (PROS)  
Fernando Pacheco (PV)  
Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)  
Gil Pereira (PSD)  
Glaycon Franco (PV)  
Hely Tarquínio (PV)  
Inácio Franco (PV)  
Ione Pinheiro (DEM)  
João Leite (PSDB)  
João Vítor Xavier (CIDADANIA)  
Leandro Genaro (PSD)  
Leninha (PT)  
Marquinho Lemos (PT)  
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)  
Mário Henrique Caixa (PV)  
Neilando Pimenta (PODE)  
Osvaldo Lopes (PSD)  
Professor Cleiton (PSB)  
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)  
Rosângela Reis (PODE)  
Sargento Rodrigues (PTB)  
Sávio Souza Cruz (MDB)  
Tadeu Martins Leite (MDB)  
Thiago Cota (MDB)  
Ulysses Gomes (PT)  
Virgílio Guimarães (PT)

O presidente – Votaram “sim” 49 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.568/2022 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, com a Emenda nº 2. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.382/2021, do Tribunal de Justiça, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, relativo aos anos de 2020 e 2021. A

Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

André Quintão (PT)

Andréia de Jesus (PSOL)

Antonio Carlos Arantes (PSDB)

Arlen Santiago (PTB)

Beatriz Cerqueira (PT)

Betinho Pinto Coelho (SOLIDARIEDADE)

Betão (PT)

Carlos Pimenta (PDT)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Cleitinho Azevedo (CIDADANIA)

Coronel Sandro (PSL)

Cristiano Silveira (PT)

Cássio Soares (PSD)

Dalmo Ribeiro Silva (PSDB)

Delegada Sheila (PSL)

Delegado Heli Grilo (PSL)

Doorgal Andrada (PATRI)

Douglas Melo (MDB)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRI)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Duarte Bechir (PSD)

Elismar Prado (PROS)

Fernando Pacheco (PV)

Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)

Gil Pereira (PSD)

Glaycon Franco (PV)

Guilherme da Cunha (NOVO)

Hely Tarquínio (PV)

Inácio Franco (PV)  
Ione Pinheiro (DEM)  
João Leite (PSDB)  
João Vitor Xavier (CIDADANIA)  
Leandro Genaro (PSD)  
Leninha (PT)  
Léo Portela (PL)  
Marquinho Lemos (PT)  
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)  
Mário Henrique Caixa (PV)  
Neilando Pimenta (PODE)  
Noraldino Júnior (PSC)  
Osvaldo Lopes (PSD)  
Professor Cleiton (PSB)  
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)  
Roberto Andrade (AVANTE)  
Rosângela Reis (PODE)  
Sargento Rodrigues (PTB)  
Sávio Souza Cruz (MDB)  
Tadeu Martins Leite (MDB)  
Thiago Cota (MDB)  
Ulysses Gomes (PT)  
Virgílio Guimarães (PT)

O presidente – Votaram “sim” 55 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.382/2021 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.391/2021, da Defensoria Pública, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, no período de janeiro de 2020 a novembro de 2021, e dos subsídios e proventos dos membros da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, referente ao período de dezembro de 2019 a novembro de 2021, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vem à Mesa:

#### **EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 3.391/2021**

Suprimam-se os §§ 2º, 3º e 4º do art. 4º do Substitutivo nº 2, renumerando-se o § 1º como parágrafo único.

Sala das Reuniões, 30 de março de 2022.

Guilherme da Cunha (Novo)

**Justificação:** A presente Emenda visa a suprimir comandos, presentes no Substitutivo nº 2 ao Projeto de Lei nº 33.91/2021, que visam a aumentar todos os vencimentos da carreira de Defensor Público no Estado de Minas Gerais. Conforme a dicção dos §§ 2º, 3º e 4º do art. 4º do Substitutivo, a carreira dos Defensores Públicos passaria a contemplar uma diferença percentual de 5% (cinco por cento) entre cada uma das suas etapas, conferindo-se reajuste em valores muito superiores aos previstos no Projeto – a saber, o percentual de 15,51% (quinze vírgula cinquenta e um por cento), o que, por si, já é índice muito superior à inflação acumulada no ano de 2021 e mais de 50% (cinquenta por cento) superior ao conferido aos servidores públicos vinculados ao Poder Executivo do Estado.

A título exemplificativo, os subsídios do Defensor Público de Classe Inicial, hoje previstos em R\$ 23.102,79 (vinte e três mil, cento e dois reais e setenta e nove centavos), passaria a ser de R\$ 30.362,01 (trinta mil, trezentos e sessenta e dois reais e hum centavo), um aumento percentual de 31,42% (trinta e hum vírgula quarenta e dois por cento); do Defensor Público de Classe Intermediária, de R\$ 25.387,63 (vinte e cinco mil, trezentos e oitenta e sete reais e sessenta e três centavos) para R\$ 31.960,02 (trinta e um mil, novecentos e sessenta reais e dois centavos), um aumento percentual de 25,88% (vinte e cinco vírgula oitenta e oito por cento); do Defensor Público de Classe Final, de R\$ 27.898,54 (vinte e sete mil, oitocentos e noventa e oito reais e cinquenta e quatro centavos) para R\$ 33.642,13 (trinta e três mil, seiscentos e quarenta e dois reais e treze centavos), um aumento percentual de 20,58% (vinte vírgula cinquenta e oito por cento). Todos esses aumentos são absolutamente desproporcionais em relação ao objetivo do presente Projeto de Lei, que, à primeira vista, pretendeu tão somente aplicar o índice de reajuste de 15,51% a todos os estágios da carreira da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

No presente momento, de recuperação após o longo período da pandemia da Covid-19, é descabido que determinado setor do funcionalismo público receba índices muito mais elevados do que o conferido aos demais, além de violar o preceito do art. 22, Parágrafo Único, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que veda aumentos de caráter diferenciado para categorias de servidores públicos, ressalvada a recomposição das perdas inflacionárias.

Diante de todos os presentes motivos, submete-se a presente Emenda à apreciação dos pares, visando à sua aprovação.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada uma emenda do deputado Guilherme da Cunha, que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será submetida a votação independentemente de parecer. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Guilherme da Cunha.

O deputado Guilherme da Cunha – Muito boa tarde, presidente. Boa tarde, colegas.

Venho aqui a esta tribuna fazer o encaminhamento especialmente da emenda que apresentei agora para 2º turno. Explico: o projeto proposto pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais propõe reajuste de 14% e 15% para seus representantes – 14% para os seus servidores, 15%, como reajuste básico, para os defensores.

Durante a discussão, na Comissão de Administração Pública, eu apresentei emenda para que fosse reduzido o percentual a 10,06%, que estão sendo propostos para todo o funcionalismo mineiro. Foi rejeitado. Mas apresentei também, colegas – e aqui que eu peço especial atenção –, uma outra emenda, uma emenda que busca corrigir uma pequena malandragem, a meu ver, presente no projeto, que é a seguinte: junto com o reajuste de 14% e com o reajuste de 15%, a Defensoria Pública propôs a revisão dos subsídios dos próprios defensores, revisão esta que extrapola e muito os 14%, os 15%, os 10%; revisão esta que atinge 31% de aumento no subsídio dos defensores do Estado de Minas Gerais. E a gente tem que deixar muito claro que o defensor não é tadinho, o defensor não é alguém que está, nas palavras do Dr. Heli, em situação de necessidade, de miséria, com medo da fome.

O salário inicial do defensor atualmente é de R\$23.000,00. O projeto proposto pela Defensoria eleva esse valor para mais de R\$30.000,00. E, quando a gente pensa na necessidade que existe em Minas Gerais de mais defensores em mais comarcas e pensa que o dinheiro para contratar mais defensores vai disputar espaço com o dinheiro para pagar esse reajuste de mais de 30%, fica evidente que quem sofre é o povo, fica evidente que quem sofre é a população, especialmente nas comarcas menores, que não terão a oportunidade de ter um defensor contratado porque vai faltar orçamento.

O que eu proponho aqui na minha emenda e que irá à votação separada – e peço apoio dos colegas – é para que a gente rejeite essa revisão de subsídio dos defensores em mais de 30%. Eles vão continuar tendo a recomposição inflacionária, vão continuar tendo a recomposição inflacionária em quinze vírgula alguma coisa. Os servidores da Defensoria vão continuar tendo a recomposição inflacionária de quatorze e alguma coisa, mas esse aumento adicional de 30% para os defensores será excluído, e a gente vai ter, número um, justiça, em um contexto em que está todo mundo sofrendo com inflação, com dificuldade para pagar a conta; em um contexto em que os servidores estão lutando por um reajuste adicional aos 10,06 que o Estado tem condição de pagar. O servidor pleitear mais de 30% não é justo. E um segundo ponto muito positivo que pode vir da aprovação da emenda por mim apresentada é a possibilidade de a Defensoria chegar a mais lugares, atender mais pessoas, porque a gente vai ter orçamento para mais defensores – é óbvio isso. Se um único defensor começa a consumir 30% a mais de recursos, obviamente falta dinheiro para a gente poder levar o serviço aonde mais se precisa.

O que eu peço aos colegas, portanto, é a aprovação da emenda, o voto “sim” à emenda, para que a gente diga aos defensores algo que o colega Sargento Rodrigues disse várias vezes: se eles querem se posicionar como membros de poder a ponto de buscar uma equiparação salarial com o Ministério Público e com o Judiciário, que apresentem a revisão dos seus subsídios quando todos os membros de poder assim o fizerem, e não no momento em que a gente discute um projeto do servidor – e de carona no projeto do servidor –, que a gente sabe que tem o apoio da ampla maioria desta Casa. Que a gente possa separar uma coisa da outra. Se eles quiserem discutir, é uma discussão válida, mas não é uma carona que a gente possa aceitar neste Plenário.

Vamos, então, votar “sim” à emenda para que a gente possa preservar a recomposição inflacionária da Defensoria, mas, ao mesmo tempo, que a gente evite essa carona de 30% no subsídio dos próprios defensores que está sendo proposta e que a gente permita justiça e Defensoria em mais lugares.

Agradeço pela atenção, Sr. Presidente; agradeço pela atenção a todos os colegas. Conto com o apoio para a aprovação da emenda. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes – Presidente, eu queria encaminhar aqui contrariamente a essa emenda para que a gente mantenha o projeto, e eu quero explicar aos deputados e às deputadas. Nós estamos falando da Defensoria Pública do Estado, de defensores que são hoje, no Estado, 675 e que infelizmente ainda não conseguem atender a todo o Estado. E o que acontece quando não há defensor para atender, deputados? Temos aqueles chamados dativos, que recebem para defender justamente, legitimamente os nossos cidadãos mineiros. Os dativos, hoje, custam na média 10 vezes mais – 8, 10 vezes mais.

Então, o que está sendo proposto no projeto de lei é um reajuste de 15,51 para a classe especial, e nós estamos falando em cerca de 300 defensores públicos, na média de todos os reajustes que nós estamos discutindo no Estado; na segunda classe, há mais 200 defensores públicos, então estamos falando em cerca de 500; e a diferença está exatamente no inicial. No inicial, nós estamos falando hoje de algo em torno de 50 defensores – não chega a isso. E são esses defensores iniciais que estão tendo essa diferença maior aqui questionada na emenda do deputado; é verdade que é no inicial. E por que isso? Sobretudo nas cidades mais distantes do nosso estado, não se está conseguindo completar o número com os concursados. Só no último concurso, 25 que haviam passado desistiram por causa do salário, não estão aceitando ir para outros lugares. Aquele que faz concurso consegue, em uma outra categoria, em um outro Poder, em um outro estado, algo mais interessante para ele. Não estou aqui questionando o mérito de ele fazer a escolha ou não, mas aquele que é chamado para ir lá para o Norte, para o Jequitinhonha, ou para outra região – não vamos desmerecer nenhuma – sente dificuldade é no inicial desta carreira, e a Defensoria não consegue completar. E, quando não completa, paga dativo.



Aí, quanto ao questionamento da emenda de estar havendo um reajuste muito grande, isso multiplica 10 vezes o custo da Defensoria porque, não havendo esses defensores que hoje são apenas 50 – e podem ser mais depois porque, se melhorar o inicial, vamos segurá-los ou vamos motivar a chegada de mais –, ela gastará com os dativos, que são muito mais caros.

Então eu quero respeitar a posição aqui. Talvez o deputado esteja achando que seja um gasto gigantesco, que parece um valor exorbitante, mas não é para aqueles que disputam essa carreira, que estão entrando e não estão conseguindo fazer a defensoria atender todos os municípios. Eu respeito a emenda do deputado, que não entende a importância desse aumento, mas quero justificar. Esse reajuste apenas para 50 defensores no inicial se justifica e gera uma economia, sim, apesar de pagar mais caro para eles, porque a defensoria deixará de pagar os dativos, deixará de pagar 10 vezes mais advogados para pagar os defensores, que vão estar lá defendendo os nossos cidadãos. Eu quero pedir aqui a todos os deputados e às deputadas que votaram favoravelmente ao projeto que a gente mantenha o projeto na íntegra, rejeitando a emenda. Então, eu encaminho meu voto desfavorável, meu voto “não” à emenda apresentada pelo deputado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Ulysses Gomes. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cássio Soares.

O deputado Cássio Soares – Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, como há muitos deputados participando remotamente, a orientação do Bloco Minas são Muitas é votar contrariamente à emenda apresentada. Então, nessa votação, o voto é “não”.

O presidente – Muito obrigado, deputado Cássio Soares. Nós vamos primeiro votar o projeto.

O deputado Cássio Soares – Sr. Presidente, retificando, a votação do projeto é pelo “sim” e da emenda posteriormente é pelo “não”.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

André Quintão (PT)

Andréia de Jesus (PSOL)

Antonio Carlos Arantes (PSDB)

Arlen Santiago (PTB)

Beatriz Cerqueira (PT)

Betinho Pinto Coelho (SOLIDARIEDADE)

Betão (PT)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carlos Pimenta (PDT)

Celinho Sintrocél (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Sandro (PSL)

Cristiano Silveira (PT)

Cássio Soares (PSD)  
Dalmo Ribeiro Silva (PSDB)  
Delegada Sheila (PSL)  
Delegado Heli Grilo (PSL)  
Doorgal Andrada (PATRI)  
Douglas Melo (MDB)  
Doutor Jean Freire (PT)  
Doutor Paulo (PATRI)  
Doutor Wilson Batista (PSD)  
Duarte Bechir (PSD)  
Elismar Prado (PROS)  
Fernando Pacheco (PV)  
Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)  
Gil Pereira (PSD)  
Glaycon Franco (PV)  
Hely Tarquínio (PV)  
Inácio Franco (PV)  
Ione Pinheiro (DEM)  
João Leite (PSDB)  
João Vítor Xavier (CIDADANIA)  
Leninha (PT)  
Léo Portela (PL)  
Marquinho Lemos (PT)  
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)  
Mário Henrique Caixa (PV)  
Neilando Pimenta (PODE)  
Noraldino Júnior (PSC)  
Osvaldo Lopes (PSD)  
Professor Cleiton (PSB)  
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)  
Roberto Andrade (AVANTE)  
Rosângela Reis (PODE)  
Sávio Souza Cruz (MDB)  
Tadeu Martins Leite (MDB)  
Thiago Cota (MDB)

Ulysses Gomes (PT)

Virgílio Guimarães (PT)

– Registram “não”:

Guilherme da Cunha (NOVO)

Sargento Rodrigues (PTB)

O presidente – Votaram “sim” 52 deputados. Votaram “não” 2 deputados. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registra “sim”:

Guilherme da Cunha (NOVO)

– Registram “não”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

André Quintão (PT)

Andréia de Jesus (PSOL)

Antonio Carlos Arantes (PSDB)

Beatriz Cerqueira (PT)

Betinho Pinto Coelho (SOLIDARIEDADE)

Betão (PT)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Sandro (PSL)

Cristiano Silveira (PT)

Cássio Soares (PSD)

Delegada Sheila (PSL)

Delegado Heli Grilo (PSL)

Douglas Melo (MDB)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRI)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Duarte Bechir (PSD)

Elismar Prado (PROS)

Fernando Pacheco (PV)

Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)

Gil Pereira (PSD)

Glaycon Franco (PV)

Hely Tarquínio (PV)  
Inácio Franco (PV)  
Ione Pinheiro (DEM)  
João Leite (PSDB)  
João Vítor Xavier (CIDADANIA)  
Leandro Genaro (PSD)  
Leninha (PT)  
Léo Portela (PL)  
Marquinho Lemos (PT)  
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)  
Mário Henrique Caixa (PV)  
Neilando Pimenta (PODE)  
Osvaldo Lopes (PSD)  
Professor Cleiton (PSB)  
Roberto Andrade (AVANTE)  
Rosângela Reis (PODE)  
Sávio Souza Cruz (MDB)  
Tadeu Martins Leite (MDB)  
Thiago Cota (MDB)  
Ulysses Gomes (PT)  
Virgílio Guimarães (PT)

O presidente – Votou “sim” 1 deputado. Votaram “não” 47 deputados. Está rejeitada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.391/2021 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.392/2021, do procurador-geral de Justiça, que fixa o percentual relativo aos anos de 2020 e 2021 para revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)  
Ana Paula Siqueira (REDE)  
André Quintão (PT)  
Andréia de Jesus (PSOL)  
Antonio Carlos Arantes (PSDB)  
Arlen Santiago (PTB)  
Beatriz Cerqueira (PT)

Betinho Pinto Coelho (SOLIDARIEDADE)

Betão (PT)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carlos Pimenta (PDT)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Sandro (PSL)

Cristiano Silveira (PT)

Cássio Soares (PSD)

Dalmo Ribeiro Silva (PSDB)

Delegada Sheila (PSL)

Delegado Heli Grilo (PSL)

Doorgal Andrada (PATRI)

Douglas Melo (MDB)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRI)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Duarte Bechir (PSD)

Elismar Prado (PROS)

Fernando Pacheco (PV)

Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)

Gil Pereira (PSD)

Glaycon Franco (PV)

Guilherme da Cunha (NOVO)

Hely Tarquínio (PV)

Inácio Franco (PV)

Ione Pinheiro (DEM)

João Leite (PSDB)

João Vítor Xavier (CIDADANIA)

Leandro Genaro (PSD)

Leninha (PT)

Léo Portela (PL)

Marquinho Lemos (PT)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Mário Henrique Caixa (PV)

Neilando Pimenta (PODE)

Noraldino Júnior (PSC)

Oswaldo Lopes (PSD)

Professor Cleiton (PSB)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Roberto Andrade (AVANTE)

Rosângela Reis (PODE)

Sargento Rodrigues (PTB)

Sávio Souza Cruz (MDB)

Tadeu Martins Leite (MDB)

Thiago Cota (MDB)

Ulysses Gomes (PT)

Virgílio Guimarães (PT)

O presidente – Votaram “sim” 55 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. Está, portanto aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.392/2021 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.417/2021, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Guilherme da Cunha.

O deputado Guilherme da Cunha – Sr. Presidente, muito boa tarde. Eu venho aqui fazer um encaminhamento, Sr. Presidente, que é também um pedido à Mesa, um pedido aos colegas. A gente teve a tramitação desse projeto, ao longo do tempo, com muito pouco acesso aos próprios deputados, infelizmente. Projetos de reajuste dos servidores do Legislativo são apresentados pela Mesa, eles passam por parecer de 1º turno exclusivamente da Mesa, e, da mesma maneira, no 2º turno, voltam apenas para a Mesa. A grande oportunidade que nós, deputados, temos de conhecer o teor desses projetos é basicamente quando chegam ao Plenário. E nós votamos esse projeto no Plenário, Sr. Presidente, com uma proposta de reajuste que era algo próximo a 6%, se não estou equivocado. Mas, entre o 1º e o 2º turno, voltando para a comissão... Para a comissão não, voltando para a análise da própria Mesa, Mesa essa autora do projeto, houve uma modificação substancial. Houve uma alteração em relação ao vencido em 1º turno; uma alteração que eleva a correção, o reajuste para os servidores desta Assembleia a patamares superiores aos que estão sendo concedidos, por exemplo, para o Poder Executivo, para o Judiciário, para o Ministério Público. Basicamente trouxe uma dupla aplicação de percentuais: primeiro 8%, depois 10%, totalizando então 18%, um pouquinho mais, em razão da aplicação composta dos índices.

Sr. Presidente, eu fui acessar o Silegis hoje, antes da votação, para verificar justamente esse ponto, e observei que sequer constava na pasta do Silegis, naquele dossiê da proposição no sistema, ao qual todos temos acesso, a alteração realizada. Acho que vale a pena até conferir agora, para ver se os deputados saberão o que estão votando. E vejo aqui, Sr. Presidente, que ainda não consta no dossiê da proposição, que será votada agora, a alteração realizada pela própria Mesa, para o 2º turno. O que me parece o correto nesse caso? Que os deputados votem aquilo de que eles tenham conhecimento, e do que eles têm conhecimento é o vencido de 1º turno.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de apresentar requerimento de inversão da prioridade, para que votemos o vencido de 1º turno, que é o projeto de que temos conhecimento, que é o projeto que está na pasta do Silegis até agora, faltando minutos para a



votação. Para que os deputados não votem uma coisa agora, e acordem amanhã com uma desagradável surpresa de terem aprovado outra.

Além dessa questão de transparência, fundamental no processo legislativo, há ainda um importante fator, que é a gente tratar com igualdade e com isonomia todos os servidores deste estado. O servidor do Legislativo é muito valoroso, eu agradeço à nossa Consultoria; agradeço ao meu time e à minha equipe, sem a qual eu não conseguiria realizar o meu trabalho; mas a gente não pode dizer que ele é mais especial do que o servidor do Executivo, o servidor que atende à população no dia a dia, em várias das questões que lhes são essenciais, como saúde, segurança, educação, meio ambiente, infraestrutura, serviços administrativos. São todos importantes, todos precisam do mesmo respeito e do mesmo tratamento.

Eu solicito, Sr. Presidente, essa inversão de prioridade como uma medida de moralidade no processo legislativo, uma medida também de respeito com todos os servidores, inclusive os que estão aqui presentes, para que o servidor do Legislativo não seja tachado como mais especial que todos os demais. Com todo o respeito, pessoal, tenho muito carinho e muita admiração pelo trabalho de vocês. Mas, acima de tudo, tenho o dever e tenho o compromisso de defender que o dinheiro do cidadão mineiro seja aplicado com a máxima eficiência, seja aplicado com a máxima transparência.

Sr. Presidente, faço aqui o encaminhamento, juntamente com o pedido da inversão da prioridade. Havendo a inversão da prioridade, que votemos “sim” ao vencido de 1º turno. Não havendo a inversão da prioridade, Sr. Presidente, eu queria pedir aos colegas, até como sinal de protesto... Eu sei que não é muito comum aqui. Mas não havendo a inversão de prioridades, que a gente vote “não”, nem que seja para dizer que é importante que o processo esteja devidamente atualizado na pasta do Silegis para cada um saber o que está votando. Não é mesmo? Muito obrigado, presidente. Sim no vencido de 1º turno, mas, em relação às modificações feitas em 2º turno e sequer informadas, eu encaminho pelo não.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, ilustres membros da Mesa desta Casa, meus colegas deputados e deputadas, aqui, sem distinção de qualquer partido, presidente, desagradável é ouvir o colega que me antecedeu, porque nós sabemos que o que a Mesa está concedendo é aquilo que o governador, que ele apoia, não teve a honradez de conceder aos servidores, que é a recomposição da perda inflacionária.

A única coisa que eu faço aqui, em meu nome, e acredito que em nome dos outros colegas deputados e deputadas, e peço licença a todos eles e a todas elas para poder falar em nome, é reconhecer o brilhante trabalho que é prestado pelos servidores do Poder Legislativo. Graças a Deus, deputado Hely Tarquínio, nós temos, tanto no recrutamento amplo, no serviço, os concursados ou de função pública, profissionais abnegados. Sr. Presidente, a maioria das pessoas não sabem que, quando essa TV está funcionando, quando esses projetos estão sendo votados, nós temos assessores ali do outro lado, consultores do mais alto gabarito para poder nos assessorar.

Desagradável é ouvir o colega ser contrário à recomposição da perda inflacionária. Isso é desagradável, mas eu quero aqui, presidente, em nome de V. Exa., cumprimentar V. Exa. e todos os integrantes dessa Mesa diretora pela justiça que faz quando aporta aqui a recomposição da perda inflacionária dos nossos servidores e servidoras, que tão bem nos assessoram dia e noite aqui, nesta Casa. Muitas vezes, como foi ontem, saímos daqui, da Comissão de Fiscalização, por volta de 11 horas da noite.

Como estou aqui há um pouco mais de tempo que o ilustre colega que me antecedeu, estou aqui junto com o Hely Tarquínio, junto com o Alencar da Silveira Jr., com o Carlos Pimenta, com o Gil Pereira, com o Arlen Santiago, com o Dalmo Ribeiro Silva, com o João Leite, que são os meus contemporâneos desde 1999, nós cansamos de ficar aqui, presidente, até 1, 2, 3, 4 horas da manhã, e todos os nossos servidores prestando com a mesma gentileza, com a mesma educação, com a mesma presteza. Eu mesmo disse à tão competente consultoria que é uma pena que eu não possa conceder a eles o mesmo percentual dado à Defensoria Pública, porque são dignos, são honrados, são competentíssimos. São consultores e consultoras que merecem, assim como o conjunto de

servidores e servidoras, tanto de recrutamento amplo, que atendem a cada um de nós, deputados, como do corpo efetivo e de função pública nesta Casa.

É lamentável que a gente tenha de ouvir um encaminhamento como esse. Parabéns, Sr. Presidente Agostinho Patrus, parabéns, deputados que compõem essa Mesa, por fazerem justiça, porque infelizmente aqui, neste estado, nós temos um governador que, mesmo depois de assinar um documento público, reconhecer a recomposição, mente descaradamente. Mente e ainda falta com a palavra, falta com a sua honradez. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Vem à Mesa requerimento do deputado Guilherme da Cunha em que solicita a inversão da preferência na votação, de modo que o vencido em 1º turno seja apreciado em primeiro lugar. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registra “sim”:

Guilherme da Cunha (NOVO)

– Registram “não”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

André Quintão (PT)

Andréia de Jesus (PSOL)

Antonio Carlos Arantes (PSDB)

Arlen Santiago (PTB)

Beatriz Cerqueira (PT)

Betinho Pinto Coelho (SOLIDARIEDADE)

Betão (PT)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Sandro (PSL)

Cristiano Silveira (PT)

Cássio Soares (PSD)

Dalmo Ribeiro Silva (PSDB)

Delegado Heli Grilo (PSL)

Douglas Melo (MDB)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Duarte Bechir (PSD)

Elismar Prado (PROS)

Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)

Gil Pereira (PSD)

Gláycion Franco (PV)  
Hely Tarquínio (PV)  
Inácio Franco (PV)  
Ione Pinheiro (DEM)  
João Leite (PSDB)  
João Vítor Xavier (CIDADANIA)  
Leandro Genaro (PSD)  
Léo Portela (PL)  
Marquinho Lemos (PT)  
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)  
Mário Henrique Caixa (PV)  
Neilando Pimenta (PODE)  
Noraldino Júnior (PSC)  
Osvaldo Lopes (PSD)  
Professor Cleiton (PSB)  
Roberto Andrade (AVANTE)  
Rosângela Reis (PODE)  
Sargento Rodrigues (PTB)  
Sávio Souza Cruz (MDB)  
Tadeu Martins Leite (MDB)  
Thiago Cota (MDB)  
Ulysses Gomes (PT)

O presidente – Votou “sim” 1 deputado. Votaram “não” 46 deputados. Está rejeitado o requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)  
Ana Paula Siqueira (REDE)  
André Quintão (PT)  
Andréia de Jesus (PSOL)  
Antonio Carlos Arantes (PSDB)  
Arlen Santiago (PTB)  
Beatriz Cerqueira (PT)  
Betinho Pinto Coelho (SOLIDARIEDADE)  
Betão (PT)  
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)  
Carlos Pimenta (PDT)

Celinho Sintrocel (PCdoB)  
Charles Santos (REPUBLICANOS)  
Coronel Sandro (PSL)  
Cristiano Silveira (PT)  
Cássio Soares (PSD)  
Dalmo Ribeiro Silva (PSDB)  
Delegada Sheila (PSL)  
Delegado Heli Grilo (PSL)  
Doorgal Andrada (PATRI)  
Douglas Melo (MDB)  
Doutor Jean Freire (PT)  
Doutor Paulo (PATRI)  
Doutor Wilson Batista (PSD)  
Duarte Bechir (PSD)  
Elismar Prado (PROS)  
Fernando Pacheco (PV)  
Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)  
Gil Pereira (PSD)  
Glaycon Franco (PV)  
Hely Tarquínio (PV)  
Inácio Franco (PV)  
Ione Pinheiro (DEM)  
João Leite (PSDB)  
João Vitor Xavier (CIDADANIA)  
Leandro Genaro (PSD)  
Leninha (PT)  
Léo Portela (PL)  
Marquinho Lemos (PT)  
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)  
Mário Henrique Caixa (PV)  
Neilando Pimenta (PODE)  
Noraldino Júnior (PSC)  
Osvaldo Lopes (PSD)  
Professor Cleiton (PSB)  
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Roberto Andrade (AVANTE)

Rosângela Reis (PODE)

Sargento Rodrigues (PTB)

Sávio Souza Cruz (MDB)

Tadeu Martins Leite (MDB)

Thiago Cota (MDB)

Ulysses Gomes (PT)

– Registra “não”:

Guilherme da Cunha (NOVO)

O presidente – Votaram “sim” 53 deputados. Votou “não” 1 deputado. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.417/2021 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.420/2021, do Tribunal de Contas, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado, referente aos anos de 2021 e 2022. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

André Quintão (PT)

Andréia de Jesus (PSOL)

Antonio Carlos Arantes (PSDB)

Arlen Santiago (PTB)

Beatriz Cerqueira (PT)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (SOLIDARIEDADE)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carlos Pimenta (PDT)

Cássio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Sandro (PSL)

Cristiano Silveira (PT)

Dalmo Ribeiro Silva (PSDB)

Delegada Sheila (PSL)

Delegado Heli Grilo (PSL)

Doorgal Andrada (PATRI)  
Douglas Melo (MDB)  
Doutor Jean Freire (PT)  
Doutor Paulo (PATRI)  
Doutor Wilson Batista (PSD)  
Duarte Bechir (PSD)  
Elismar Prado (PROS)  
Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)  
Fernando Pacheco (PV)  
Gil Pereira (PSD)  
Glaycon Franco (PV)  
Guilherme da Cunha (NOVO)  
Hely Tarquínio (PV)  
Inácio Franco (PV)  
Ione Pinheiro (DEM)  
João Leite (PSDB)  
João Vítor Xavier (CIDADANIA)  
Leandro Genaro (PSD)  
Leninha (PT)  
Léo Portela (PL)  
Mário Henrique Caixa (PV)  
Marquinho Lemos (PT)  
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)  
Noraldino Júnior (PSC)  
Osvaldo Lopes (PSD)  
Professor Cleiton (PSB)  
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)  
Roberto Andrade (AVANTE)  
Rosângela Reis (PODE)  
Sargento Rodrigues (PTB)  
Sávio Souza Cruz (MDB)  
Tadeu Martins Leite (MDB)  
Thiago Cota (MDB)  
Ulysses Gomes (PT)  
Virgílio Guimarães (PT)



O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Neilando Pimenta. Portanto, votaram “sim” 55 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.420/2021 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

### 3ª Fase

O presidente – Esgotada a matéria destinada a esta fase, a presidência passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres de redação final.

#### Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

O presidente – Parecer de Redação Final Projeto de Lei nº 3.568/2022, do governador do Estado, que dispõe sobre a revisão geral do subsídio e do vencimento básico dos servidores públicos civis e militares da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e altera a Lei Delegada nº 37, de 13/1/1989. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

André Quintão (PT)

Beatriz Cerqueira (PT)

Betinho Pinto Coelho (SOLIDARIEDADE)

Betão (PT)

Carlos Pimenta (PDT)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Sandro (PSL)

Cássio Soares (PSD)

Dalmo Ribeiro Silva (PSDB)

Delegada Sheila (PSL)

Delegado Heli Grilo (PSL)

Doorgal Andrada (PATRI)

Douglas Melo (MDB)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRI)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Duarte Bechir (PSD)

Elismar Prado (PROS)

Fernando Pacheco (PV)

Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)

Gil Pereira (PSD)  
Glaycon Franco (PV)  
Inácio Franco (PV)  
Ione Pinheiro (DEM)  
João Leite (PSDB)  
João Vítor Xavier (CIDADANIA)  
Leandro Genaro (PSD)  
Leninha (PT)  
Marquinho Lemos (PT)  
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)  
Mário Henrique Caixa (PV)  
Osvaldo Lopes (PSD)  
Professor Cleiton (PSB)  
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)  
Rosângela Reis (PODE)  
Sargento Rodrigues (PTB)  
Sávio Souza Cruz (MDB)  
Tadeu Martins Leite (MDB)  
Thiago Cota (MDB)  
Ulysses Gomes (PT)

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Neilando Pimenta e Antonio Carlos Arantes. Portanto, votaram “sim” 45 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o parecer. À sanção.

Parecer de Redação Final Projeto de Lei nº 3.382/2021, do Tribunal de Justiça, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, relativo aos anos de 2020 e 2021. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)  
Ana Paula Siqueira (REDE)  
André Quintão (PT)  
Andréia de Jesus (PSOL)  
Beatriz Cerqueira (PT)  
Betinho Pinto Coelho (SOLIDARIEDADE)  
Betão (PT)  
Carlos Pimenta (PDT)  
Celinho Sintrocel (PCdoB)

Coronel Sandro (PSL)  
Cristiano Silveira (PT)  
Cássio Soares (PSD)  
Dalmo Ribeiro Silva (PSDB)  
Delegada Sheila (PSL)  
Delegado Heli Grilo (PSL)  
Doorgal Andrada (PATRI)  
Douglas Melo (MDB)  
Doutor Jean Freire (PT)  
Doutor Paulo (PATRI)  
Doutor Wilson Batista (PSD)  
Duarte Bechir (PSD)  
Elismar Prado (PROS)  
Fernando Pacheco (PV)  
Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)  
Gil Pereira (PSD)  
Glaycon Franco (PV)  
Hely Tarquínio (PV)  
Ione Pinheiro (DEM)  
João Leite (PSDB)  
João Vítor Xavier (CIDADANIA)  
Leninha (PT)  
Léo Portela (PL)  
Marquinho Lemos (PT)  
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)  
Mário Henrique Caixa (PV)  
Osvaldo Lopes (PSD)  
Professor Cleiton (PSB)  
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)  
Sargento Rodrigues (PTB)  
Sávio Souza Cruz (MDB)  
Thiago Cota (MDB)  
Ulysses Gomes (PT)

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Neilando Pimenta e Antonio Carlos Arantes. Portanto, votaram “sim” 44 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o parecer. À sanção.

Parecer de Redação Final Projeto de Lei nº 3.391/2021, da Defensoria Pública, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, no período de janeiro de 2020 a novembro de 2021, e dos subsídios e proventos dos membros da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, referente ao período de dezembro de 2019 a novembro de 2021, e dá outras providências. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

André Quintão (PT)

Andréia de Jesus (PSOL)

Beatriz Cerqueira (PT)

Betinho Pinto Coelho (SOLIDARIEDADE)

Betão (PT)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Carlos Pimenta (PDT)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Sandro (PSL)

Cássio Soares (PSD)

Delegada Sheila (PSL)

Delegado Heli Grilo (PSL)

Doorgal Andrada (PATRI)

Douglas Melo (MDB)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRI)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Duarte Bechir (PSD)

Elismar Prado (PROS)

Fernando Pacheco (PV)

Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)

Gil Pereira (PSD)

Glaycon Franco (PV)

Hely Tarquínio (PV)

Inácio Franco (PV)

Ione Pinheiro (DEM)

João Leite (PSDB)

João Vítor Xavier (CIDADANIA)

Leandro Genaro (PSD)

Leninha (PT)

Marquinho Lemos (PT)

Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)

Mário Henrique Caixa (PV)

Oswaldo Lopes (PSD)

Professor Cleiton (PSB)

Sávio Souza Cruz (MDB)

Thiago Cota (MDB)

Ulysses Gomes (PT)

– Registra “não”:

Sargento Rodrigues (PTB)

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Neilando Pimenta e Antonio Carlos Arantes. Portanto, votaram “sim” 43 deputados. Votou “não” 1 deputado. Está aprovado o parecer. À sanção.

Parecer de Redação Final Projeto de Lei nº 3.392/2021, do Procurador-Geral de Justiça, que fixa o percentual relativo aos anos de 2020 e 2021 para revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

André Quintão (PT)

Andréia de Jesus (PSOL)

Antonio Carlos Arantes (PSDB)

Beatriz Cerqueira (PT)

Betinho Pinto Coelho (SOLIDARIEDADE)

Betão (PT)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Sandro (PSL)

Cristiano Silveira (PT)

Cássio Soares (PSD)

Dalmo Ribeiro Silva (PSDB)

Delegada Sheila (PSL)

Delegado Heli Grilo (PSL)  
Doorgal Andrada (PATRI)  
Doutor Jean Freire (PT)  
Doutor Paulo (PATRI)  
Doutor Wilson Batista (PSD)  
Elismar Prado (PROS)  
Fernando Pacheco (PV)  
Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)  
Gil Pereira (PSD)  
Glaycon Franco (PV)  
Hely Tarquínio (PV)  
Inácio Franco (PV)  
João Leite (PSDB)  
João Vítor Xavier (CIDADANIA)  
Leandro Genaro (PSD)  
Leninha (PT)  
Marquinho Lemos (PT)  
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)  
Mário Henrique Caixa (PV)  
Osvaldo Lopes (PSD)  
Professor Cleiton (PSB)  
Sargento Rodrigues (PTB)  
Sávio Souza Cruz (MDB)  
Tadeu Martins Leite (MDB)  
Thiago Cota (MDB)  
Ulysses Gomes (PT)

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Neilando Pimenta. Portanto, votaram “sim” 42 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o parecer. À sanção.

Parecer de Redação Final Projeto de Lei nº 3.417/2021, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)  
Ana Paula Siqueira (REDE)  
André Quintão (PT)



Andréia de Jesus (PSOL)  
Antonio Carlos Arantes (PSDB)  
Beatriz Cerqueira (PT)  
Betinho Pinto Coelho (SOLIDARIEDADE)  
Betão (PT)  
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)  
Carlos Pimenta (PDT)  
Celinho Sintrocel (PCdoB)  
Charles Santos (REPUBLICANOS)  
Coronel Sandro (PSL)  
Cristiano Silveira (PT)  
Cássio Soares (PSD)  
Dalmo Ribeiro Silva (PSDB)  
Delegada Sheila (PSL)  
Delegado Heli Grilo (PSL)  
Doorgal Andrada (PATRI)  
Douglas Melo (MDB)  
Doutor Jean Freire (PT)  
Doutor Paulo (PATRI)  
Duarte Bechir (PSD)  
Elismar Prado (PROS)  
Fernando Pacheco (PV)  
Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)  
Gil Pereira (PSD)  
Glaycon Franco (PV)  
Hely Tarquínio (PV)  
Inácio Franco (PV)  
Ione Pinheiro (DEM)  
João Leite (PSDB)  
João Vítor Xavier (CIDADANIA)  
Leandro Genaro (PSD)  
Leninha (PT)  
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)  
Mário Henrique Caixa (PV)  
Neilando Pimenta (PODE)

Oswaldo Lopes (PSD)  
Professor Cleiton (PSB)  
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)  
Rosângela Reis (PODE)  
Sargento Rodrigues (PTB)  
Sávio Souza Cruz (MDB)  
Tadeu Martins Leite (MDB)  
Thiago Cota (MDB)  
Ulysses Gomes (PT)  
Virgílio Guimarães (PT)

O presidente – Votaram “sim” 48 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o parecer. À sanção.

Parecer de Redação Final Projeto de Lei nº 3.420/2021, do Tribunal de Contas, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado, referente aos anos de 2021 e 2022. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)  
Ana Paula Siqueira (REDE)  
André Quintão (PT)  
Antonio Carlos Arantes (PSDB)  
Beatriz Cerqueira (PT)  
Betinho Pinto Coelho (SOLIDARIEDADE)  
Betão (PT)  
Carlos Pimenta (PDT)  
Celinho Sintrocel (PCdoB)  
Cristiano Silveira (PT)  
Cássio Soares (PSD)  
Dalmo Ribeiro Silva (PSDB)  
Delegada Sheila (PSL)  
Delegado Heli Grilo (PSL)  
Doorgal Andrada (PATRI)  
Douglas Melo (MDB)  
Doutor Jean Freire (PT)  
Doutor Paulo (PATRI)  
Duarte Bechir (PSD)  
Elismar Prado (PROS)

Fernando Pacheco (PV)  
Fábio Avelar de Oliveira (AVANTE)  
Gil Pereira (PSD)  
Glaycon Franco (PV)  
Hely Tarquínio (PV)  
Inácio Franco (PV)  
Ione Pinheiro (DEM)  
João Leite (PSDB)  
João Vítor Xavier (CIDADANIA)  
Leninha (PT)  
Marquinho Lemos (PT)  
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)  
Mário Henrique Caixa (PV)  
Osvaldo Lopes (PSD)  
Professor Cleiton (PSB)  
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)  
Rosângela Reis (PODE)  
Sargento Rodrigues (PTB)  
Sávio Souza Cruz (MDB)  
Tadeu Martins Leite (MDB)  
Thiago Cota (MDB)  
Ulysses Gomes (PT)  
Virgílio Guimarães (PT)

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Neilando Pimenta e Charles Santos. Portanto, votaram “sim” 45 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o parecer. À sanção.

#### **Declarações de Voto**

O deputado Delegado Heli Grilo – Sr. Presidente, caros deputados, em primeiro lugar, gostaria, Sr. Presidente, de agradecer a V. Exa., que deu condições para que todo o grupo de parlamentares defendesse as suas posições. Presidente, ontem de manhã protocolei uma emenda em que tentávamos conceder o mesmo abono a todos os administrativos de todas as instituições de segurança pública. Colocamos uma emenda, protocolamos, que foi rejeitada. Nem foi aceita pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Hoje de manhã, novamente, tentamos colocar a emenda para buscar que todos os administrativos de toda a força de segurança tivesse o abono semelhante ao abono fardamento. Infelizmente, mais uma vez, perdemos a situação. Foi uma emenda que assinei sozinho. Essa emenda de abono para todos os policiais, todos os administrativos da polícia assinei sozinho, mas, infelizmente, não conseguimos fazer tudo aquilo que queremos. Hoje conseguimos emplacar uma emenda com o apoio da Comissão de Segurança, que é a emenda que concede o abono para os administrativos da Polícia Penal. Acho que foi muito importante conseguir emplacar esse feito. Precisamos entender que nem tudo se resolve de uma vez só. Sabemos disso. Iremos tentar, continuar trabalhando pelos administrativos tanto da Polícia Civil quanto da Polícia Militar e da Polícia Penal, todos eles. Iremos já com o aceite dos nossos

colegas inserir os administrativos da Polícia Civil. A emenda já passou na comissão e vamos continuar. Na oportunidade que houver, estaremos em busca de melhorar a vida de todos os administrativos, tanto da Polícia Civil, quando do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar. Eu sei que isto o governo deveria ter olhado – quem ganha menos e quem ganha mais – e mandado para esta Casa uma organização perfeita do projeto que sanasse essas diferenças, o que infelizmente nós tentamos. Eu tentei muito, mas não consegui. Fiquei muito triste, chateado, porque eu acho que a gente não deixa companheiro para trás, a gente não deixa os amigos, os companheiros que você sabe que trabalham muito. E eu convivi com os administrativos da Polícia Civil e sempre notei uma dedicação muito grande de todos eles. A Polícia Civil tem, no seu corpo, administrativos que fazem um grande trabalho. A polícia sem eles, com toda certeza, enfraquecerá. Por isso, nós iremos batalhar para mantê-los na nossa instituição, na Polícia Civil de Minas Gerais. Era isso. Eu peço desculpas porque não fiz essa referência na minha fala primeira. Eu deveria ter feito essa referência àqueles, pelo menos, com quem eu convivi. E eu convivi com grandes administrativos, que ajudam a manter o nome, a carregar a instituição policial civil. Um abraço a todos. Obrigado, Sr. Presidente.

O deputado João Vítor Xavier – Eu quero agradecer a V. Exa. e também ao deputado Bartô. Presidente, eu faço essa participação para cumprimentar V. Exa. O senhor está liderando um novo tempo na Assembleia de Minas. A pandemia foi uma tragédia sem precedentes na história recente da nossa humanidade, mas uma modernização foi feita por meio dela na Assembleia Legislativa, no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, nas câmaras municipais. Eu quero cumprimentar o senhor. O senhor foi o primeiro presidente de Parlamento do Brasil a instalar a tecnologia na Casa, e o Parlamento mineiro foi o que menos tempo ficou fechado. Hoje nós colhemos os frutos disso. Todo mundo sabe: eu sou um profissional do rádio, da comunicação, sou um jornalista esportivo, e estou em Doha, no Catar, para acompanhar o sorteio da Copa do Mundo. Em outras oportunidades, eu não tinha condição de participar do Plenário. Eu tirava licença sem vencimentos e deixava de exercer a minha atividade como parlamentar. Hoje eu posso exercer o meu mandato plenamente, como estou fazendo aqui. Participei de todas as votações como todos os deputados que estão presentes no Plenário, aliás, votando da mesma maneira, porque, mesmo presentes no Plenário, hoje nós votamos através do telefone celular, pela tecnologia desenvolvida pelo setor de inteligência da Assembleia. Estou aqui me pronunciando da mesma maneira que faria como se estivesse no Plenário da Assembleia. Estou exercendo o meu direito a voto, o meu direito à manifestação, cumprindo com o meu compromisso e com a minha obrigação como parlamentar, como faria se estivesse na Assembleia. E é importante, presidente, destacar a importância disso, a importância disso para o Parlamento, porque, no meu caso, eu estou ausente de Belo Horizonte por um compromisso da minha outra atividade profissional, mas muitos companheiros parlamentares... Eu sou deputado de Belo Horizonte, eu vivo em Belo Horizonte, moro muito próximo à Assembleia, mas muitos parlamentares moram no interior de Minas, moram em Uberaba, moram em Uberlândia, em Araguari, no Norte de Minas, em Montes Claros, no Vale do Jequitinhonha, no Sul de Minas, e muitas vezes esses parlamentares precisavam vir a Belo Horizonte para uma votação simples ou uma votação curta, votação de alguns minutos. E isso gera despesa, gera ônus para o Parlamento, combustível, muitas vezes passagem aérea, todo o custo de deslocamento. Então, ao transformar o Parlamento num Parlamento tecnológico, como V. Exa. está transformando neste momento, além de fazer um Parlamento mais inclusivo, como foi no meu caso no dia de hoje... Já são quase 1 hora da manhã onde eu estou neste momento, e mesmo assim eu posso exercer na plenitude o meu mandato, na plenitude o meu mandato, como todos os colegas que estão aí, na Assembleia. Ao permitir isso, presidente, o senhor também tem um gesto de responsabilidade fiscal com a Assembleia porque o senhor barateia a instituição, o senhor faz com que a Assembleia seja mais econômica. Então o senhor cria uma Assembleia mais moderna, mais dinâmica, mais inclusiva, mais participativa, mais democrática e mais barata, presidente. Eu fiz questão de aguardar a declaração de voto para fazer este registro aqui porque o senhor está mudando a história do Parlamento e fazendo a Assembleia de Minas melhor. Como executivo que sou na iniciativa privada também, presidente, hoje a tecnologia se faz presente em tudo. Eu faço dezenas de reuniões todos os dias por videoconferência. Eu sou aluno de uma universidade e eu faço faculdade também pela internet. Foi assim no período da pandemia e continua assim pós-pandemia. Os bancos hoje estão fechando as suas agências, e a gente faz tudo pela internet, a gente pede comida pela internet, a internet faz parte hoje da vida de todos nós, e a tecnologia que já é

usada para tudo precisava ser usada no Parlamento. Eu quero destacar aqui, presidente, a minha alegria de poder, depois de 10 anos como parlamentar, votar como parlamentar utilizando da tecnologia e exercendo na plenitude o meu mandato e cumprindo com esse compromisso. Agradeço-lhe, presidente, cumprimento-o por esta iniciativa e destaco a importância disso. Nós estamos podendo exercer com plenitude o nosso mandato. E, além disso, numa medida muito mais econômica para a Assembleia, porque eu tenho certeza de que centenas de deslocamento são evitados todas as semanas por colegas de todos os cantos e eu tenho certeza também de que outros colegas que neste momento estão trabalhando por Minas, trabalhando pelo Parlamento em suas cidades, no interior, visitando suas bases, conseguiram votar da mesma maneira. É um caminho, espero eu, que seja sem retorno porque ele é bom para Minas, ele é bom para os mineiros e está no rumo do que está indo a economia de todo o Estado e de todo o mundo. É o mundo cada vez mais conectado. E que bom que podemos ter a Assembleia assim. Muito obrigado, presidente Agostinho Patrus. Muito obrigado pela oportunidade.

O deputado Bartô – Obrigado, presidente. Queria apenas aqui colocar explicações da votação de hoje, em que me absteve de todas elas. Eu realmente ia votar favorável, assim como votei favorável na última votação de 1o turno, quando se dizia que o projeto era 10% para todos, ou seja, quando é tratado com isonomia, a gente respeita. Porém, como alteraram essa situação e acabaram beneficiando certas classes que são mais mobilizadas aqui perante a Casa, o meu voto seria “não”, mas, de acordo com conversa ocorrida aqui na Casa, acordamos que não haveria voto “não”. Sendo assim, eu não poderia agir de forma hipócrita de me abster do projeto mais difícil de votar e depois votar nos outros que são mais fáceis em que o meu voto também seria “não”. Dessa maneira, estou justificando porque me absteve de todas as votações dos votos de salário hoje. E lembrando que este deputado foi o único em suas votações que votou contra todos os aumentos de salários, com exceção do 1o turno desse projeto em que o aumento era isonômico para todos os funcionários públicos. Obrigado.

O deputado Antonio Carlos Arantes – Sr. Presidente, nobres colegas, venho aqui – como posso dizer? –, de forma até emocionada, falar do falecimento do meu grande amigo, uma pessoa por quem eu tinha um carinho especial, o Dr. Alcino Lázaro da Silva. O Dr. Alcino Lázaro era graduado em medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais; tinha doutorado também pela Universidade Federal de Minas Gerais; era professor titular emérito também da UFMG; era chefe de serviço da cirurgia do Hospital Cristiano Machado, em Sabará, pelo qual ele tinha um carinho especial; era membro do Colégio Brasileiro de Cirurgiões; mestre do Capítulo do Colégio Brasileiro de Cirurgiões por três vezes; associado à Associação Médica de Minas Gerais; membro da Academia Mineira de Medicina e também da Academia Brasileira de Medicina. Com muita experiência e com muita ênfase em cirurgia gastroenterológica, atuava principalmente nos seguintes temas: colecistectomia, colostomia perineal, amputação abdominoperineal, válvulas colônicas e câncer do reto. O Dr. Alcino, gente... Isso que falei aqui é muito pouco diante do tamanho do currículo dele. Quem conheceu o Dr. Alcino sabe do que estou falando. Inclusive, mais cedo aqui, o meu amigo deputado Hely Tarquínio, que era também seu amigo pessoal, lamentou muito a morte do Dr. Alcino. Era uma pessoa já bastante idosa, mas há menos de um mês estava aqui, percorrendo os corredores desta Casa. Sempre no meu gabinete, no do deputado Carlos Pimenta, do deputado Hely Tarquínio, e com a mesma bandeira: a da defesa dos mais pobres. A luta dele era principalmente pelo hospital de Sabará, junto com o Wander Borges. Enfim, o Dr. Alcino é um homem que teve reconhecimento internacional; era referência, criou métodos. Ele era, na realidade, um grande cientista. Ele criou, fez ações concretas; principalmente era um especialista na parte abdominal. Ele mesmo reclamava de pesquisas, assim, mas ele conseguia finalizar mesmo, e com grandes resultados. Nem sempre foi para a prática porque envolvia outros grandes interesses, principalmente de laboratórios e da medicina maior. Ele foi um sacerdote. A paixão dele era servir aos pobres. Como ele era dedicado, como ele era um homem extremamente humano! E era lá da nossa região, inclusive; era de Guaranésia. Guaranésia perde um filho, Minas Gerais perde um filho ilustre, e o Brasil também o perde. O Dr. Alcino, tenho certeza, está num lugar melhor; está no céu. Não tenho dúvida, porque realmente era um homem acima, mas muito acima da média, inclusive, como eu disse, com reconhecimento internacional. Era um homem cristão, um homem católico, de família muito unida. Ele valorizava muito a família. Enfim, era uma pessoa que realmente fez a diferença. Então que Deus o proteja! Os nossos sentimentos a toda a família do

seu Alcino. Faço esse registro com muita tristeza e pesar pelo passamento desse grande amigo, esse grande líder, esse grande médico Dr. Alcino Lázaro da Silva. Obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Parabéns, deputado Antonio Carlos Arantes, pela justa homenagem ao Prof. Alcino. O deputado Hely Tarquínio também fez questão de destacar aqui a importante participação dele como profissional, como mestre e na formação de inúmeros médicos neste estado.

Antes do encerramento, a presidência gostaria de trazer aqui uma breve palavra a todas as deputadas e deputados, porque é assim que se discutem os temas. Os temas podem ser discutidos. A Assembleia dá, nesse processo, uma demonstração de maturidade ao levar adiante as discussões, e olhem que tivemos discussões acaloradas durante a tramitação desse projeto na Casa. Muitas vezes, foi necessária a busca do entendimento, a busca de um consenso para que o melhor pudesse surgir para a população do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia de Minas demonstra também a sua responsabilidade ao incluirmos a categoria da saúde nesse reajuste, que vai ter como impacto algo em torno de R\$400.000.000,00, por ano, e damos também uma demonstração do reconhecimento de tudo que aqueles auxiliares de enfermagem, enfermeiros, médicos se colocaram para cuidar do próximo. São inúmeras e inúmeros profissionais que abriram mão da convivência ainda maior com a sua família, correndo o risco de se contaminar, de levar o contágio da Covid a sua família. Portanto, não há nada mais justo do que levar a essas pessoas o reconhecimento com o reajuste das perdas inflacionárias que, infelizmente, há vários anos, não tiveram condição de receber.

A Assembleia de Minas também demonstra a importância das forças de segurança, porque sabe do trabalho, do denodo da Polícia Militar, da Polícia Civil, dos agentes penitenciários e da Polícia Penal, que tiveram também uma importante participação durante todo esse processo da pandemia.

As professoras tiveram aqui a possibilidade de ter reconhecido, por parte do Parlamento mineiro, a sua atuação, afinal de contas são elas que encaminham os nossos filhos, os nossos netos, que nos dão esperança de um futuro melhor. Está nas mãos dessas professoras o futuro do nosso país. São essas crianças que levarão para o futuro um sonho e um sopro de esperança a todos.

Mesmo com a dificuldade do diálogo, mais do que dificuldade, com a ausência do diálogo por parte, não só do governo do Estado mas também por parte dos interlocutores do governo, nesta Casa, os demais deputados se uniram, estiveram juntos para poder aprovar projetos tão importantes para a população de Minas Gerais. Levaram assim uma mensagem: a importância da saúde, a importância da educação e a importância da segurança pública. É assim, de forma moderna, de forma atual, que o Parlamento se coloca, não querendo ser maior do que o poder A ou o poder B, mas mostrando a sua independência, mostrando que, nesta Casa, as deputadas e os deputados constroem projetos que ajudam a modificar a realidade de Minas, que levam também o reconhecimento a todos aqueles que merecem. Nós, da Assembleia de Minas, nos sentimos felizes com essa tramitação; por outro lado, nos sentimos também entristecidos pela ausência do diálogo ou pela indisposição de dialogar. Infelizmente nós estamos vendo que aquilo que foi debatido no passado, que era uma recomposição às forças de segurança, não se efetivou depois de um acordo. Mas a Assembleia demonstra que nunca é tarde para honrar a palavra, para honrar o compromisso, para dizer a verdade.

Por isso fico muito honrado e com uma imensa satisfação de poder presidir o Parlamento de Minas Gerais com deputadas e deputados tão valorosos, que se dedicam diuturnamente a essa atividade, que vêm aqui a esta Casa com a responsabilidade de representar 22 milhões de mineiras e mineiros, e o fazem com determinação, com vontade e, acima de tudo, pensando no próximo, pensando no nosso estado.

Muito obrigado a todas as deputadas e a todos os deputados por me darem esta oportunidade de presidir o Parlamento mineiro em momento tão importante desta Casa. Reafirmamos, com a fiscalização, com as atividades que temos feito de fiscalizar as ações do Executivo, também uma nova forma de trabalho no Parlamento mineiro. Muito obrigado.



**Encerramento**

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, desconvocando a extraordinária de logo mais, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 31, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E DOS RECURSOS HÍDRICOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/2/2022**

Às 9h5min, comparecem à reunião os deputados Gil Pereira, Roberto Andrade e João Magalhães (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMSM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e informa que não ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no Diário do Legislativo nas datas mencionadas em parênteses: ofícios da Sra. Ludymilla Spagnol Galery, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (11/11/2021); e dos Srs. Reynaldo Passanezi Filho, da Companhia Energética de Minas Gerais (1º/12/2021); e João Batista Marques (3), chefe de gabinete do Senado Federal (25/10 e 10/11/2021). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.256/2021, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada visita conjunta com a Comissão de Minas e Energia à Usina de Hidrelétrica de Itumbiara, no Município de Araporã, para conhecer o projeto da Aneel, que analisa a sinergia entre as fontes hidráulica e solar na produção de energia a partir do hidrogênio verde;

nº 11.499/2022, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a energização de poços artesianos com fontes renováveis, especialmente a solar, como forma de impulsionar a agricultura familiar na área de atuação do Idene;

nº 11.500/2022, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que priorize as ligações de plantas solares de mini ou microgeração distribuída;

nº 11.501/2022, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que, dentro do programa de eficiência energética, priorize a área mineira da Sudene na substituição de lâmpadas tradicionais por lâmpadas de LED;

nº 11.507/2022, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as inovações trazidas pela Lei Federal nº 14.300, de 2022, que institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE – e o Programa de Energia Renovável Social – PERS.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de março de 2022.

Gil Pereira, presidente.

**ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/3/2022**

Às 14h15min, comparece à reunião a deputada Andréia de Jesus, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno,

dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater o tema “Violência política virtual e direitos humanos”, sob a perspectiva de gênero e raça. A seguir, comunica o recebimento de correspondência do Sr. Robson Sávio Reis Souza, presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos de Minas Gerais, publicada no Diário do Legislativo em 10/3/2022. A presidenta avoca para si a relatoria do Requerimento 10.554/2022. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Karine Roza de Oliveira Santos, vereadora da Câmara Municipal de Serro; Paloma Boson Kairala, delegada de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, representando o chefe dessa instituição; Sandra Carvalho, coordenadora-geral da Justiça Global; Marcineia Aparecida Gandra, servidora pública; Karen dos Santos, vereadora da Câmara Municipal de Porto Alegre/RS; Talíria Petrone, deputada federal e os Srs. Mauro da Fonseca Ellovitch, promotor de justiça e coordenador estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos e Allender Barreto Lima da Silva, promotor de justiça e coordenador de Combate ao Racismo e Todas as Outras Formas de Discriminação. A presidenta, autora do requerimento que deu origem aos debates, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.802/2022, das deputadas Andréia de Jesus e Leninha, e dos deputados Hely Tarquínio e Marquinho Lemos, em que requerem seja realizada audiência de convidados para debater a atuação da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais desde a sua instituição, em 2015, até o presente, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Atuação da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais, com ênfase em regularização fundiária” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 16/3/2022;

nº 11.803/2022, das deputadas Andréia de Jesus e Leninha, e dos deputados Hely Tarquínio e Marquinho Lemos, em que requerem seja realizada audiência de convidados para debater a busca de solução pacífica para os conflitos socioambientais e fundiários do Estado com a intermediação da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais e a atuação dos órgãos que a compõem, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Atuação da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais, com ênfase em regularização fundiária” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 16/3/2022;

nº 11.804/2022, das deputadas Andréia de Jesus e Leninha, e dos deputados Hely Tarquínio e Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a atuação da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais sobre o quantitativo de servidores atualmente designados para atuarem na Mesa e seus respectivos cargos, funções e atribuições; os recursos orçamentários destinados à Mesa (previstos e executados) desde a sua instituição, em 2015, até o presente, discriminados ano a ano; a lista de reuniões realizadas pela Mesa desde a sua instituição, em 2015, até o presente, discriminadas ano a ano, e com suas respectivas pautas e presenças; o número de casos discutidos pela Mesa desde a sua instituição, em 2015, até o presente, discriminados ano a ano, por município e região, e por tipo (se socioambiental, se fundiário, se urbano ou rural); o número de casos resolvidos pela Mesa desde a sua instituição, em 2015, até o presente, discriminados ano a ano, por município e região e tipo (se socioambiental, se fundiário, se urbano ou rural); o número de regularizações fundiárias realizadas no Estado desde a instituição da Mesa, em 2015, discriminadas ano a ano, por tipo de propriedade relacionada (se pública ou privada, se rural ou urbana, se terra devoluta ou não), por comunidade envolvida (inclusive se povos e comunidades tradicionais); o levantamento dos atuais conflitos socioambientais e fundiários no Estado, discriminados por ano de início, município/região, número de pessoas envolvidas e tipo de propriedade relacionada (se pública ou privada, se rural ou

urbana); a relação de terras devolutas no Estado, discriminadas por extensão e localização (município/região); os recursos orçamentários destinados à regularização fundiária no Estado (previstos e executados) de 2015 até o presente, discriminados ano a ano, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Atuação da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais, com ênfase em regularização fundiária” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 16/3/2022.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de março de 2022.

Andréia de Jesus, presidente – Leninha.

#### **ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 22/3/2022**

Às 10h50min, comparecem à reunião os deputados Virgílio Guimarães e, remotamente, os deputados Sávio Souza Cruz e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Bernardo Mucida. Havendo número regimental, o presidente, deputado Virgílio Guimarães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar discutir e votar pareceres de redação final. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres de redação final dos Projetos de Lei nºs 2.155/2020, 2.862 e 3.309/2021 (relator designado: deputado Virgílio Guimarães). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de março de 2022.

Virgílio Guimarães, presidente – Coronel Sandro – Elismar Prado.

#### **ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS PRIVATIZAÇÕES NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/3/2022**

Às 14h12min, comparece à reunião o deputado Coronel Sandro, membro da supracitada comissão. Estão presentes, remotamente, os deputados Carlos Pimenta e Cristiano Silveira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Coronel Sandro, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação atual e as perspectivas da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab Minas –, bem como o processo para sua possível desestatização. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a participação remota dos convidados, os Srs. Henrique Oliveira Carvalho, superintendente de Integração e Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – representando a secretária; Weber Dias Oliveira, diretor-presidente da Cohab Minas; e Sílvio Saldanha de Souza, presidente da Associação dos Mutuários de Minas Gerais. Registra, também, a participação presencial do Sr. Milton Mendes de Araujo, secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção de BH e Região – Stic BH. A presidência concede a palavra ao deputado Carlos Pimenta, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de março de 2022.

Coronel Sandro, presidente – Duarte Bechir – Tito Torres – Sargento Rodrigues.

**ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/3/2022**

Às 14h13min, comparecem presencialmente à reunião a deputada Ana Paula Siqueira e o deputado Charles Santos (substituindo a deputada Ione Pinheiro, por indicação da liderança do BMM), e de forma remota o deputado Betão (substituindo a deputada Leninha, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. Suspende-se a reunião e retira-se o deputado Charles Santos. A presidência reabre os trabalhos, registrando a presença remota da deputada Laura Serrano, e informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social (21/10/2021); e dos Srs. Rogério Greco, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública (16/10/2021); Felipe Prates Rozenberg, da Secretaria Municipal de Governo da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (17/11/2021). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 10.543, 10.566 e 10.567/2022. Registra-se a presença remota da deputada Leninha e retira-se o deputado Betão. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.447 e 2.860/2021. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.593/2022, das deputadas Ana Paula Siqueira e Ione Pinheiro, em que requerem seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais e à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os possíveis impactos da prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico constante no Projeto de Lei nº 2.884/2021, que visa instituir as Unidades Regionais de Saneamento Básico do Estado e dá outras providências, em tramitação nesta Casa;

nº 11.594/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae – pedido de informações sobre quais são os critérios para aplicação de Tarifa Social pelos prestadores de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário regulados pela Arsae, os objetivos e impactos previstos para a concessão do benefício, bem como o número atual de usuários atendidos;

nº 11.703/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os obstáculos para o exercício do direito à água potável enfrentados pela população de Ouro Preto, especialmente pelas mulheres, idosas e produtoras rurais, em razão da privatização dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento do esgotamento sanitário no município;

nº 11.733/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja formulada manifestação de repúdio a Augusto Aras, procurador-geral da República, por sua fala constrangedora, machista e inaceitável, realizada no Dia Internacional da Mulher, durante seminário no Conselho Nacional do Ministério Público, no bojo de um discurso retrógrado, no qual o procurador exaltou a “liberdade” de a mulher escolher a cor do esmalte e o modelo de sapato;

nº 11.738/2022, da deputada Leninha, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Tamara Pereira dos Santos, 21 anos, assassinada a pedradas na cabeça pelo companheiro, em uma estrada da zona rural de Januária;

nº 11.770/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a criação de um observatório estadual que efetive pesquisa, acompanhamento, monitoramento e divulgação de dados sobre violência de gênero em Minas Gerais, ressaltando-se que essa demanda foi apresentada no âmbito da programação de celebração do Dia Internacional da Mulher;

nº 11.774/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para aumentar o aporte de recursos para as ações destinadas ao enfrentamento da violência contra a mulher, ressaltando-se que essa demanda foi apresentada durante o ciclo de debates do Sempre Vivas – Mulheres e Política: por Representatividade, Justiça e Respeito, Painel 2: “Violência e machismo institucional”, no âmbito da programação de celebração do Dia Internacional da Mulher;

nº 11.775/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para implantação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, nos moldes do estabelecido no art. 14 da Lei Federal nº 11.340, de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, a exemplo de exitosa prática já desenvolvida no Estado de Mato Grosso, ressaltando-se que essa demanda foi apresentada durante o ciclo de debates do evento Sempre Vivas – Mulheres e Política: por Representatividade, Justiça e respeito, no âmbito da programação de celebração do Dia Internacional da Mulher;

nº 11.776/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para ampliar o número de mulheres nas funções de comando e gestão desse tribunal, visando melhorar o acolhimento das mulheres vítimas de violência atendidas, bem como combater a violência institucional em razão de gênero, ressaltando-se que essa demanda foi apresentada durante o ciclo de debates do Sempre Vivas – Mulheres e Política: por Representatividade, Justiça e Respeito, Painel 2: “Violência e machismo institucional”, no âmbito da programação de celebração do Dia Internacional da Mulher;

nº 11.777/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG –, à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para ampliar o número de servidoras nas funções de comando e gestão das forças policiais, visando melhorar o acolhimento das mulheres vítimas de violência atendidas, bem como combater a violência institucional em razão de gênero, ressaltando-se que essa demanda foi apresentada durante o Ciclo de Debates do Sempre Vivas – Mulheres e Política: por Representatividade, Justiça e Respeito, Painel 2: “Violência e machismo institucional”, no âmbito da programação de celebração do Dia Internacional da Mulher;

nº 11.778/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Ouvidoria-Geral do Estado – OGE – pedido de providências para que se proceda à criação de uma ouvidoria estadual específica para acolher denúncias de mulheres relacionadas com a violência institucional, ressaltando-se que essa demanda foi apresentada durante o ciclo de debates do Sempre Vivas – Mulheres e Política: por Representatividade, Justiça e Respeito, Painel 2: “Violência e machismo institucional”, no âmbito da programação de celebração do Dia Internacional da Mulher;

nº 11.779/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG –, ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para que promovam a formação continuada dos servidores e agentes das forças policiais do Estado nas temáticas de direitos humanos e de igualdade de gênero, raça ou etnia, conforme previsto no art. 8º, da Lei Federal nº 11.340, de 2006 – Lei Maria da Penha –, ressaltando-se que essa demanda foi apresentada durante o ciclo de debates do Sempre Vivas – Mulheres e Política: por Representatividade, Justiça e Respeito, Painel 2: “Violência e machismo institucional”, no âmbito da programação de celebração do Dia Internacional da Mulher;

nº 11.878/2022, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja formulado voto de congratulações com Paula Caúla Infante Gomes, presidente da Comissão de Direito Internacional da OAB-MG Subseção Juiz de Fora, pelo trabalho desempenhado na prestação de ajuda humanitária aos imigrantes e refugiados na cidade de Juiz de Fora, por meio da atuação em defesa dos seus direitos perante as autoridades municipais, estaduais e federais, da prestação de assessoria jurídica gratuita para a regularização migratória com posterior retirada de documentos dos imigrantes, do apoio para conseguirem emprego no município e do combate à xenofobia;

nº 11.883/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater, sob a ótica desta comissão, e por ocasião do dia mundial de conscientização do autismo, celebrado no dia 2 de abril, a construção e a vivência da maternidade por mães de autistas, e os desafios diários enfrentados para assegurar direitos e acolhimento na sociedade.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de março de 2022.

Ana Paula Siqueira, presidenta – Leninha – Ione Pinheiro.

#### **ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/3/2022**

Às 14h18min, comparecem à reunião os deputados Virgílio Guimarães, Coronel Sandro (substituindo o deputado Sávio Souza Cruz, por indicação da liderança do BMSM) e Elismar Prado (substituindo o deputado Ulysses Gomes, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Virgílio Guimarães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final. A presidência suspende os trabalhos. A reunião é encerrada por decurso de prazo regimental.

Sala das Comissões, 30 de março de 2022.

Virgílio Guimarães, presidente – Ulysses Gomes – Charles Santos.



### **TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**

#### **PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.058/2021**

##### **Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**

##### **Relatório**

De autoria do deputado Leonídio Bouças, o Projeto de Lei nº 3.058/2021 altera o disposto na Lei nº 22.256, de 26/7/2016, que institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado, tendo sido distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Mulher.

Em análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela constitucionalidade, juridicidade e legalidade do projeto.

Cabe agora a esta comissão emitir parecer quanto ao mérito da proposição, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XXII, do Regimento Interno.

##### **Fundamentação**

O projeto em comento objetiva alterar a Lei nº 22.256, de 2016, acrescentando inciso ao art. 4º da norma, para prever uma nova ação, relacionada ao desenvolvimento de programas de conscientização sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher,



que esclareçam sobre a importância de se prevenir atos dessa natureza e as sanções a que podem se submeter seus autores, voltados especialmente para o público do gênero masculino.

Ao examinar a proposta, a Comissão de Constituição e Justiça considerou a existência de fundamento de validade, amparado no § 8º do art. 226 da Constituição da República. Apontou que cabe aos estados criar e promover, no limite de suas competências, programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar. Assim, apurou inexistirem vedações ou vícios quanto à inauguração do processo legislativo, já que a matéria não se encontra entre as de iniciativa privativa, arroladas no art. 66 da Constituição Estadual. Ao final, concluiu pela constitucionalidade, juridicidade e legalidade do projeto, na sua forma original.

A proposição insere-se na temática da violência contra a mulher sob um prisma relevante, que é a implementação de ações voltadas para a conscientização – dos homens, em particular –, como medida de prevenção e enfrentamento desse fenômeno.

À análise do tema, cumpre-nos reconhecer e realçar o substancial aprimoramento da legislação aplicável ao assunto – alcançado, sem sombra de dúvidas, a partir da forte mobilização das mulheres e de movimentos sociais interessados. Vale destacar a relevância de marcos legais como a Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340, de 2006), a Lei do Feminicídio, que definiu o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, incluindo-o no rol dos crimes hediondos (Lei Federal nº 13.104, de 2015), e de toda a legislação decorrente nos níveis federal e estadual no decorrer das últimas décadas.

No que se refere à prevenção e ao enfrentamento da violência contra a mulher, a partir do olhar lançado em direção aos homens e, mais precisamente, aos agressores, ressaltamos uma alteração específica na Lei Federal nº 11.340, de 2006. Com mais de 15 anos de existência, somente há dois anos (por meio da atualização trazida pela Lei Federal nº 13.984, de 2020), a Lei Maria da Penha passou a estabelecer como medidas protetivas de urgência e que obrigam o agressor tanto o comparecimento a programas de recuperação e reeducação, quanto o acompanhamento psicossocial, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio (art. 22, VI e VII). Os novos dispositivos legais não somente ratificaram o trabalho já implementado por meio dos chamados grupos de reflexão, mas trouxeram a essas atividades a obrigatoriedade típica das medidas protetivas de urgência, até então inexistente.

Lembramos, inclusive, discussão lançada sobre o trabalho com agressores durante audiência pública realizada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher em 26/5/2021<sup>1</sup>, na qual reverberou-se o manifesto *Nem pense em me matar*, lançado à época pelo coletivo Levante Feminista contra o Feminicídio. Na oportunidade, Elizabeth Fleury Teixeira, da Fundação Oswaldo Cruz, discorreu sobre sua pesquisa, à época em fase de conclusão, em que acompanhou grupos de reflexão compostos por homens que cometeram delitos relacionados à violência doméstica e familiar. Entre as várias contribuições da pesquisadora, lembramos a seguinte manifestação:

“Somente um novo e urgente padrão de educação pode reverter o problema da violência contra mulheres.

Entre os participantes da pesquisa, 60% tinham menos de 40 anos e apenas 18% tinham curso superior. Já o recorte de raça apontou 65% de pardos e negros. O conflito foi, na maioria dos casos (85%), com companheiras ou ex-companheiras, mas 25% dos homens avaliaram como um ‘mal entendido’.

Isso é produto da cultura. Eles não consideram suas práticas violentas.”.

Ainda acerca da reflexão em grupo, observamos, do *site Papo de Homem*<sup>2</sup>:

“Se o objetivo é reduzir a incidência e reincidência de violência e abuso contra as mulheres, é de fundamental importância que o trabalho passe também a ser de reeducação, desconstruindo noções nocivas que reforcem e justifiquem o comportamento violento. O diálogo entre pares é uma poderosa ferramenta nesse processo.

‘Cada vez mais é visível um consenso de que é fundamental intervir em homens autores de violência contra mulheres, à parte dos serviços já dedicados às vítimas. Dada a complexidade da temática, é necessário atuar em diferentes frentes, de forma a

contemplar todos os envolvidos/as’, pontua Adriano Beiras, professor do departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e colaborador do Instituto NOOS.”.

De fato, a compreensão das questões intrínsecas à violência doméstica e familiar exige análise profunda, atenta ao contexto sempre intrincado de múltiplas dificuldades sociais, culturais e econômicas, inclusive. E, diante do cenário de persistência e aumento da violência contra a mulher no Brasil, a perspectiva da atuação em relação aos homens não pode se perder, pelo contrário, deve ser incentivada, já que é uma vertente essencial para a prevenção.

Nesse sentido, ressaltamos o mérito do projeto em análise e apoiamos a concepção trazida acerca da previsão de ações de conscientização sobre a violência contra a mulher, especialmente voltadas para os homens, reafirmando que tais medidas aplicam-se diretamente à prevenção e ao enfrentamento desse tipo de violência. Além disso e diante das percepções já expostas, entendemos relevante que a futura lei preveja, também, e de maneira expressa, a atuação estatal no que se refere aos agressores, como recurso imprescindível ao rompimento dos ciclos de violência doméstica e familiar.

Com essas considerações, temos como pertinente o aprimoramento da proposta inicial para – por meio de substitutivo e respeitando o intento original – ampliar seu escopo e alcançar, conforme acima descrito, a recuperação e a reeducação dos agressores, nos termos preconizados pela Lei Maria da Penha.

### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.058/2021, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

### SUBSTITUTIVO Nº 1

Acrescenta inciso ao art. 4º da Lei nº 22.256, de 26 de julho de 2016, que institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescentado ao art. 4º da Lei nº 22.256, de 26 de julho de 2016, o seguinte inciso VIII:

“Art. 4º – (...)

VIII – realização de projetos, direcionados especialmente para os homens, visando à conscientização acerca da violência doméstica e familiar contra a mulher, e de programas de recuperação e reeducação dos agressores.”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 31 de março de 2022.

Ana Paula Siqueira, presidente e relatora – Leninha – Ione Pinheiro.

Disponível em:

<[https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2021/05/26\\_audiencia\\_mulheres\\_levante\\_contra\\_femicidio](https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2021/05/26_audiencia_mulheres_levante_contra_femicidio)>. Consulta em: 3 mar. 2022.

<sup>1</sup>Disponível em: <<https://papodehomem.com.br/sem-violencia>>. Consulta em: 3 mar. 2022.

 MANIFESTAÇÕES

## MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a Cel. PM Gracielle Rodrigues Santos, por assumir o Comando de Policiamento de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais. (Requerimento nº 10.320/2022, do deputado Gil Pereira);

de congratulações com os policiais rodoviários federais que participaram da ação que resultou no resgate de cachorrinho, pertencente a uma família que sofreu grave acidente de carro na rodovia Fernão Dias, na altura de Carmópolis de Minas, na região Centro-Oeste do Estado, um dia antes do Natal de 2021, e que estava fazendo muita falta para as duas únicas meninas que foram resgatadas com vida da tragédia (Requerimento nº 10.621/2022, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a professora Sandra Regina Goulart Almeida por sua recondução ao cargo de reitora da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. (Requerimento nº 10.755/2022, da Comissão de Educação).

 REQUERIMENTOS APROVADOS

## REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários titulares dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

## REQUERIMENTO Nº 10.317/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF –, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para a utilização dos meios técnicos, fitossanitários, operacionais e científicos apropriados à manutenção, conservação e preservação de integridade física da árvore Amendoeira, situada na Rua Elza Mourão – Bar Lambari-Beira do Rio Jequitinhonha, Bairro Santo Antônio no Município de Jequitinhonha-MG.

Sala das Reuniões, 28 de janeiro de 2022.

Leninha, vice-líder do Bloco Democracia e Luta e vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT).

**Justificação:** Esse espécime é objeto do Projeto de Lei nº 2.990/2021, de minha autoria, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a árvore Amendoeira, no Município de Jequitinhonha ([https://www.almg.gov.br/atividade\\_parlamentar/tramitacao\\_projetos/texto.html?a=2021&n=2476&t=PL](https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/texto.html?a=2021&n=2476&t=PL)).

Recebemos denúncia que essa Amendoeira (*Terminaliacatappa* L.), com cerca de 150 anos de existência, encontra-se debilitada, quase sem folhas e a causa ainda não foi descoberta.

Por isso, solicito a Vossa Excelência, que destaque profissional habilitado(a) desse órgão para a verificação in loco do que pode estar acontecendo e recomendar o que deve ser feito para a preservação desse importante patrimônio histórico ambiental do Município de Jequitinhonha e brevemente do Estado de Minas Gerais.

**REQUERIMENTO Nº 10.609/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 22/2/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, pedido de providências para que determine a paralisação imediata das obras, iniciadas no mês de julho de 2021, voltadas para promover o alteamento da barragem de contenção de rejeito de mineração “Santa Bárbara”, integrante do complexo da Mina do Pau Branco, em Brumadinho, devendo o Estado de Minas Gerais adotar todas as medidas administrativas cabíveis para assegurar a paralisação da obra até que seja apresentado o estudo prévio de impacto ambiental no curso do licenciamento ambiental, com a obtenção da autorização do órgão público ambiental.

Sala das Reuniões, 22 de fevereiro de 2022.

João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública (MDB).

**REQUERIMENTO Nº 10.695/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que realize, com urgência, a fiscalização dos trabalhos realizados pela Vallourec Mineração na barragem Santa Bárbara, integrante da Mina do Pau Branco, localizada no Distrito de Piedade de Paraopeba.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 3ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 24/2/2022, que teve por finalidade debater o eventual descumprimento, por parte da Vallourec Mineração, do disposto no art. 12 da Lei nº 23.291, de 25/2/2019, que “Institui a Política Estadual de Segurança de Barragens”, tendo em vista denúncias de que a empresa estaria implantando projeto sem licença ambiental na Barragem Santa Bárbara, integrante da Mina do Pau Branco, de sua propriedade, localizada a aproximadamente 1 km da sede do Distrito de Piedade do Paraopeba.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2022.

João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública (MDB).

**REQUERIMENTO Nº 10.702/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Brumadinho pedido de providências para a realização de análise das águas dos Córregos do Joá, Pau Branco, Carrapato e Cachoeirinha, localizados no Distrito de Piedade do Paraopeba, nesse município.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 3ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 24/2/2022, que teve por finalidade debater o eventual descumprimento, por parte da Vallourec Mineração, do disposto no art. 12 da Lei nº 23.291, de 25/2/2019, que “Institui a Política Estadual de Segurança de Barragens”, tendo em vista denúncias de que a empresa estaria implantando projeto sem licença ambiental na Barragem Santa Bárbara, integrante da Mina do Pau Branco, de sua propriedade, localizada a aproximadamente 1 km da sede do Distrito de Piedade do Paraopeba.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2022.

João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública (MDB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.703/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para a realização de análise das águas dos Córregos do Joá, Pau Branco, Carrapato e Cachoeirinha, localizados no Distrito de Piedade do Paraopeba, no Município de Brumadinho.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 3ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 24/2/2022, que teve por finalidade debater o eventual descumprimento, por parte da Vallourec Mineração, do disposto no art. 12 da Lei nº 23.291, de 25/2/2019, que “Institui a Política Estadual de Segurança de Barragens”, tendo em vista denúncias de que a empresa estaria implantando projeto sem licença ambiental na Barragem Santa Bárbara, integrante da Mina do Pau Branco, de sua propriedade, localizada a aproximadamente 1 km da sede do Distrito de Piedade do Paraopeba.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2022.

João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública (MDB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.744/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e do deputado Delegado Heli Grilo aprovado na 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 17/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério Público do Trabalho – MPT – em Minas Gerais pedido de providências para instaurar procedimento investigativo para apurar denúncias de sucateamento das instalações e da presença de condições insalubres nos locais de trabalho da Polícia Civil de Minas Gerais e nas unidades dos sistemas prisional e socioeducativo do Estado, tendo em vista as denúncias apresentadas durante a 6ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 15/3/2022, devendo ser encaminhado ao MPT o material fotográfico e de vídeo recebido por esta comissão dos representantes das entidades de servidores públicos estaduais.

Sala das Reuniões, 17 de março de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.756/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento do deputado Cristiano Silveira aprovado na 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 23/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que verifique a possibilidade de transformar a 24ª Companhia Independente, localizada no Município de Nanuque, em um batalhão operacional que atenda a região de Nanuque, sediado no município, devido aos seus altos índices de criminalidade, estando entre os 10 piores de Minas Gerais, com 14 homicídios apenas até o mês de março de 2022.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### REQUERIMENTO Nº 10.757/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 23/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para não permitir que nenhum vistoriador realize serviço operacional utilizando aparelho celular próprio, sob pena de enriquecimento ilícito do Estado.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### REQUERIMENTO Nº 10.760/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 23/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG –, ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências com vistas ao cumprimento do dever do Estado de assegurar a adequada prestação do serviço público, o que engloba o fornecimento e a manutenção de infraestrutura compatível com o exercício das respectivas funções, afastando a dependência de convênios com prefeituras e Conseps.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### REQUERIMENTO Nº 10.761/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 8/3/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que a instituição passe a cumprir o previsto na Lei nº 23.753, de 2021, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado, especificando-se, no banco de dados correspondente, o nome ou a marca do fabricante; o nome ou a sigla do país de fabricação; o calibre da arma ou da munição e a quantidade de munição; o número de série impresso na armação, no cano e na culatra, quando móvel; o ano de fabricação, se a arma não estiver incluída no sistema de numeração serial; a data da apreensão; fotografia colorida da arma de fogo ou da munição apreendida; o número do registro de ocorrência relativo à apreensão; a identificação do servidor responsável pelo recebimento da arma de fogo ou da munição apreendida, devendo ser salientada, com amparo em ofício da PMMG, a necessidade de que a Sejusp seja envolvida na discussão do tema para permitir a integração de esforços e a organização da base de dados.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

**Justificação:** Salienta-se, com amparo em ofício da PMMG, a necessidade de que a Sejusp seja envolvida na discussão do tema para permitir a integração de esforços e a organização da base de dados.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 29/3/2022, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 25/3/2022, que nomeou Edsoney Max Alves, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Cultura;

exonerando Ana Paula Pinho Gomes, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr.;

exonerando Eliane Dias Evangelista, padrão VL-33, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andreia de Jesus;

exonerando Raira Grazielle Fernandes Moreira, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Bloco Minas São Muitas;

exonerando Tatiana Cordeiro Scagliarini Pereira, padrão VL-49, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arnaldo Silva;

nomeando Gleine Silva de Carvalho, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bartô;

nomeando José Luiz do Carmo, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Cultura;

nomeando Lucineia Pereira da Silva, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr..

**ERRATAS****ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 15/2/2022**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 17/2/2022, na pág. 13, sob o título “Requerimentos”, no resumo do Requerimento nº 10.401/2022, onde se lê:

“da Comissão de Transporte e outros”, leia-se:

“da Comissão de Transporte”.

**ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 15/3/2022**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 17/3/2022, na pág. 10, sob o título “Ofícios”, no resumo do ofício em resposta ao Requerimento nº 10.401/2022, onde se lê:

“da Comissão de Transporte e outros”, leia-se:

“da Comissão de Transporte”.

**ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 15/3/2022**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 22/3/2022, na pág. 5, onde se lê:

“São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos, oriundos do plano de trabalho do Assembleia Fiscaliza Mais:”, leia-se:



“São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos, oriundos do plano de trabalho do Assembleia Fiscaliza Mais, que segue publicado após as assinaturas.”.

E, após as assinaturas, na pág. 6, acrescente-se o seguinte:

“O plano de trabalho mencionado na ata está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/636/809/1636809.pdf>”.

**ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/3/2022**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 31/3/2022, na pág. 13, sob o título “Ofícios”, no resumo do ofício em resposta ao Requerimento nº 10.401/2022, onde se lê:

“da Comissão de Transporte e outros”, leia-se:

“da Comissão de Transporte”.

**ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/9/2021**

– Fica sem efeito a publicação da matéria em epígrafe, na edição de 31/3/2022, na pág. 40.